



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**LEONARDO THOMPSON DA SILVA**

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA EXPANSÃO DOS  
INSTITUTOS FEDERAIS NO ESTADO DA BAHIA:  
REGIONALIZAÇÕES E REORDENAMENTO**

**SALVADOR  
2018**

**LEONARDO THOMPSON DA SILVA**

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA EXPANSÃO DOS  
INSTITUTOS FEDERAIS NO ESTADO DA BAHIA:  
REGIONALIZAÇÕES E REORDENAMENTO**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como requisito para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração: Análise do Espaço Geográfico

Linha de Pesquisa: Análise Urbana e Regional

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Bandeira de Mello e Silva (*in memoriam*)

Orientador: Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca

**SALVADOR  
2018**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

SILVA, Leonardo Thompson da  
A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS  
FEDERAIS NO ESTADO DA BAHIA: REGIONALIZAÇÕES E  
REORDENAMENTO / Leonardo Thompson da SILVA. --  
Salvador, 2018.  
161 f. : il

Orientador: Antonio Angelo Martins da FONSECA.  
Coorientador: Sylvio Carlos Bandeira de Mello e  
SILVA.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-graduação em  
Geografia (POS GEO)) -- Universidade Federal da Bahia,  
Instituto de Geociências (IGEIO), 2018.

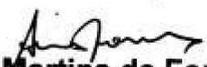
1. Política de Expansão da Educação Tecnológica. 2.  
Institutos Federais de Educação Tecnológica. 3.  
Regionalização. 4. Reordenamento. I. FONSECA, Antonio  
Angelo Martins da. II. SILVA, Sylvio Carlos Bandeira  
de Mello e. III. Título.

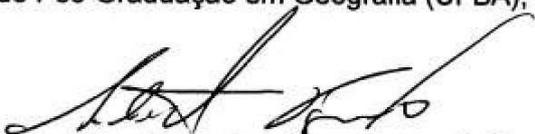
**TERMO DE APROVAÇÃO**

**A DINÂMICA GEOGRÁFICA DA EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS  
NO ESTADO DA BAHIA: REGIONALIZAÇÕES E REORDENAMENTO**

**LEONARDO THOMPSON DA SILVA**

**BANCA EXAMINADORA**

  
**Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca (Orientador)**  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFBA), Brasil

  
**Prof. Dr. Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto**  
Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (IFBA/UFESB),  
Brasil

  
**Prof. Dr. Agripino Souza Coelho Neto**  
Departamento de Educação (UNEB), Brasil

  
**Prof. Dr. Ricardo Bahia Rios**  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFB), Brasil

  
**Prof. Dr. Juan Pedro Moreno Delgado**  
Escola Politécnica, UFBA, Brasil

**Aprovada em Sessão Pública de 27 de julho de 2018**

A minha esposa Camila e minha filha Sofia.

Ao orientador, Professor Dr. Sylvio Bandeira (*in memoriam*).

## AGRADECIMENTOS

À minha companheira Camila, pela paciência e apoio nos momentos mais difíceis desse trabalho. A minha filha Sofia, que a cada sorriso, deixa a vida mais leve.

À minha família. Aos meus pais, Aloysio e Marlene pelo apoio, incentivo e pelo exemplo de vida. As minhas irmãs Lilian, Rosangela e Cristina e ao meu irmão Rogério, sempre um incentivador na pesquisa.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e ao IFBA Campus Porto Seguro, através da Diretoria Geral e Diretoria de Ensino, pela concessão do afastamento para os estudos do doutorado. Aos colegas de trabalho e alunos do IFBA Campus Porto Seguro, que possamos fazer desse lugar, um espaço de conhecimento com envolvimento territorial.

Ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFBA (POSGEO/UFBA), pela oportunidade de realização do Curso.

À FAPESB, pela bolsa de doutorado e incentivo à pesquisa acadêmica na Bahia.

À CAPES, pela bolsa de Doutorado Sanduíche e incentivo à pesquisa acadêmica.

Ao Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva (*in memoriam*), pela orientação, ensinamentos e legado de comprometimento com a Geografia.

Ao Prof. Dr. Antonio Angelo Martins da Fonseca, pelas conversas, orientações e confiança.

Aos Professores do POSGEO/UFBA, pelos ensinamentos no decorrer do curso. Aos servidores do POSGEO/UFBA, no qual destaco o secretário, Itanajara Jose Muniz da Silva, pelo atendimento sempre prestativo e cordial.

Ao Programa de Doutorado em Geografia da Universidade de Coimbra, pela oportunidade em cursar disciplinas e realização do doutorado sanduíche.

Ao Prof. Dr. João Luís Jesus Fernandes, pelo acolhimento, conversas e orientações, no Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra, em Portugal.

Ao Prof. Dr. Sebastião P. G. de Cerqueira Neto, amigo e companheiro de trabalho na Geografia, agradeço pelo constante incentivo e contribuições no desenvolvimento da tese.

A banca avaliadora, pelas considerações e contribuições para melhorar o trabalho.

Aos amigos da turma do mestrado e doutorado em Geografia da UFBA, destaco Flora e Matteo, companheiros de estudos, desabafos e pelos momentos de descontração.

Aos amigos José André, Marcello e Michel pelo incentivo e momentos de troca de ideias.

Ao colega Luis Paixão pelo auxílio na produção dos mapas.

Por fim, agradeço a todos que de maneira direta ou indireta contribuíram para a realização dessa pesquisa. Obrigado!

*Há um imperativo territorial na produção da educação. Essa ideia, entretanto, não é suficientemente utilizada nas tarefas de planejamento educacional. Esse imperativo permite pensar que há uma relação biunívoca entre educação e território.*

*Haveria, assim, uma dupla ação simultânea, reveladora da relação entre fenômeno educacional e fenômeno territorial. Dá-se, de um lado, a construção de topologias dos estabelecimentos de ensino sobre um dado espaço, enquanto, de outro, revela-se a força desse espaço na constituição de uma dada topologia.*

*A educação é geograficamente condicionada, as características do território se refletem no modo como a educação é produzida.*

Milton Santos e Maria Laura da Silveira

*O desafio é o de encontrar mecanismos de localização e interação que assegurem plenamente o atendimento dos preceitos constitucionais. Assim, onde localizar uma escola e para quem ela é destinada (o seu raio de influência) são questões fundamentais no planejamento da educação em um país, região, estado e município.*

Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva

## RESUMO

A pesquisa apresenta uma contribuição teórica para compreender a dinâmica da expansão dos Institutos Federais no território baiano tendo como base os aspectos regionais que direcionam a implantação dos *campi*. No Brasil e, mais especificamente na Bahia, percebe-se que houve uma relevante expansão e interiorização de instituições federais de ensino tecnológico e superior. Nesse sentido, que esse trabalho tem como objetivo geral analisar a dinâmica geográfica regional da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) no Brasil e no estado da Bahia. Especificamente, buscou-se: descrever o processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica no Brasil; analisar a expansão dos IF's na Bahia; mapear a distribuição geográfica dos IF's apresentando a nova configuração regional dos *campi* na Bahia; destacar os critérios locacionais utilizados para a inserção de novos *campi* na Bahia; compreender a expansão dos IF's e sua dinâmica regional na Bahia; e propor uma reordenamento geográfico regional dos IF's para o estado da Bahia. Nesse estudo toma-se como base uma abordagem analítica regional, de cunho qualitativo e quantitativo, articulando os procedimentos metodológicos em quatro eixos: teórico-metodológico; empírico, descritivo-analítico e propositivo. Os resultados desta pesquisa demonstram a importância do entendimento do processo de expansão de instituições de ensino e suas articulações com as regiões. Sendo que o escopo principal foi propor uma regionalização baseada na atual distribuição dos *campi* dos Institutos Federais na Bahia. Certamente que os IF's se configuram num vetor substancial para a dinâmica regional e local, sobretudo, quando são implantados em municípios de pequeno e médio porte. Desse modo, a análise espacial desenvolvida é oferecida como um contributo para o planejamento, gestão e reordenamento das ações de expansão de novos *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Bahia.

**Palavras-Chave:** Regionalização. Reordenamento. Política de Expansão da Educação Tecnológica. Institutos Federais de Educação Tecnológica.

## ABSTRACT

The research presents a theoretical contribution to understand the dynamics of the expansion of the Federal Institutes in the territory of Bahia based on the regional aspects that guide the implementation of campuses. In Brazil, and more specifically in Bahia, it is noticed that there was a relevant expansion and interiorization of federal institutions of technological and higher education. In this sense, this work has as general objective to analyze the regional geographic dynamics of the expansion of the Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) in Brazil and the state of Bahia. Specifically, we sought to: describe the process of expansion and internalization of the Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica in Brazil; analyze the expansion of the IF's in Bahia; map the geographical distribution of the IF's presenting the new regional configuration of the campuses in Bahia; highlight the locational criteria used for the insertion of new campuses in Bahia; understand the expansion of IF's and their regional dynamics in Bahia; and propose a regional geographic rearrangement of the IF's to the state of Bahia. This study is based on a regional analytical approach, qualitative and quantitative, articulating the methodological procedures in four axes: theoretical-methodological; empirical, descriptive-analytical and propositional. The results of this research demonstrate the importance of understanding the process of expansion of educational institutions and their articulations with the regions. Being that the main scope was to propose a regionalization based on the current distribution of the campuses of the Federal Institutes in Bahia. Certainly IF's are a substantial vector for regional and local dynamics, especially when they are deployed in small and medium-sized municipalities. In this way, the spatial analysis developed is offered as a contribution to the planning, management and reordering of the expansion actions of new campuses of the Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia in Bahia.

**Key-words:** Regionalization. Reordering. Expansion Policy of Technological Education. Federal Institutes of Technology Education.

## RESUMEN

La investigación presenta una contribución teórica para comprender la dinámica de la expansión de los Institutos Federales en el territorio de la Bahia teniendo como base los aspectos regionales que orientan la implantación de los campus. En Brasil y, más específicamente en Bahia, se percibe que hubo una relevante expansión e interiorización de instituciones federales de enseñanza tecnológica y superior. En este sentido, que este trabajo tiene como objetivo general analizar la dinámica geográfica regional de la expansión de los Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) en Brasil y en el estado de Bahía. Específicamente, se buscó: describir el proceso de expansión e interiorización de la Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica en Brasil; analizar la expansión de los IF's en Bahía; mapear la distribución geográfica de los IF's presentando la nueva configuración regional de los campus en Bahía; destacar los criterios locacionales utilizados para la inserción de nuevos *campi* en Bahia; comprender la expansión de los IF's y su dinámica regional en Bahía; y proponer una reordenamiento geográfico regional de los IF's para el estado de Bahia. En este estudio se toma como base un abordaje analítico regional, de cuño cualitativo y cuantitativo, articulando los procedimientos metodológicos en cuatro ejes: teórico-metodológico; empírico, descriptivo-analítico y propositivo. Los resultados de esta investigación demuestran la importancia del entendimiento del proceso de expansión de instituciones de enseñanza y sus articulaciones con las regiones. Siendo que el alcance principal fue proponer una regionalización basada en la actual distribución de los campus de los Institutos Federales en Bahia. Ciertamente, los IF's se configuran en un vector sustancial para la dinámica regional y local, sobre todo, cuando se implantan en municipios de pequeño y mediano porte. De este modo, el análisis espacial desarrollado se ofrece como una contribución a la planificación, gestión y reordenamiento de las acciones de expansión de nuevos campus de los Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia en Bahia.

**Palabras-clave:** Regionalización. Reordenamiento. Política de Expansión de la Educación Tecnológica. Institutos Federales de Educación Tecnológica.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Instituições que compõem a rede federal de educação profissional, .....	53
Figura 2 - Ordenamento atual dos IF's na Bahia .....	114
Figura 3 - Ordenamento Atual dos IF's na Bahia por Mesorregiões e Municípios..	115
Figura 4 - Proposta de reordenamento da SETEC para os IF's na Bahia - Simulação de criação de um novo Instituto.....	116
Figura 5 - Ordenamento Regional dos IF's em Minas Gerais.....	142

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Evolução Espacial da Rede Federal de Educação,.....	65
Mapa 2 - Evolução Espacial dos <i>Campi</i> do IFBA .....	85
Mapa 3 - Evolução Espacial dos <i>Campi</i> do IFBAIANO .....	90
Mapa 4 - Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado da Bahia. ....	92
Mapa 5 - Institutos Federais na Bahia, por Mesorregiões, 2016 .....	95
Mapa 6 - Institutos Federais na Bahia, por Microrregiões, 2016 .....	99
Mapa 7 - Institutos Federais na Bahia, por Regiões Econômicas, 2016. ....	103
Mapa 8 - Institutos Federais na Bahia, por Territórios de Identidade, 2016. ....	108
Mapa 9 - Proposta de reordenamento regional dos Institutos Federais no Estado da Bahia .....	119
Mapa 10 - Região IFLESTEBAIANO .....	125
Mapa 11 - Região IFNORTEBAIANO.....	128
Mapa 12 - Região IFSULBAIANO .....	131
Mapa 13 - Região IFSUDOESTEBAIANO.....	135
Mapa 14 - Região IFCENTRO-OESTEBAIANO.....	139
Mapa 15 – Proposta de reordenamento regional dos Institutos Federais no Estado da Bahia .....	144

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por Região do Brasil .....	69
--	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Padrões locacionais do sistema educacional com base em critérios de	35
Quadro 2 - IDH dos Estados do Nordeste (2000 e 2010)	61
Quadro 3 - Estados com maior número de IF's (2016)	68
Quadro 4 - Exemplos de desenvolvimento científico e tecnológico no IF's	73
Quadro 5 - Terceira fase de expansão na Bahia	84
Quadro 6 - Principais produtos agropecuários	89
Quadro 7 - Compilação das regiões econômicas da Bahia	104
Quadro 8 - <i>Campi</i> do IFLESTE e cursos oferecidos	124
Quadro 9 - Proposta IFLESTE distâncias reitoria para os <i>Campi</i>	126
Quadro 10 - <i>Campi</i> do IFNORTE e cursos oferecidos	129
Quadro 11 - Proposta de um Instituto do Norte da Bahia	129
Quadro 12 - <i>Campi</i> do IF'SULBAIANO e cursos oferecidos	133
Quadro 13 - Distâncias da reitoria para os <i>campi</i> no IF'SULBAIANO	133
Quadro 14 - Cursos por <i>campi</i> IF'SUDOESTE	136
Quadro 15 - Distâncias reitoria para os <i>campi</i> do IF'SUDOESTEBAIANO	137
Quadro 16 - Relação dos cursos por <i>campi</i> no IFCENTRO-ESTEBAIANO	140
Quadro 17 - Distâncias da reitoria para os <i>campi</i> no IFCENTRO-ESTEBAIANO	140

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, por Unidade da Federação, Brasil, 2003 a 2016 .....	66
Tabela 2 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, por Grandes .....	68
Tabela 3 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Norte, .....	70
Tabela 4 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Nordeste, 2003 a 2016 .....	70
Tabela 5 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Centro-Oeste, 2003 a 2016 .....	71
Tabela 6 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Sudeste, 2003 a 2016 .....	71
Tabela 7 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Sul, 2003 a 2016 .....	73
Tabela 8 - Municípios com existência de campus da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, segundo a fase de expansão e tipologia de rede, ordenados decrescentemente pelo tamanho da população – BAHIA – 2002-2016 ..	77
Tabela 9 - População, taxas e Indicadores de Desenvolvimento, municípios selecionados – Bahia – 2010 .....	79
Tabela 10 - Tabela de percentual dos ocupados de 18 anos ou mais, segundo o setor da economia, municípios selecionados – Bahia - 2010.....	80
Tabela 11 - Participação dos setores econômicos na economia dos municípios do IFBAIANO.....	88
Tabela 12 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, por mesorregião – Bahia – 2002-2016 .....	94
Tabela 13 - Distância média das reitorias (km) para campi de mesorregiões ordenados decrescentemente pelo tamanho da população – Bahia – 2002-2016....	96
Tabela 14 - Evolução da Rede Federal de Educação tecnológica, por microrregião – Bahia – 2002 a 2016 .....	98
Tabela 15 - Microrregião com existência de campus do IF <sup>1</sup> , segundo a fase de expansão e tipologia da rede, distância aproximada da reitoria (em km) e ordenados decrescentemente pelo tamanho da população– Bahia – 2002 a 2016 .....	101
Tabela 16 - Evolução da Rede Federal de Educação tecnológica, por Território de Identidade– Bahia – 2002-2016 .....	106

Tabela 17 - Território de Identidade com existência de campus dos IF's, segundo a fase de expansão e tipologia da rede, distância aproximada da reitoria (em km) e ordenados pelo tamanho da população– Bahia – 2002-2016 ..... 107

Tabela 18 - Proposta de Reordenamento Regional dos IF's na Bahia, por dados selecionados ..... 121

Tabela 19 - Proposta de Reordenamento Regional dos IF's na Bahia por população, municípios atendidos e área de abrangência dos IF's..... 153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL's	Arranjos Produtivos Locais
CEE	Comunidade Econômica Europeia
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CEGOT	Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território
CEPLAC	Comissão Executiva de Planejamento da Lavoura Cacaueira
CGPG	Coordenação Geral de Planejamento e Gestão da Rede Federal
CONEAF	Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais
CONIF	Conselho Nacional dos Institutos Federais de Educação
CONNEPI	Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação
EAA	Escola de Aprendizes e Artífices
EAF	Escola Agrotécnica Federal
EIT	Escolas Industriais Técnicas
EMARC	Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC
EMBRAPII	Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial
EPCT	Escola Profissional Científica e Tecnológica
ET	Escola Técnica
ETFBA	Escola Técnica Federal da Bahia
FIC	Formação Inicial Continuada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IES	Instituições de Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
IF's	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
IF'SUDESTEMG	Instituto Federal Sudeste de Minas
IF'SULMINAS	Instituto Federal Sul de Minas

IFAC	Instituto Federal do Acre
IFAP	Instituto Federal do Amapá
IFB	Instituto Federal de Brasília
IFBA	Instituto Federal da Bahia
IFBAIANO	Instituto Federal Baiano
IFMG	Instituto Federal de Minas Gerais
IFMS	Instituto Federal do Mato Grosso do Sul
IFNMG	Instituto Federal do Norte de Minas Gerais
IFTM	Instituto Federal do Triangulo Mineiro
LP	Liceus Profissionais
MEC	Ministério da Educação
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC	Projetos Educativos de Cidades
PIB	Produto Interno Bruto
PPI	Projeto Político Institucional
PROEJA	Programa de Educação de Jovens e Adulto
PROEX	Programa de Extensão
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REDITEC	Reunião de Dirigentes das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica
RFECT	Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica
SEI	Secretaria de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
UC	Universidade de Coimbra
UE	União Europeia
UFT	Universidade Federal Tecnológica

UNED

Unidade Descentralizada de Ensino

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a  
Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>INSTITUIÇÕES DE ENSINO E SUAS DINÂMICAS REGIONAIS: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA.....</b>	<b>33</b>
<b>2.1</b>	<b>Os Institutos Federais e a dinâmica regional: discussões e estudos de casos.....</b>	<b>43</b>
<b>2.2</b>	<b>Desenvolvimento e educação: uma combinação possível.....</b>	<b>47</b>
<b>3</b>	<b>A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM ESCALA NACIONAL</b>	<b>50</b>
<b>3.1</b>	<b>A dinâmica dos Institutos Federais: uma expansão desigual e um desejo de integração regional.....</b>	<b>52</b>
<b>3.2</b>	<b>A dimensão geográfica na política de expansão da rede.....</b>	<b>58</b>
<b>3.3</b>	<b>A cartografia dos Institutos Federais (IF's): periodização das fases de expansão.....</b>	<b>62</b>
<b>4</b>	<b>DINÂMICA DOS IF'S NO ESTADO DA BAHIA: O IFBA E IFBAIANO E SUAS (DES)ARTICULAÇÕES REGIONAIS.....</b>	<b>75</b>
<b>4.1</b>	<b>Da centralização à interiorização: contexto histórico e dados atuais</b>	<b>75</b>
4.1.1	Instituto Federal da Bahia – IFBA.....	82
4.1.2	Instituto Federal Baiano – IFBAIANO.....	86
<b>4.2</b>	<b>Os IFs e as mesorregiões.....</b>	<b>93</b>
<b>4.3</b>	<b>Os IF's e as microrregiões.....</b>	<b>97</b>
<b>4.4</b>	<b>Os IF's e as regiões econômicas.....</b>	<b>102</b>
<b>4.5</b>	<b>Os IF's e os territórios de identidade.....</b>	<b>105</b>
<b>5</b>	<b>PROPOSTA DE REORDENAMENTO REGIONAL DOS IF's NA BAHIA</b>	<b>110</b>
<b>5.1</b>	<b>Reordenamento geográfico para os IF's na Bahia: a proposta do governo federal.....</b>	<b>112</b>
<b>5.2</b>	<b>Cinco institutos federais na Bahia: por uma regionalização com mais equidade.....</b>	<b>118</b>
<b>5.3</b>	<b>A regionalização dos IF's e o desaparecimento da dicotomia entre IFBA e IFBAIANO.....</b>	<b>122</b>
5.3.1	IFLESTEBAIANO: influência da Região Metropolitana de Salvador.....	122
5.3.2	IFNORTEBAIANO: dinamismo no São Francisco e tecnologia para o semiárido.....	127
5.3.3	IFSULBAIANO: desenvolvimento econômico e biodiversidade de Mata Atlântica.....	130
5.3.4	IFSUDOESTEBAIANO: dinâmica industrial, rural e recursos minerais.....	134
5.3.5	IFCENTRO-OESTEBAIANO: protagonismo do agronegócio.....	137

<b>5.4</b>	<b>Reordenamento regional em minas gerais: um modelo para a Bahia.</b>	<b>141</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>146</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>155</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a influência das instituições educacionais e suas dinâmicas territoriais vem despertando o interesse de pesquisadores, ocupando cada vez mais espaço nos seminários acadêmicos, congressos e publicações sobre o assunto. Para o geógrafo português João Fernandes<sup>1</sup>, este pode ser um debate interessante de se fazer, pois está ocorrendo o mesmo em outros países europeus. Em relação às universidades e aos institutos politécnicos, há muito o que discutir, mas estão vivendo os mesmos problemas e a mesma tendência de retorno do Estado a investimentos mais seletivos e concentrados.

As investigações sobre temas como, influências recíprocas da educação e região (SANTOS & SILVEIRA, 2000); espacialização do processo educacional; regionalização e ensino; padrões locacionais das instituições de ensino; centralização e descentralização de políticas públicas educacionais (SILVA, 1996; 2008; 2010); universidades e produção do espaço regional e local (BAUMGARTNER, 2009; 2011); regionalização de cursos superiores (FONSECA & DELGADO, 2012); espaço/território e desequilíbrios regionais na educação (FIALHO, 2009) são exemplos de abordagens teóricas metodológicas geográficas dentro dessa temática.

Estes estudos contribuem para um melhor entendimento da relação entre instituições de ensino e uma das categorias mais caras para a Geografia, a região e suas múltiplas escalas; e de certa forma, eles são parte da inspiração dessa pesquisa a partir do momento em que se faz um esforço em compreender a dinâmica regional na Bahia tomando como vetor os institutos federais. Sendo assim, esta pesquisa opta por elaborar as análises através das regionalizações; sendo elas, as mesorregiões, as microrregiões, territórios de identidade e regiões econômicas. Estas últimas, mesmo que recebam críticas quanto ao seu uso nesta análise, não se pode negligenciar o vetor econômico, tendo em vista que essa dimensão, como veremos, é um dos principais motivos, para que uma região receba um Instituto Federal.

---

<sup>1</sup> O Prof. Dr. João Fernandes me supervisionou no estágio de doutorado sanduíche no Departamento de Geografia da Universidade de Coimbra (UC), Portugal. Através de conversas e leituras indicadas, pude compreender um pouco sobre a dinâmica dos Institutos Politécnicos e Universidades em Portugal. Por isso, sempre que for pertinente haverá uma referência aos estudos portugueses sobre o tema tratado nessa tese.

A Geografia por ser a ciência que estuda o espaço e suas complexas articulações multidimensionais tem contribuído para o debate. Cada vez mais geógrafos elaboram reflexões e direcionamentos sobre as instituições de ensino e seu rebatimento no desenvolvimento local e regional. Conforme Milton Santos e Maria Laura da Silveira, o que se pretende discutir,

Não é a análise de um pedagogo, mas o estudo geográfico do fenômeno da Educação [...] pretende ser, ao mesmo tempo, uma visão estática – como as coisas são – e uma visão dinâmica, isto é, o processo. Uma e outra poderão nos ajudar, de alguma forma, a enxergar a tendência. (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 11).

Portanto, tendo como inspiração estudos que procuraram correlacionar a transformação do espaço tendo as instituições de ensino como um fator substancial para tal dinâmica, essa pesquisa busca questionar e ao mesmo tempo apresentar uma análise da influência dos Institutos Federais no desenvolvimento de algumas regiões baianas.

A justificativa para se desenvolver esta pesquisa se encontra na importância de um estudo que procura tecer uma crítica à representatividade da articulação biunívoca entre as transformações do espaço regional e os Institutos Federais, bem como o rebatimento dessa relação no desenvolvimento social, cultural e econômico dos municípios e regiões. Aliás, no Brasil, os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) vem passando por um processo significativo de interiorização provocando substancialmente a dinâmica local e regional, o que reforça a contribuição científica desta pesquisa.

Diante deste contexto, na escala regional e local, o problema se constituiu a partir dos seguintes questionamentos que serviram de base para conduzir a pesquisa: Como se deu o processo de expansão dos Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IF's) no Brasil e na Bahia? Quais os critérios utilizados para a escolha das cidades dos novos *campi*? Quais fatores justificam a expansão e distribuição dos IF's na Bahia? Como fica a nova configuração regional dos *campi* dos IF's levando em consideração as regionalizações<sup>2</sup> na Bahia? O ordenamento regio-

---

<sup>2</sup> Na I fase de expansão, um dos objetivos da política de expansão foi de instalar pelo menos um Instituto Federal de Educação Tecnológica em cada mesorregião no Brasil (LEI 11.892/2008). Já na II e III fase, onde esse primeiro objetivo foi alcançado, buscou-se atingir o máximo de microrregiões possíveis.

nal dos *campi* possui equidade espacial? É possível propor um reordenamento geográfico dos IF's como base na análise das regionalizações no Estado da Bahia?

Essa pesquisa reforça a necessidade de se produzir uma análise sobre o conhecimento das transformações originadas da expansão dos Institutos Federais de Educação Tecnológica na Bahia como uma contribuição no auxílio do planejamento, gestão e (re)ordenamento do sistema educacional técnico profissionalizante. Sendo assim, a “[...] distribuição dos serviços educacionais coloca, portanto, importantes problemas relacionados com a organização do espaço geográfico” (SILVA, 2008, p.6). A implantação dessas instituições, nos seus diferentes níveis, assim, como algumas empresas, poderá também desorganizar o espaço e ao mesmo tempo propondo um reordenamento.

Desta maneira, é natural que esta tese se enverede por alguns caminhos da análise geográfica, tendo as contradições regionais como escopo para contribuir com a decodificação da distribuição por regiões das instituições de ensino técnico e superior no contexto da Bahia através da expansão do Instituto Federal da Bahia (IFBA) e do Instituto Federal Baiano (IFBAIANO). Outro ponto fundamental que justifica o desenvolvimento dessa pesquisa é o fato de que novos *campi* dos IF's são implantados nos municípios, atingindo todas as mesorregiões do estado; e até o momento, não foram publicados estudos, cenários, perspectivas e tendências que ilustrem as articulações e contradições do processo de expansão dos IF's com o desenvolvimento local e regional na Bahia.

Nesse contexto, de acordo com Milton Santos (2008, p. 67), “[...] sempre que a sociedade (totalidade social) sofre uma mudança, as formas e objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial”. Portanto, a compreensão do reordenamento espacial, no caso dessa tese levando em consideração a implantação dos IF's, bem como, o entendimento das transformações regionais poderá ser uma contribuição teórica para verificar novos papéis das regiões ou mesmo uma nova regionalização provocada pelos IF's.

Portanto, a pesquisa tem como objetivo geral analisar a dinâmica geográfica regional da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's) na Bahia e com base na atual distribuição dos campi, propor uma regionaliza-

ção com melhor eficiência e equidade no intuito de contribuir para o planejamento, gestão e reordenamento das ações de expansão de novos *campi* dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na Bahia. Certamente que para desenvolver essa análise regional e oferecer uma proposição de regionalização foi preciso ter a compreensão sobre a expansão dos IF's em escala nacional, o que proporciona estabelecer alguma analogia com as questões regionais na Bahia.

Em suma, os objetivos específicos desse estudo estão centrados descrever o processo de expansão e interiorização da Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica no Brasil; mapear e analisar a expansão e distribuição geográfica dos IF's apresentando a nova configuração regional dos campi na Bahia; destacar os critérios locacionais utilizados para a inserção de novos campi na Bahia; compreender a expansão dos IF's e sua dinâmica regional na Bahia; e propor um reordenamento geográfico regional dos IF's para o estado da Bahia.

Certamente que a construção de uma tese, sobretudo, nas ciências humanas, busca métodos, procedimentos e análises em outras áreas do conhecimento. É um exercício obrigatório se entendermos que nenhuma ciência consegue oferecer respostas para a dinâmica espacial utilizando apenas os seus procedimentos metodológicos. Ao optar por um caminho multidisciplinar se evita elaborar uma reflexão que seja fragmentada e descritiva. Assim, a Geografia e suas ramificações proporciona ao geógrafo participar de pesquisas em outras ciências, conhecendo novos métodos de análise. Aspecto que favorece a produção de uma gama imensa de análises no que se refere a compreender as transformações espaciais. Portanto, mesmo que cada ciência tenha o seu próprio método, para Mendonça (1998, p.40), isso não pode significar uma barreira que impeça “o intercâmbio dos vários métodos entre as diferentes ciências”, ainda mais a Geografia que ao longo da sua trajetória se caracteriza como uma ciência que constrói pontes com outras ciências ampliando de forma substancial o seu leque de análise sobre o dinamismo dos diferentes espaços lançando mão de inúmeras combinações de dados, sejam eles quantitativos ou qualitativos.

É importante ressaltar que para construir esta tese houve todo um processo de reelaboração dos objetivos, num constante processo de maturação pessoal e acadêmica, principalmente, no convívio com os orientadores e outros colegas geógrafos. Inicialmente se pensou em estudar o processo de expansão dos Institutos

Federais na Bahia como um todo, porém, algumas fragilidades teórico/metodológicas foram encontradas para que realmente pudesse se consolidar como uma proposta de tese. Portanto, essa primeira proposição de tese ficaria muito ampla e conseqüentemente poderia cair apenas em uma compilação de dados centrada somente na descrição do fenômeno.

Logo, foi preciso encontrar um caminho que pudesse oferecer a consistência de uma tese, contudo, sem abandonar a ideia primária, tendo em vista que ela era parte da combinação do empirismo e de estudos já realizados sobre tema, porém, sobre outros níveis de ensino, mormente, o superior, isto é a dinâmica das universidades públicas na Bahia. Assim, aproveitando a contemporaneidade do debate sobre o reordenamento dos Institutos Federais em todo o território nacional, alinhando com a proposta inicial da pesquisa, foi possível partir para o desafio de apresentar uma proposta de reordenamento norteada pela regionalização dos Institutos Federais na Bahia. Uma regionalização que vai encontrar uma base conceitual nos estudos de Sylvio Silva (1996) e mais recentemente nos estudos de Fonseca e Delgado (2012) que se dedicaram a interpretar o dinamismo das universidades e do ensino superior na Bahia.

Certamente que a implantação de um campus e ou de um Instituto Federal tem como objetivo principal oferecer ensino, pesquisa e extensão em regiões e localidades que até então estavam alijadas desses equipamentos federais. Entretanto, também é verdadeiro que esses equipamentos trazem consigo perspectivas de gerar e ou aquecer o desenvolvimento regional/local. Portanto, ao longo da tese não será possível dissociar a dinâmica dos IF's de uma análise sobre o desenvolvimento regional/local, mesmo porque este caminho poderá auxiliar na decodificação da relação dos Institutos Federais com as regiões baianas onde estão inseridos.

Ao optar por uma nova proposição de regionalização dos *campi* dos atuais Institutos Federais na Bahia, a pesquisa centra na escolha de cidades que seriam sedes de novas reitorias e a partir daí vai gerar um mapa com uma nova regionalização no Estado da Bahia. A tese oferece uma proposta com cinco institutos; o que difere da atual proposta do Governo Federal que regionaliza os IF's na Bahia através de três institutos, isto é, acrescenta um a mais do que os dois já existentes, o IFBA e o IFBAIANO. Na proposta do Governo Federal o terceiro instituto não aparece nomeado, apenas com a sua delimitação geográfica. Nesta

tese também não serão apresentados nomes dos cinco institutos propostos, haverá uma identificação através da regionalização sugerida, como por exemplo, IFSUL-BAIANO com a Reitoria em Porto Seguro, IFCENTRO-OESTEBAIANO com a Reitoria em Barreiras, IFNORTEBAIANO com a Reitoria em Juazeiro, IFSUDOESTE BAIANO com a Reitoria em Vitória da Conquista e IFLESTE com a Reitoria em Salvador.

Assim, a tese é elaborada sob a hipótese de que há em curso uma desorganização regional dos Institutos Federais tanto no Brasil como na Bahia, o que justifica uma certa pressa do Governo Federal em propor um reordenamento dos IF's. Certamente que a expansão teve o seu lado benéfico, mas também se desorganizou na medida em que novas exigências das sociedades regionais/locais e mesmo a burocracia interna passam a exigir também outras dinâmicas. Contudo, há que se pensar numa regionalização mais profunda, técnica, com análises que tentem dirimir as disparidades entre as regiões, que diminuam o conflito entre *campi* e reitorias; é o que esta tese se esforça em fazer propondo outro reordenamento geográfico dos Institutos Federais na Bahia.

Para alcançar os objetivos propostos foi fundamental coletar dados seja através de pesquisa em documentos impressos e digitais, sobretudo, nos sites do IFBA e do IFBAIANO, bem como nos sites de cada *campi*. A coleta de dados possibilitou a confecção de vários mapas que são importantes para a visualização da evolução da implantação do IF's na Bahia, bem como para a construção da análise crítica que caracteriza o texto da pesquisa.

Entre os dados coletados foram sublinhados os seguintes: Demografia: População local e regional; Educação: IDEB, Taxas de analfabetismo, Número de instituição de ensino por dependência administrativa (municipal, estadual, federal), cidades/regiões e suas funções de educação, cursos técnicos e superiores por localidade e região - IBGE, INEP, MEC, Censo escolar; Sociais: IDH e IDS dos municípios – SEI; Econômicos: setores primário, secundário e terciário, arranjos produtivos, renda per capita, emprego, PIB – SEI. Localização dos IF's (município, região – macrorregião, mesorregião e microrregião, regiões econômicas e territórios de identidade); Data de implantação dos *campi* dos IF's; Cursos; Programas e Projetos (PAAE, PINA, PRONATEC, PIBID, entre outros).

Na construção de mapas, tabelas e gráficos, dos dados foi feita uma descrição, análise e interpretação que leva em conta os princípios do estudo analítico formal (estatística e documental), análises de conteúdo, descrição através de periodização e análises observacionais (SANTOS, 2008). Por ser professor do Instituto Federal da Bahia – Campus Porto Seguro, a análise crítica e o empirismo derivado de sua observação, no cotidiano do IFBA e no trabalho de campo, configura-se como sua contribuição original nesse processo de expansão dos IF's.

No que se refere a abordagem qualitativa e quantitativa optou-se por uma conduta onde o “[...] qualitativo/quantitativo, não corresponde a modos opostos e inconciliáveis de ver a realidade” (CARDOSO, 1982, p. 95). Desse modo, foram utilizados procedimentos metodológicos como: discussões teóricas, pesquisa documental, estudos empíricos, trabalho de campo, dados estatísticos e cartográficos para esclarecer o fenômeno espacial estudado. Sendo assim, articulam-se, de maneira inseparável, os procedimentos em dimensão temporal e espacial, e em quatro eixos metodológicos: teórico-metodológico, empírico, descritivo-analítico e propositivo.

O universo da pesquisa foi delimitado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica da Bahia, onde coexistem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO). Com relação à dimensão temporal, buscou-se alcançar uma análise diacrônica (histórica) e sincrônica (geográfica), de maneira complementar e que considere o objeto dinâmico, processual. Dessa forma, os períodos foram divididos em três fases, a primeira fase de 2003 a 2010, a segunda de 2011 a 2014, e a terceira fase entre os anos de 2015 a 2016.

No que concerne à dimensão espacial, a pesquisa perpassou pelas múltiplas escalas de análise, “[...] jogar sucessivamente ou simultaneamente com várias escalas [...]” (RACINE et al., 1983, p. 134) no âmbito internacional, nacional, estadual, regional e local. Nesse aspecto, Castro (1995), ressalta que não há uma escala mais ou menos válida, e que a escala deve ser abordada de acordo com a percepção do fenômeno, ou seja, a escala definidora de espaços de pertinência da medida dos fenômenos. “[...] um mesmo fenômeno, observado por instrumentos e escalas diferentes, mostrará aspectos diferenciados em cada uma” (CASTRO, 1995, p. 131). De acordo com Leila Dias, rede e escalas estão juntas, articuladas e devem conectar ações e sujeitos onde eles estejam, e acrescenta que “como os processos são con-

flituosos, as escalas são ao mesmo tempo objetos e arena de conflitos” (DIAS, 2007, p. 23). Milton Santos contribui nessa discussão ao dissertar sobre eventos, duração, extensão, escalas e superposições. O autor utiliza o Estado como exemplo de origem de eventos, e que se aplica bem ao estudo aqui proposto da política de expansão dos IF's.

A noção de escala se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da “origem” das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização. Além do mais, os eventos históricos não se dão isoladamente. (SANTOS, 1996, p.152).

Essa proposição de análise de Milton Santos contribui para esta pesquisa tendo em vista que na Bahia, que possui dimensão territorial maior que a França, suas regiões apresentam particularidades históricas, econômicas, ambientais e políticas que podem determinar o nível de desenvolvimento e conseqüentemente a implantação de equipamentos como instituições de ensino, escopo principal nessa pesquisa.

Ainda no que concerne aos procedimentos metodológicos, a revisão bibliográfica, sobretudo, pesquisas que se dedicaram as questões regionais da Bahia relacionadas com instituições de ensino, e suas implicações nas dinâmicas regionais. A pesquisa documental abarcou fontes, planos, leis, documentos institucionais e dados estatísticos do Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF), do IFBA e IFBAIANO. E dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

No eixo empírico, foi feita pesquisa de campo, no intuito de apreender aspectos qualitativos da expansão. Aqui as sugestões dos autores Yves Lacoste (2006) e Angelo Serpa (2006) são relevantes, pois defendem a inseparabilidade entre teoria e empiria.

O trabalho de campo, para não ser somente um empirismo, deve articular-se à formação teórica que é, ela também, indispensável. Saber pensar o espaço não é colocar somente os problemas no quadro local; é também articulá-los eficazmente aos fenômenos que se desenvolvem sobre extensões muito mais amplas. (LACOSTE, 2006, p. 91).

Angelo Serpa ressalta a importância do trabalho de campo como produção do conhecimento em Geografia e chama atenção para o caráter indissociável entre teoria e trabalho de campo, e afirma que “Essa separação não existe e é um constructo artificial, teoria e trabalho de campo são dois lados da mesma moeda” (SERPA,

2006, p. 10). Nessa perspectiva o trabalho de campo foi fundamental nessa pesquisa, pois foi possível coletar informações que contribuíram no levantamento de documentos, projetos e programas. Para tanto, foram utilizadas técnicas de observação com aspectos qualitativos da política de expansão nos IF's da Bahia.

O eixo metodológico descritivo e analítico foi importante para o entendimento dos dados primários e secundários coletados no primeiro e segundo eixo. Etapa da construção de mapas, tabelas, gráficos, análise e interpretação dos dados. Nessa fase, Milton Santos sugere que se tenha uma compreensão da situação atual. Desse modo, deverá ser feito uma descrição e análise que levem em conta os princípios do estudo analítico formal (estatística e documental), análises de conteúdo, descrição através de periodização e análises observacionais (SANTOS, 2008).

Por fim, apresenta-se ainda, um quarto eixo metodológico, composto pela prospecção. Após realizar o levantamento bibliográfico e documental, pesquisa de campo, descrição e análise, se deu o momento de enxergar a tendência. Criticar, propor e sinalizar (re)direcionamentos para os IF's no âmbito do estado da Bahia. Decerto, “[...] que essa análise, fundada nos fatos concretos, nos indicará o melhor caminho de uma geografia que dê conta do real e tenha, assim, importante papel prospectivo” (SANTOS, 2008, p. 126).

Nesse sentido a tese está estruturada da seguinte maneira. Na seção 1, a Introdução. Na seção 2, apresento uma discussão geográfica sobre as Instituições de Ensino e suas Dinâmicas Regionais. Nesse momento destaco os autores atuais que discutem a temática no Brasil e no estado da Bahia, bem como as teorias mais específicas sobre o assunto. São referenciados diversos artigos, dissertações e teses que tratam sobre estudos de casos da implantação de IF's e sua relação com o desenvolvimento regional e local no Brasil.

Na seção 3, ressalta-se a expansão dos IF's em escala nacional, apontando o histórico e origem da Educação Federal Tecnológica no Brasil até os dias atuais, a periodização das fases de expansão e a dimensão geográfica na política de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica. Nesse capítulo é destacado a cartografia evolutiva dos IF's no Brasil, ressaltando a evolução quantitativa dos *campi* por unidade da federação e por macrorregiões. Outro aspecto destacado são as pesquisas, projetos de inovação e patentes que estão em andamento nos IF's no

Brasil contribuindo para a articulação com os arranjos produtivos locais e regionais no território brasileiro.

Na seção 4, ressalta-se a dinâmica do IF's no estado da Bahia. Um breve histórico do IFBA e IFBAIANO e sua construção espacial no território. A cartografia evolutiva dos dois institutos presentes na Bahia. É nesse capítulo que destaco os a expansão dos *campi* e suas regionalizações (mesorregiões, microrregiões, territórios de identidade e regiões econômicas). Essa análise regional dos *campi* dos IF's no estado da Bahia foi fundamental para a construção da proposta de reordenamento para a Bahia.

Na seção 5, apresento a proposta de reordenamento regional dos IF's na Bahia. Para tanto, destaco a proposta do Governo Federal, através do Ministério de Educação (MEC) e da Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC). A proposta da SETEC sugere a criação de mais um instituto para o estado da Bahia, totalizando três, entretanto, como criticado, essa proposta não resolve a situação das discrepâncias locacionais entre *campi* e reitorias existentes na Bahia. Ainda nessa seção, apresento uma discussão sobre uma regionalização dos IF's com mais equidade, sugerindo cinco institutos federais para o território baiano. A proposta está embasada em critérios que sobrepõem as regionalizações (mesorregiões, microrregiões, territórios de identidade e regiões econômicas), bem como as Regiões de Influência das Cidades (REGIC/IBGE, 2008) e a análise espacial da infraestrutura de transportes, acessibilidades e distâncias entre *campi* e reitorias. Destaco ainda a cartografia da proposta de reordenamento regional dos IF's na Bahia especificando cada instituto proposto: IFLESTE com a Reitoria em Salvador; IFSULBAIANO com a Reitoria em Porto Seguro; IFSUDOESTE BAIANO com a Reitoria em Vitória da Conquista; IFCENTRO-OESTEBAIANO com a Reitoria em Barreiras; e IFNORTEBAIANO com a Reitoria em Juazeiro.

Por fim, as considerações finais. A proposta de regionalização dos IF's na Bahia oferece uma contribuição ao planejamento das instituições de ensino tendo como base a região, proporcionando subsídios para embasar um (re)direcionamento das ações de expansão de novos *campi* dos IF's e sua inter-relação com a produção do espaço regional e o desenvolvimento dos municípios envolvidos no território baiano.

## **2 INSTITUIÇÕES DE ENSINO E SUAS DINÂMICAS REGIONAIS: UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA**

Ao propor uma tese que analisa a implantação dos IF's nas regiões baianas não se pode negligenciar os estudos de pesquisadores que se dedicaram a compreender a regionalização a partir do ensino superior. Ao contrário, são eles a motivação dessa pesquisa. Dentre os estudos sobre a regionalização do ensino superior na Bahia colocou em relevo as obras de Sylvio Bandeira Silva, Antônio Angelo da Fonseca e Juan Pedro Delgado, Wendel Baumgartner.

Sylvio Bandeira Silva (1996; 2008; 2010) é uma referência nos estudos da geografia teórica quantitativa na Bahia e no Brasil. Suas pesquisas que aplicaram a Teoria das Localidades Centrais, embasadas em Walter Christaller (1966), objetivaram entender melhor a organização urbano-regional. Com modelos de hierarquia e rede urbana, propondo regionalizações, novas aplicações do conceito de centralidade, analisando concentrações e distribuição espacial e evoluindo na aplicação da Teoria das Localidades Centrais.

Buscou, com seus argumentos, alcançar uma articulação entre os critérios de eficiência e equidade espacial, sobretudo dos processos econômicos transcendendo para outras abordagens na educação e saúde. Por isso, sempre foi criticado em função da forte componente econômica atrelada a teoria de Christaller. “Na Geografia, a contribuição de Christaller foi sempre objeto de controvérsias e, certamente, isto perdura até hoje. Em seu tempo, sua obra foi vista pelos geógrafos alemães como sendo de Economia e não de Geografia” (SILVA, 2010, p. 97). Entretanto, Silva se coloca a favor de uma Geografia que possa combinar outras abordagens na análise que abarquem os aspectos da estruturação/reestruturação produtiva envolvendo as questões sociais, econômicas e políticas e seu reatamento no espaço.

Nessa perspectiva que Silva (2010) analisa a organização espacial do sistema educacional, relacionando-o com a rede urbana e debatendo questões de centralização e descentralização. Ao discutir a espacialização do processo educacional, aponta os aspectos ligados à localização como um importante problema a ser abordado. Onde localizar as instituições de ensino? Qual será sua área de influência? Como garantir acessibilidade a grande parte da população? De acordo com o autor essas questões são relevantes, pois

[...] o desafio é o de encontrar mecanismos de localização e interação que assegurem plenamente o atendimento dos preceitos constitucionais. Assim, onde localizar uma escola e para quem ela é destinada (o seu raio de influência) são questões fundamentais no planejamento da educação em um país, região, estado e município. (SILVA et al., 2008, p.5).

Esse desafio de encontrar esses mecanismos parece ainda permanecer, haja vista a grande disparidade que há entre as diferentes regiões da Bahia, sobretudo, na questão da implantação do ensino superior público. Decerto que muitas regiões do estado não foram contempladas com instituições de ensino superior seja através do planejamento estadual, seja federal. Não há como negar que existe uma centralização ainda na Bahia, o que certamente compromete os critérios de equidade ao acesso de populações que vivem em regiões alijadas deste tipo de investimento.

[...] por exemplo, uma excessiva centralização em poucos centros urbanos ou em poucos bairros, ou ainda em poucos espaços rurais, muitas áreas deixarão de ser atendidas no todo ou em parte. No outro extremo, o da exagerada descentralização do sistema educacional, a eficiência do mesmo poderá ser bastante afetada com a pulverização dos recursos e com custos muito altos. É preciso, portanto, encontrar estruturas e processos que garantam, de um lado, padrões de eficiência para o sistema educacional e padrões de equidade no que tange o acesso aos serviços educacionais por parte da população onde quer que ela esteja. (SILVA et al., 2008, p.5).

Nesse sentido, a busca pelo equilíbrio entre os critérios de eficiência e equidade (condensados no Quadro 1) passam a ser fundamentais no planejamento de novas unidades de ensino. Conforme o autor, “todo esse processo educacional deve ser constantemente avaliado quanto a sua eficiência e equidade, inclusive em termos pedagógicos” (SILVA et al., 2008, p.13). Adequar as estruturas espaciais educacionais às necessidades da sociedade pode levar a um melhor desenvolvimento econômico e social dos municípios. Silva (et al., 2008, p.7) apresenta uma sistematização teórica, de forma abrangente, sobre os padrões locacionais que levam em consideração um certo equilíbrio entre equidade e eficiência relacionados aos níveis de ensino e suas instituições.

Ao analisar o quadro 01, percebe-se que quanto menor o nível de ensino, maior a densidade das instituições de ensino pelo território. A escala de ação é o distrito, o bairro, o vilarejo, a cidade pequena e as áreas rurais. Com distâncias pequenas e médias entre as residências e as escolas. Deslocamentos curtos por parte da população. Por conseguinte, quanto maior o nível de ensino, mais rarefeita é a presença das instituições educacionais. A escala de ação é a cidade, o município, a região, o estado. Distâncias maiores entre as residências e as instituições, com mai-

or utilização do sistema de transporte. Ao inserir os institutos federais da Bahia num dos padrões locacionais no quadro 01, os mesmos se encaixariam tanto nos níveis de ensino médio, quanto no superior (graduação) como na pós-graduação, porém, esta pesquisa se ateve nos pontos 04 e 05 do quadro 01 e seus respectivos padrões locacionais, tendo em vista que estes representam a missão principal dos IF's, mormente, no ponto 04.

Quadro 1 - Padrões locacionais do sistema educacional com base em critérios de eficiência e equidade

NÍVEIS DE ENSINO	PADRÕES LOCACIONAIS
<b>1. Creche e pré-escola</b> (Creche: atende crianças até três anos; pré-escola: atende crianças de quatro a seis anos)	Distribuição espacial muito densa das creches e pré-escola para assegurar o fácil acesso das crianças (pequenas distâncias entre residências e creche), pequena dimensão dos estabelecimentos. Fundamental importância do acompanhamento familiar nos deslocamentos. Pequenas áreas de atendimento (partes de bairros, por exemplo).
<b>2. Alfabetização</b> (Idades variadas, inclusive envolvendo adultos)	Tendência a uma dispersão aleatória, já que normalmente utiliza instalações de creches, pré-escolas e do ensino fundamental, além de igrejas, clubes e organizações sociais.
<b>3. Ensino fundamental</b> (Duração mínima de oito anos, população de sete a 14 anos, em geral)	Distribuição espacial densa das escolas para assegurar o acesso das crianças (distâncias médias entre residências e escola). Maior dimensão dos estabelecimentos. Menor importância do acompanhamento familiar nos deslocamentos, relevância do transporte escolar no campo e na cidade, também importância do transporte público. Médias áreas de atendimento (áreas rurais e bairros, por exemplo).
<b>4. Ensino médio</b> (Duração mínima de três anos, população de 15 a 17 anos, em geral)	Distribuição espacial menos densa que para o ensino fundamental, também com distâncias superiores com relação ao nível anterior. Dimensão variada dos estabelecimentos, em geral menores que os do ensino fundamental. Relevância do transporte escolar e do transporte público. Áreas de atendimento maiores que no nível anterior (grandes bairros ou conjuntos de bairros próximos, extensas áreas rurais).
<b>5. Ensino superior</b> (Graduação-duração variada)	Distribuição espacial bem menos densa. Padrões locacionais menos rígidos na escala da cidade, da região e do país. Importância dos serviços de apoio aos estudantes (residências, restaurantes, bolsas etc.). Grandes áreas de influência (cidades, regiões e estados). Variedade quanto à dimensão dos estabelecimentos (universidades, centros universitários, faculdades, escolas, etc).
<b>6. Ensino superior</b> (Pós-graduação-duração variada)	Distribuição espacial ainda mais rarefeita, em particular para os cursos de doutorado. Padrões locacionais menos rígidos. Inserção nas escalas nacional e internacional. Importância dos serviços educacionais (bolsas, residências, restaurantes).

Fonte: SILVA, et al., (2008, p.7).

Silva (1996) em seu texto “Regionalização e Ensino Superior na Bahia”, destaca que em 1996, havia uma intensa discussão entre as universidades estaduais na Bahia sobre a temática da regionalização do ensino superior como instrumento de desenvolvimento urbano e regional. “[...] é preciso organizar melhor, em termo espaciais e institucionais, o ensino superior na Bahia tentando atingir níveis mais eleva-

dos de eficiência e equidade” (SILVA, 1996, p. 91). Destacava ainda que naquele momento ainda não havia ocorrido uma expansão das instituições de ensino superior federal no estado da Bahia, talvez pela fragilidade dos representantes políticos e pela pouca organização urbana regional no interior do estado, reforçando a primazia da região de Salvador. A educação superior assumida pelos estados, na maioria das vezes, foi em decorrência de uma ausência do governo federal (FIALHO, 2011). Por essa ausência de universidades federais que o governo estadual percebeu a necessidade de criar faculdades isoladas no território baiano.

[...] o governo do estado da Bahia partiu, desde o final dos anos 60, para a criação de faculdades isoladas e, mais tarde, de universidades. Foi assim por exemplo, que surgiu a UEFS em meados da década de 70, e, mais tarde a UESB, a UNEB e, recentemente, a UESC, com a oportuna estadualização da antiga Federação das Escolas Superiores de Ilhéus e Itabuna. O ensino superior federal ficou restrito, portanto à Universidade Federal da Bahia/UFBA, em Salvador e em Cruz das Almas. Na UFBA, nos últimos anos, a maior expansão se deu ao nível da pós-graduação. A título de comparação, o estado de Minas Gerais possui seis universidades federais. (SILVA, 1996, p. 91).

No estado da Bahia a justaposição de um modelo de universidade com vocação regional (UEFS – Feira de Santana, UESB – Vitória da Conquista e UESC Itabuna/Ilhéus), com outro modelo de universidade tipo *multicampi* (UNEB) apresentou conflitos nos critérios de localização. Exemplos de campus da UNEB que foram criados em cidades próximas as regiões de atuação da UEFS e UESB ilustram esses dilemas. De acordo com Silva (1996), parte daí dois problemas básicos, o primeiro se refere o da justificativa de implantar uma instituição de ensino superior isolada em um centro com base em critérios de tamanho da população e funcional, da vinculação de uma unidade a um centro mais distante ou próximo; o segundo problema, refere-se ao fortalecimento ou não da regionalização com critérios econômicos, sociais e administrativos com relação a perspectiva de desenvolvimento regional. Nesse contexto, Silva (1996, p. 92) alerta que a continuidade desse modelo tem o risco de “[...] pulverizar, de forma indiscriminada, os escassos recursos humanos e materiais fazendo com que eles não ofereçam um expressivo retorno em termos acadêmicos, econômicos e sociais”.

Com intuito de contribuir com a temática, naquele momento, Silva (1996) propôs uma regionalização das universidades estaduais apoiada nas regiões econômi-

cas e administrativas na busca de uma maior articulação e eficiência espacial no território baiano<sup>3</sup>.

Uma eficiente regionalização e uma dinâmica integração funcional podem contribuir bastante para resolver muitos de nossos problemas na área do ensino superior, atendendo às expectativas de nossa juventude e servindo como um poderoso instrumento de desenvolvimento socioeconômico com repercussões sobre todo o território estadual. Não é demais repetir, concluindo, que, daqui em diante o desenvolvimento econômico social será cada vez mais dependente dos níveis de conhecimento de uma determinada sociedade. (SILVA, 1996, p. 94).

Ao apresentar suas discussões sobre as “Cidades Pequenas e Médias: reflexões teóricas e aplicadas no território Baiano”, Silva (2010) utilizou como base a Teoria das Localidades Centrais de Walter Christaller (1966) para analisar a espacialização do ensino superior na Bahia. Silva (2010) destaca que a interiorização das quatro universidades estaduais na Bahia contribui para equidade espacial da oferta de cursos superiores no território baiano. Segundo o autor, estas “exercem um papel muito importante no sistema urbano-regional do estado da Bahia”. Afirma que as três universidades regionais (UEFS, UESB e UESC) estão próximas da realidade da hierarquia urbana da Bahia e a universidade *multicampi* (UNEB) “[...] tendo um expressivo papel distributivo junto às cidades pequenas e médias no interior do estado da Bahia” (SILVA, 2010, p.103). Nessa perspectiva que o autor acredita que a expansão do ensino superior na Bahia

não tem ocorrido por força de políticas públicas urbano-regionais (princípio da administração, segundo Christaller) mas sim, em função do crescimento do mercado, especialmente pela dinâmica da urbanização, provocando a ampliação da demanda (princípio de mercado), que precisa ser atendida com menores custos de deslocamento (princípio da circulação). (SILVA, 2010, p. 103).

Esta reflexão de Silva (2010) contribui para explicar o significativo processo de expansão das Universidades Federais no estado da Bahia, entre elas, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em 2006 (Campus em Cruz das Almas, Cachoeira, Santos Antônio de Jesus, Amargosa, Feira de Santana e Santo

---

<sup>3</sup> Sylvio Bandeira de Mello e Silva (1996) apresentou nesse texto, uma proposta de regionalização das universidades estaduais na Bahia com o objetivo de fortalecer as universidades regionais em seus territórios de atuação. Para tanto, mostra um mapa onde estão representadas as universidades estaduais e as regiões econômicas e administrativas como unidades de planejamento do governo do estado da Bahia, vigente naquele momento. A proposta confiava nessa regionalização com intuito de contribuir no estímulo ao desenvolvimento regional-urbano, fortalecendo as cidades pequenas e médias em seus processos de interação com suas áreas de influência, exercendo com mais eficiência suas articulações externas, e maior integração cidade-região, evitando sobreposição de cursos e correlacionando com as especializações das regiões. Ver (SILVA, 1996, p. 91-94).

Amaro), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) em 2002 (Campus Juazeiro, Senhor do Bonfim e Paulo Afonso), Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOBA) em 2013 (Campus Barreiras, Barra, Bom Jesus da Lapa, Luiz Eduardo Magalhães e Santa Maria da Vitória), a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB - Campus São Francisco do Conde) e a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) também em 2013 (Campus em Itabuna, Teixeira de Freitas e Porto Seguro). Além das Universidades Federais, a Rede Federal de Educação Científica, Profissional e Tecnológica, através do Instituto Federal da Bahia (IFBA, com expansão de 5 para 22 *campi*) e o Instituto Federal Baiano (IFBAIANO, com expansão de 4 para 14 *campi*), vem, notadamente, passando por um processo de expansão, ocorrendo por força de uma política pública federal que une educação, ciência e tecnologia às questões relacionadas ao desenvolvimento local e regional<sup>4</sup>.

Silva (2010) menciona, em seu texto, a forte descentralização que vem sendo executada pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's), levando seus cursos técnicos e superiores para os municípios do interior “rompendo com a primazia da região metropolitana”. Nesse contexto, o autor fundamenta a relevância desta pesquisa, pois, segundo ele, “A expansão acima está sendo tão intensa e rápida que torna necessária, em curto prazo, uma avaliação integrada com base em critérios de eficiência e equidade espaciais” (SILVA, 2010, p.103). Contudo, passados quase uma década da análise de Silva (2010), essa expansão já não se dá de forma tão intensa e rápida devido a conjuntura política que se modificou, sobretudo, no segundo mandato do Governo Dilma (2014-2016); por isso, essa tese tem o escopo de estudar as atuais configurações regionais na Bahia depois das inserções dos Institutos Federais.

Já Antônio Angelo da Fonseca e Juan Pedro Delgado (2012) destacam em seu artigo “As Novas Demandas Regionais por Cursos de Graduação: uma proposta de regionalização” a significativa expansão de universidades e institutos federais no território baiano e apontam que “[...] começou a ser preenchida parte de uma grande lacuna relacionada à ausência histórica de universidades federais na Bahia” (FON-

---

<sup>4</sup> Nos próximos capítulos será apresentada a política de expansão da Rede Federal de Educação, Científica e Tecnológica e sua espacialização no Brasil e na Bahia, compõem um dos objetivos deste trabalho.

SECA e DELGADO, 2012, p. 172). Os autores fazem uma contextualização do ensino superior, demonstrando sua expansão territorial no setor público e privado e sua ampliação para as cidades médias e pequenas no estado da Bahia.

O aumento significativo das matrículas em cidades pequenas e médias da Bahia é um importante indicador de que muitos jovens têm preferido estudar nas cidades de origem a se deslocarem para a capital. Estas mudanças ainda estão em processo, contudo, para que sejam solidificadas, é necessário agora o fortalecimento dos centros regionais, de forma integrada, descentralizada e participativa ampliando dos variados serviços, bens e infraestrutura técnica. [...] Ações estatais como estas também podem poderão contribuir para uma (re)estruturação de uma rede urbana mais integrada e articulada de centros médios e pequenos e uma organização regional mais descentralizada e justa para o território baiano, com menor grau de dependência em relação a Salvador e região metropolitana. (FONSECA e DELGADO, 2012, p. 175).

Os autores ressaltam um importante aspecto da expansão, trata-se da frágil articulação federativa entre os municípios, estados e governo federal, na perspectiva de evitar sobreposição de cursos de graduação entre as universidades estaduais, federais e os institutos federais em uma mesma região ou município. Esse alerta é relevante, pois pode-se evitar gastos excessivos em infraestrutura, laboratórios e pessoal e uma distribuição desigual de cursos com relação a demanda por regiões e lugares.

Outro estudo que oferece uma contribuição sobre a regionalização do ensino superior na Bahia se encontra na obra de Wendel Henrique Baumgartner que discute o papel das universidades na produção do espaço urbano e regional de cidades médias e pequenas. Em seu texto sobre “Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: Análises Sobre o Processo de Instalação de Novos *Campi* Universitários”, Baumgartner (2015a), de pronto, sinaliza a perspectiva de seus estudos sobre a temática e expõe que

Não nos propomos a discussão sobre intervalos de população ou de quantidade de funções que defina e classifique as cidades, bem como indiquem sua posição hierarquizada em um sistema urbano rígido e classificatório. Não se trata de negar ou desmerecer esses estudos, muito pelo contrário, partimos do pressuposto de que existe um ou vários elementos/componentes estatísticos que definem, dentro de um sistema classificatório próprio, uma cidade pequena, média ou grande. Ainda que muito seja debatido sobre a ideia de que as cidades não devem ser definidas pelo quantitativo populacional, o contingente populacional é muitas vezes utilizado para definir quais cidades serão foco de uma ou outra política pública. (BAUMGARTNER, 2015a, p. 74).

Outro aspecto destacado pelo autor se refere ao fato da impossibilidade de dissociar teoria, empiria e técnica nas concepções das pesquisas.

A importância desse pensamento articulado entre a teoria, a empiria e a técnica, a nosso ver, pode evitar uma teorização sobre cidades que não existem, a não ser no mundo idealizado da teoria, negando a empiria. Também podem evitar o velho temor da empiricização dos estudos (domínio do plano empírico) ou da aplicabilidade acima de tudo (tecnicismo). (BAUMGARTNER, 2015a, p. 74).

Baumgartner (2015a) faz uma reflexão sobre o imbricamento entre as cidades e as universidades. Destaca exemplos, no mundo ocidental, onde os nomes das universidades são também os nomes das cidades, estados ou regiões. Em alguns casos, seguindo um modelo europeu, de localização dos *campi* em áreas mais centrais, e em outros exemplos, reproduzindo um modelo norte americano, com campus universitário em áreas mais periféricas. No Brasil há uma predominância das cidades universitárias com localização no entorno das cidades se aproximando do modelo norte americano. No que concerne aos nomes em muitos casos estão relacionados aos estados, mas com a política de expansão das universidades e institutos federais com uma perspectiva regional tem refletido nas nomenclaturas das instituições. São muitos os exemplos brasileiros de cidades e regiões que possuem uma função educacional relevante, como: *Campinas*, São Carlos, Ouro Preto, Viçosa, Santa Maria entre outras.

Nas cidades médias e pequenas as universidades acabam se tornando grandes empregadores, em algumas delas são as maiores fontes de emprego, e acabam possuindo orçamentos maiores do que os próprios municípios, como em Botucatu e Viçosa. A perspectiva econômica sobre a influência das universidades no espaço intraurbano das cidades médias e pequenas é uma das primeiras possibilidades de análise que temos construído em nossas pesquisas. Desde os anos de 1960, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos e, posteriormente, no Brasil, o Estado passa a compreender a instalação de universidades e/ou campus de instituições novas e/ou já existentes como uma estratégia de desenvolvimento urbano, e até mesmo regional, de áreas economicamente deprimidas e/ ou degradadas do ponto de vista da morfologia/qualificação do espaço urbano. (BAUMGARTNER, 2015a, p. 75).

O autor chama atenção para a importância do papel das instituições de ensino da (re)estruturação urbana e econômica das cidades. Afirma que:

A implantação de uma universidade ou campus de uma universidade pública afeta as dinâmicas urbanas e regionais de cidades médias e pequenas, dentro de uma estratégia governamental de promoção do desenvolvimento que, para além do impacto econômico direto através da geração de empregos públicos de alta qualificação e gastos básicos de alunos e professores, promove a melhoria dos padrões educacionais, qualificação da força de trabalho, avanço e desenvolvimento tecnológico e cultural. (BAUMGARTNER, 2015a, p. 75-76).

Conforme o autor, no Brasil, a expansão das instituições de ensino tecnológico e superior são compreendidas como uma política de Estado, que tem como objetivo estabelecer no território, equipamentos e estruturas fundamentais para a participação nas especificidades produtivas.

Uma das demandas produtivas colocadas por setores produtivos e que a expansão das universidades, institutos tecnológicos ou centros de pesquisa e desenvolvimento tenta resolver está no campo, através do melhoramento de sementes, pesquisas com animais, suporte para ampliação dos complexos agroindústrias. Assim, uma parcela das universidades no interior do Brasil acaba por se “especializar” em cursos voltados para a produção de conhecimento “agropecuário” e desenvolvimento do agronegócio. (BAUMGARTNER, 2015a, p. 76).

Essa conexão entre instituições de ensino e a movimentação regional tem se apresentando como uma tendência nas políticas educacionais em diversos países<sup>5</sup>. Cada vez mais nota-se uma busca incessante de articular ensino, pesquisa e extensão às características das regiões que receberão essas instituições. Acrescenta-se a essa lógica, o rebatimento diferente das instituições educacionais em municípios de porte diferente, podendo ter um papel mais significativo em cidades pequenas e médias e uma menor influência nas dinâmicas das cidades grandes.

Esta ideia segue em direção ao que Wüsten (1998) escreve quando afirma que as universidades fazem a diferença nos locais onde se localizam. É importante reconhecer que em cidades grandes a influência é minimizada pela própria dinâmica urbana das cidades, mas uma universidade maior pode dominar completamente o espaço urbano de uma cidade média ou pequena. Na grande cidade a diversificação econômica e mesmo cultural, bem como suas conexões com outras culturas, faz com que o aporte financeiro direto e indireto da universidade seja diluído por seu próprio dinamismo. Outra diferença entre universidades localizadas em cidades de diferentes portes está no fato de que a cidade grande oferece, por exemplo, mais possibilidades de permanência aos recém-formados em função da diversidade do mercado de trabalho. (BAUMGARTNER, 2015a, p. 77).

Essa perspectiva não fica somente atrelada a questão econômica, ainda que esse aspecto tenha um peso considerável nas ações das instituições de ensino. A questão cultural, identitária e social são fundamentais nessa interação instituições/região.

Para além do aspecto econômico, as universidades têm um forte componente cultural e artístico em suas fundações. Claval (1998) destaca que as universidades foram importantes para o desenvolvimento das atividades culturais; seus professores escrevem nos jornais locais; e sua comunidade é frequentadora mais assídua de espetáculos culturais. Além disso, professores e estudantes contribuem para a criação e difusão de ideologias moder-

---

<sup>5</sup> Como descreve Baumgartner em seu artigo de 2012 citado aqui.

nas e são apoiadores de diversos movimentos políticos e sociais. Por fim, aumentam a concentração de jovens nas cidades, favorecendo a difusão das discussões políticas, passando a ser um elemento essencial em todas as revoltas ou revoluções urbanas. O autor destaca ainda que a expansão das universidades para as cidades menores é muito incentivada pelas mesmas, em uma acirrada competição, uma vez as universidades fomentam a vinda de serviços e comércios para o centro urbano, em função de um perfil populacional de maior renda, bem como de atividades vinculadas a alta tecnologia, incentivando a constituição de polos tecnológicos. (BAUMGARTNER, 2015a, p. 77).

No artigo intitulado “As Universidades Como Agentes na (Re)Estruturação Urbana de Cidades Pequenas. Um Estudo Sobre Passau/Alemanha”, Baumgartner (2012) ressalta a importância da localização da Universidade de Passau (UNIPASSAU) na região da baixa Bavária na Alemanha. O aspecto locacional foi fundamental para alcançar os objetivos de universidade que se propunha ter um vínculo com o desenvolvimento regional reforçando a característica urbana da universidade “[...] mantendo uma tradição das universidades alemãs, em detrimento da estrutura Campus/Cidades Universitárias das universidades norte-americanas” (BAUMGARTNER, 2011, p.6). Em outro de seus trabalhos, o autor ressalta as novas dinâmicas urbanas presentes no Município de Cachoeira, região do recôncavo baiano. Wendel destaca as importantes transformações advindas do processo de implantação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), e aponta mudanças na cidade, tais como

[...] transformações na estrutura de comércio/serviços como surgimento de *apart* hotéis, *delicatessen*, copiadoras, livrarias e cafés, que foram impulsionadas pela instalação da UFRB, que também, insere novos tempos e novas temporalidades na cidade, a partir da chegada, de novos moradores (professores, estudantes universitários e funcionários), com suas “necessidades”, novos desejos e novos consumos. (BAUMGARTNER, 2009, p. 97).

Entretanto, os resultados da pesquisa apontam para um intenso processo de tensões e conflitos socioculturais, destacando o “empobrecimento e uma exclusão de moradores do local, das “benesses” do desenvolvimento econômico” com a chegada da UFRB. Dados coletados em campo e entrevista destacam “[...] transformações perversas no cotidiano local, como o aumento do consumo de drogas, dos preços dos aluguéis, e a invisibilidade dos moradores antigos para os novos moradores e usuários [...]” (BAUMGARTNER, 2009, p. 99). Por fim, o autor conclui que a Instalação da UFRB ainda é muito recente para chegar a conclusões precipitadas e sugere que

A superação do confronto inicial e o acolhimento da UFRB pela população de Cachoeira poderia acontecer pela vinculação maior entre os novos mo-

radores/usuários e a cidade/moradores antigos, evitando a segregação espacial e social entre a Cachoeira da UFRB e a Cachoeira dos cachoeiranos. (BAUMGARTNER, 2009, p. 111).

Esta preocupação de Baumgartner (2009) também faz parte de estudos em outros países, como, por exemplo, Portugal, onde Nico & Nico (2011) apresentam uma discussão sobre a relação das instituições formais e não formais de educação e o território em que elas estão inseridas. Com base em pesquisas realizadas nos municípios e regiões de Portugal, ressaltam que em diversos casos investigados é frágil a articulação entre as instituições promotoras de aprendizagem formal e os sistemas comunitários não formais nos territórios. Segundo os autores isso ocorre porque quase sempre, estas instituições formais estão vinculadas a poderes políticos exteriores e não representativos dos territórios locais. Os autores alertam para uma tensão entre a relação das instituições de ensino e a identidade cultural territorial local. Observaram um paradoxo existente nas instituições formais de ensino, resultantes de que a medida que aumenta o nível de escolaridade da população local de um determinado lugar, tende a aumentar a ausência das referências identitárias do local no conjunto dos conhecimentos construídos e desenvolvidas nessas instituições de ensino e aprendizagem.

## **2.1 Os Institutos Federais e a dinâmica regional: discussões e estudos de casos**

No que se refere a dinâmica dos institutos federais no território brasileiro, um levantamento bibliográfico revelou que é possível encontrar diversos artigos sobre o tema com abordagens, mormente, sobre a sua expansão pelos estados; e em alguns estudos de casos, que revelam algumas das características que permeiam a relação de novos *campi* com o local/regional. Dentro desse universo pesquisado foram sublinhadas algumas dessas pesquisas como aporte teórico para auxiliar na análise da atual dinâmica dos IF's na Bahia, bem como na proposição de reordenamento proposto nessa tese.

Neste arcabouço teórico sobre os institutos federais, uma das mais importantes obras para conhecer a história, a política e os objetivos do IF's é a de Eliezer Pacheco (2011), que organizou "Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica". Dentre os temas que o livro aborda, três são de relevância

para a construção de uma crítica sobre a dinâmica dos IF's: 1) Os institutos federais como política pública, para Pacheco (2011) é na compreensão das estruturas institucionais e na intervenção nas relações sociais moldadas por diferentes interesses e expectativas que os Institutos Federais assumem o papel de agentes estratégicos na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais. 2) Quanto ao desenvolvimento local e regional, Pacheco (2011) é incisivo ao afirmar que atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania constitui uma das finalidades dos Institutos Federais. Para tanto, é necessário um diálogo vivo e próximo dessas instituições com a realidade local e regional, buscando a compreensão de seus aspectos essenciais, ou seja, do que existe de universal nessa realidade. 3) sobre os institutos federais como parte da rede social, o autor entende que essas instituições federais de educação profissional, científica e tecnológica nascem para realizar o compartilhamento real em uma rede multilateral, heterogênea e dinâmica, a partir de uma postura dialógica que objetive a reestruturação de laços humanos que, ao longo das últimas décadas, vêm se diluindo. Nesse caminho, estabelecer o vínculo entre a totalidade e as partes constitui premissa fundamental para apreender os objetos em seu contexto, em sua complexidade (PACHECO, 2011).

No seu texto “Novo design para a rede federal de educação tecnológica” Fernandes (2008) descreve a importância da regionalização dos IF's como parte estratégica do seu funcionamento através da interligação dos *campi* com a reitoria, e atendendo aos arranjos produtivos locais; pois só assim a implantação de um campus seria decisiva no desenvolvimento regional. Daí ser fundamental a articulação dos institutos federais com as potencialidades regionais, o que significa formar um indivíduo com capacidade de gerar conhecimento a partir de uma prática interativa com a realidade do lugar. Por fim, Fernandes aponta para o fato de que só poderá haver a construção de uma rede efetiva que contribua com o desenvolvimento regional a partir de uma infraestrutura organizada pela Reitoria. O que se vê atualmente é que se essa infraestrutura não é dada aos *campi*, logo surgiram questionamentos sobre a criação de novos institutos dentro dos estados para atender, com autonomia, aos anseios do desenvolvimento regional.

Em “A contribuição da educação profissional para o desenvolvimento local e regional: cooperação técnica entre o Instituto Federal de Educação Baiano campus Catu e a Agricultura Familiar”, de Maria Menezes (2014), há uma discussão que contribui em muito com a análise desta tese; por exemplo, a modificação da concepção do ensino técnico, que antes preparava o educando apenas para servir ao mercado e que hoje também se preocupa com uma formação mais ampla, pensando na sociedade. Para Menezes, os institutos federais estariam mais próximos da sociedade tendo em vista que os resultados das pesquisas nas universidades ainda estão distantes no que tange a sua aplicabilidade e acesso pela sociedade como um todo. Portanto, se a escola tem um papel social, e concordamos que sim, ela deve abrir-se à comunidade (MENEZES, 2014).

Numa análise sobre “A política de educação profissional no Governo Lula” Célia Regina Otranto (2011) diz que, as escolas profissionalizantes, em sua grande maioria, não estavam preparadas para a transformação em instituições de educação superior, *multicampi*, com todas as funções, direitos e deveres de uma universidade, com oferecimento da graduação, licenciatura e pós-graduação, atividades de pesquisa e extensão, além de outras não exigidas para as universidades, mas obrigatórias para os Institutos Federais, tais como: o ensino médio, técnico e educação de jovens e adultos. Como podemos perceber, as atribuições dos IF's vão além daquelas determinadas para as universidades, mas terão que ser desenvolvidas fora da estrutura universitária. Este é um debate que não pode ser ignorado, pois, as licenciaturas dos IF's também se configuram numa contribuição regional.

O artigo de Arthur Silva e Denise Terra (2013) intitulado “A expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os desafios para o desenvolvimento local e regional” traz uma crítica sobre uma expansão que ainda é centralizadora. Os autores dizem que no Estado do Rio de Janeiro a expansão atingiu todas as regiões do Rio de Janeiro, mesmo que seja com um campus, contudo, a região mais favorecida com a expansão é a Metropolitana. Isso se deve ao fato da alta concentração populacional, além dos investimentos decorrentes dos megaeventos esportivos e da descoberta do Pré-Sal. Esta concentração está presente também na Bahia quando se estuda a expansão no estado. Um outro dado nos estudos de Silva e Terra (2013) é que o fator econômico é fortemente utilizado como apelo, por exemplo, os megaeventos e o pré-sal; o que reforça o uso da região enquanto divi-

são econômica nessa pesquisa. Vale ressaltar que o fato de se levar um campus de um instituto federal para municípios ou regiões não atendidas por essa modalidade educacional já é uma contribuição importante para efetivar novas oportunidades de qualificação de mão-de-obra técnica. Mas como ressaltado anteriormente, torna-se necessária a realização de estudos com vistas a verificar de que forma a expansão dos Institutos Federais poderá contribuir efetivamente para o desenvolvimento local e regional, uma das finalidades de sua expansão.

Por último, o artigo de José Edilson do Nascimento (2012), que analisa a política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado do Maranhão, foca, sobretudo, como os institutos federais podem também ser um mecanismo de correções de distorções. Nascimento (2012) cita o exemplo da região noroeste do Maranhão que a partir das diferentes fases da política de expansão da Rede Federal recebeu um número razoável de unidades, o que a faz uma das mais contempladas áreas do estado por tal política. Espera-se que as unidades do IFMA possam aprimorar os serviços oferecidos à população e, conseqüentemente corrigiam algumas das distorções que existem, principalmente em relação aos cursos ofertados e as aptidões dos lugares. Assim, certamente estarão ampliando as suas ações no sentido de promover o desenvolvimento regional, sem que isso represente a degradação ambiental e exploração das pessoas.

Dentro da relação desenvolvimento regional e educação (através da implantação dos institutos federais), objetivo de análise desta tese, existem uma gama de pesquisas, artigos, que fazem esta correlação, como, por exemplo, os artigos: “Desenvolvimento regional baseado na educação: uma análise insumo-produto no estado do Rio Grande do Norte – Brasil” de Maria Kaliane Freitas Mota, Renato Samuel Barbosa, João Maria Filgueira, publicado na Revista G&DR (2015), que se propõe a adensar o conhecimento no tocante ao desenvolvimento regional tendo como base o vetor produtivo da educação, observando seus efeitos sobre a geração de empregos, valor adicionado à economia e salários, de maneira a cooperar para a melhoria do bem-estar da sociedade. Em “Educação e Desenvolvimento Regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular no estado de Pernambuco” de Fusco & Ojima, também publicado na Revista G&DR (2017), os autores analisam como a interiorização das instituições de ensino público contribuíram com o aquecimento econômico em cidades menores de Pernambuco.

Rota Júnior e Ide (2016), no artigo “Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960”, mostram como o desencadeamento do processo de desenvolvimento econômico regional, impulsionado por ações do Estado, veio a exigir maior investimento em educação, a fim de formar cidadãos que pudessem dar sua contribuição ao processo de industrialização e adaptados à consequente urbanização, culminando no estabelecimento dos primeiros cursos superiores, todos de formação de professores.

## **2.2 Desenvolvimento e educação: uma combinação possível**

Certamente que definir o vocábulo “desenvolvimento” não se configura numa atividade simples, haja vista as inúmeras acepções que podem ser atribuídas a ele, inclusive, numa formulação mais filosófica o desenvolvimento seria um movimento que contrário a busca de um crescimento. Por exemplo, Ouriques (2010) pega o termo desenvolvimento e o trata como desenvolver, ou seja, eliminar o envolvimento com o outro. Portanto, o desenvolvimento empregado nessa tese tem uma íntima correlação com o dinamismo regional/local. Assim, conceituar o que seja um desenvolvimento regional também se insere numa problemática de definição. Para Silva (2016, p.172)

A polissemia da palavra desenvolvimento possibilita que governos, carregados nos ombros do mercado e alicerçados por campanhas midiáticas que difundem a “ideologia do desenvolvimento” como uma necessidade imperativa para a melhoria das condições de vida, imponham seus projetos de forma monológica. Quase sempre traz a venda de soluções técnicas como as únicas possíveis para resolver os problemas que pretende aniquilar. (SILVA, 2016, p.172).

Contudo, o desenvolvimento regional pode ser a análise de diferentes fatores que contribuíram para que uma dada região pudesse evoluir, transformar, de um estágio de carência de algumas necessidades da sociedade para um nível que aponte, seja visualmente ou através de números, melhorias nas condições de vida, que pode ser entendida, por exemplo, como mais oferta de emprego e elevação do nível de instrução de uma sociedade. Logo não há como separar o desenvolvimento com vetores que proporcionam ou sugerem maior dinâmica regional/local.

O dinamismo provocado no local, na região a partir da implantação dos Institutos Federais carece ser estudado, principalmente, porque ele não atinge apenas a

educação em si, mas reflete diretamente em diferentes setores da economia regional, como por exemplo, o setor imobiliário, o setor alimentício, construção civil, serviços etc. Portanto, é intrínseco ao que muitos geógrafos tratam como desenvolvimento regional/local. Para Silva & Silva (2006, p.185) “[...] a discussão do desenvolvimento e da pobreza em nossos dias ressalta novas perspectivas setoriais envolvendo diferentes escalas”. No caso dessa pesquisa foram privilegiadas as escalas local e regional como forma de oferecer uma contribuição sobre essa dinâmica que envolve educação e desenvolvimento, e que se insere também na preocupação com a diminuição da pobreza.

Sendo assim, concordando que não há uma única forma de se entender o desenvolvimento, mesmo porque cada sociedade pode compreender o que seja desenvolvimento sob diferentes aspectos, que podem ser desde o cultural, passando pela educação até a análise puramente econômica. Entretanto, como forma de norteamento teórico buscou-se alguns autores que conceituaram o desenvolvimento dentro de uma perspectiva de afinidade com o que se propôs nessa tese.

Sendo o local uma das escalas de análises nessa pesquisa, o localismo se torna importante para compreender uma das faces do desenvolvimento, sobretudo, quando se emprega a endogenia (MARTINS, 2002). Mas, a endogenia pode instalar uma contradição para o desenvolvimento, pois, se de um lado este processo tem uma grande preocupação com as dimensões culturais e ambientais, por outro lado, quando a população local tem carência de formação e desconhecimento de técnicas, somente processos endógenos podem comprometer a elaboração de um projeto de desenvolvimento. Para Silva & Silva (2003) a endogenia deve ser entendida como a capacidade de organização que as comunidades locais e regionais desenvolvem para buscar patamares mais elevados. Ainda sobre o desenvolvimento endógeno, Furtado (2001, p.423) irá dizer que este “[...] requer criatividade no plano político, e esta se manifesta quando à percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva”. Entretanto, se não for bem construído, o localismo pode se tornar uma barreira para o desenvolvimento regional instalando uma concorrência desigual dentro da mesma região. Todavia, há autores que entendem o localismo como uma forma de libertação do capitalismo voraz, por exemplo, Silva (2016, p.179) dirá que:

Ao valorizar o lugar com o seu conhecimento local, mina-se o discurso dominante que a economia desenvolvimentista encontrou em nosso meio nas últimas décadas, fazendo-se detentora da última palavra sobre as decisões

técnicas e políticas. Descentraliza-se a fala do desenvolvimento como apenas crescimento econômico e volta-se o olhar para outras dimensões presentes no lugar como gênero, raça, etnia, relação com a natureza, etc. mediados pelas “outras matrizes de saberes” anteriormente censuradas pelo discurso do desenvolvimento. (SILVA, 2016, p.179).

Para Bresser-Pereira (2006):

[...] o desenvolvimento econômico é o processo histórico de crescimento sustentado da renda ou do valor adicionado por habitante visando à melhoria do padrão de vida da população de um determinado estado nacional resultante da sistemática acumulação de capital e da incorporação de conhecimento ou progresso técnico à produção. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.208).

Em todas as proposições de desenvolvimento expostas aqui, seguramente, as ações dos Institutos Federais estão interligadas, seja na preocupação com as culturas regionais, com os aspectos naturais das paisagens locais, bem como com o desenvolvimento econômico das regiões onde foram implantados.

Talvez seja necessário pensar num caminho híbrido no que se refere aos estudos sobre o desenvolvimento local/regional, mesmo porque os fatores de desenvolvimento surgem ou se modificam com o passar da história, bem como irá depender de como o local e a região são receptíveis a entrada de novos vetores do desenvolvimento. Daí ser fundamental elaborar reflexões sobre reconfigurações locais e regionais, um trabalho que a Geografia particularmente oferece uma substancial contribuição. Se considerarmos que os Institutos Federais, mesmo tendo sua origem a mais de cem anos, podem ser analisados como um desses novos vetores do desenvolvimento local/regional para a Bahia e outros estados brasileiros, essa tese, então, tenta cumprir o papel de contribuir, sob o olhar geográfico, com a observação da transformação espacial tendo como foco principal a implantação dos IF's.

Portanto, essa tese tem na região e suas múltiplas escalas o pano de fundo para analisar a dinamicidade e modificações decorrentes da expansão dos Institutos Federais de Ensino na Bahia. Este estudo também pretende, não ser um fechamento de estudos sobre as instituições de ensino e suas relações com a região, mas, sim ser parte de um rol de contribuições que elegeram os institutos federais como agente transformador da dinâmica no local e regional, haja vista que a maior parte dos estudos são reflexões a partir do ensino superior, principalmente, a partir de universidades públicas.

### 3 A EXPANSÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS EM ESCALA NACIONAL

Antes de adentrar na análise da regionalização dos Institutos Federais na Bahia se faz necessária uma breve interpretação da implantação dos IF's no Brasil como forma de compreender, por exemplo, sua concepção, seu papel e sua distribuição pelo território estatal, isto é, dentro das demarcações dos estados brasileiros.

Os Institutos podem ser compreendidos como uma política do Estado, pois a chegada de um Instituto Federal em uma Unidade Federal é uma forma de um governo hastear sua bandeira política, neste caso, através do Ministério da Educação (MEC). Não por acaso o MEC (2008) trata essa política como uma forma de “[...] ampliar o acesso à educação técnica e superior e, principalmente, contribuir para o desenvolvimento local e regional do espaço brasileiro”. Assim, surge um projeto político nacional que pode ser chamado de Ifetização, ou seja, a transformação dos CEFET, Escolas Técnicas, Agrotécnicas e outras unidades de educação profissional, em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.

A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem sua origem no início do século XX. Com a incipiente industrialização brasileira, surgiu a necessidade de preparação de mão de obra para o exercício profissional. É a partir desse período que o Estado brasileiro implementa a educação profissional e cria as escolas de artes e ofícios em diferentes unidades da federação. Essas, foram precursoras das escolas técnicas estaduais e federais. Contextualizadas em um período em que o desenvolvimento industrial praticamente inexistia, essas escolas tinham “[...] a finalidade moral de repressão: educar pelo trabalho, os órfãos, pobres, e desvalidos da sorte, retirando-os das ruas [...]”, (KUENZER, 2007, p. 27). Se no início tinha o objetivo de atender as classes sociais desprovidas, a Rede Federal se configura hoje, como importante estrutura para que as pessoas tenham efetivo acesso ao conhecimento científico e tecnológico.

É a partir da década de 1980 que um novo cenário econômico e produtivo se estabeleceu, com o desenvolvimento de novas tecnologias, agregadas à produção e à prestação de serviços. Para atender a essa demanda, as instituições de educação profissional são vistas como o fornecimento de mão de obra qualificada para suprir as necessidades, sobretudo, de grandes empresas e empreendimentos econômicos. Portanto, ao tentar cobrir boa parte do território nacional, a Rede Federal tem como

missão qualificar profissionais para os diversos setores da economia brasileira, realizar pesquisa e desenvolver novos processos, produtos e serviços em colaboração com o setor produtivo.

Historicamente, em âmbito nacional a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica teve início em 1909, quando houve a criação de 19 escolas de Aprendizes e Artífices. A criação ocorreu na gestão do então presidente da República na época, Nilo Peçanha. Ao longo das décadas, estes estabelecimentos de ensino receberam múltiplas nomenclaturas subsequentes, entre as quais:

- Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA/1909);
- Liceus Profissionais (LP/1937);
- Escolas Industriais e Técnicas (EIT/1942);
- Escolas Técnicas (ET/1959);
- Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET/1978);
- Institutos Federais de Educação Científica e Tecnológica (IF/2008).

Tais alterações nominiais visavam adequar o papel institucional que lhes competia à sua missão, sobretudo, em relação à sociedade brasileira. Em 29 de dezembro de 2008, 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET's), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (UNED's), 39 Escolas Agrotécnicas Federais (EAF's), 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas vinculadas às universidades passaram a formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's).

Em um primeiro momento, essa formação dos IF's encontrou resistência, principalmente, em função da diferença organizacional e pedagógica entre os CEFETs e EAF's. Essa fusão foi bastante criticada. Conforme Otranto (2011), vale destacar alguns argumentos contrários a criação dos IF's: o tempo de criação de cada instituição e sua história; à finalidade da formação profissional; à necessidade de qualificação de jovens, adultos e trabalhadores rurais; preocupação com desconstrução da identidade das escolas que sempre tiveram a formação profissional de nível médio como objetivo principal.

As EAF's através do Conselho das Escolas Agrotécnicas Federais (CONE-AF), emitiu documento em 2007 que sinalizava algumas preocupações e a oposição à proposta governamental de criação dos IF's. Em síntese o documento comunicava aos representantes da Secretaria de Educação Técnica e Tecnológica (SETEC) e do

Ministério da Educação (MEC), que as Agrotécnicas, apesar de buscar a ampliação e o crescimento, não queriam mudar de identidade, nem ficar subordinadas a outras instituições.

Porém, como contar com a adesão das EAF's era fundamental para a proposta governamental obter o êxito esperado, muitas das reivindicações do CONEAF foram sendo atendidas, colocando por terra questionamentos anteriores. O MEC passou a admitir a formação de Institutos Federais formados somente por essas Escolas, esvaziando o argumento da subordinação. Comprometeu-se com o ensino médio técnico e garantiu que o cargo de reitor obedeceria a um rodízio que contemplaria todas as instituições que compusessem o IF. Além disso, plantou a dúvida a respeito do futuro das EAFs que não se transformassem em Institutos, informando que nenhuma delas seria alçada à condição de CEFET e que continuariam como instituições de ensino médio, enquanto todas as demais seriam de ensino superior. A estratégia deu resultado, pois quando a Chamada Pública MEC/SETEC 002/2007, estabeleceu prazo para adesão, 90 dias, e resultado da seleção, em 31 de março de 2008, todas as Escolas Agrotécnicas Federais aderiram à proposta e transformaram-se em *campi* dos IF's. (OTRANTO, 2011, p. 9).

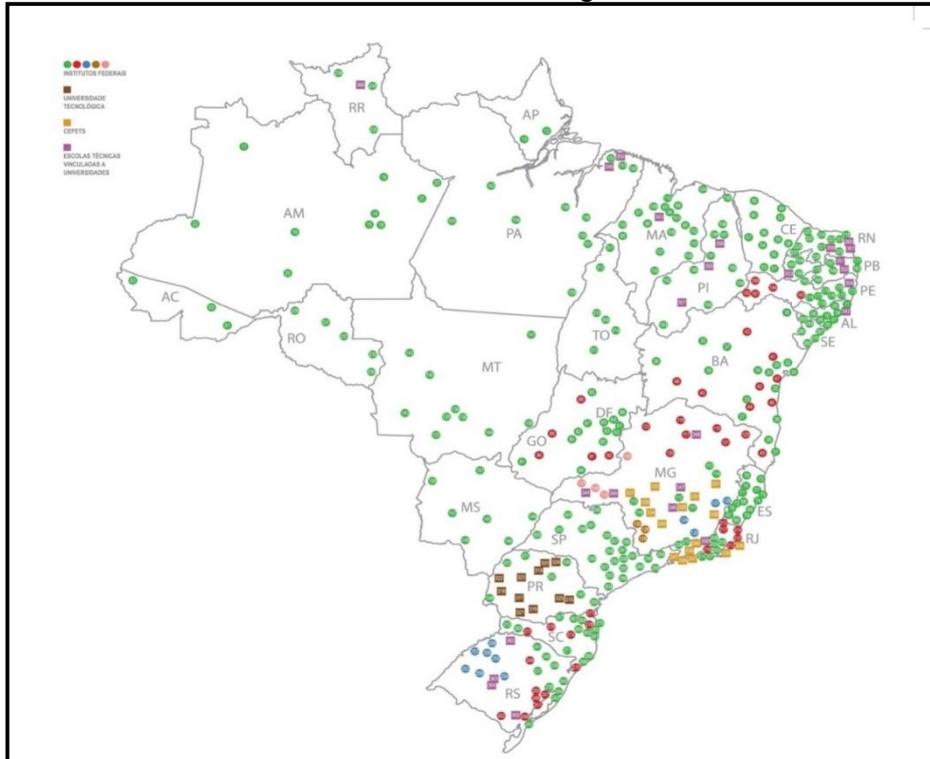
Com relação às Escolas Vinculadas às Universidades Federais, o processo foi um pouco diferente. Antes da vigência da Lei 11.892/08, eram 32 escolas integradas a 21 Universidades Federais. O principal argumento favorável à adesão estava voltado para a possibilidade de oferecimento de cursos superiores, o que não era permitido pelas universidades às quais estavam subordinadas. Outro argumento que contou favoravelmente foi a conquista da autonomia orçamentária e administrativa que seria adquirida a partir da desvinculação da universidade, uma vez que não se constituíam, como as demais, em autarquias e, portanto, dependiam financeira e administrativamente das Universidades Federais.

### **3.1 A dinâmica dos Institutos Federais: uma expansão desigual e um desejo de integração regional**

A Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui, no âmbito do sistema federal de ensino, a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF's). Certamente, que houve uma expansão dos Institutos Federais por todo o território nacional, entretanto, ao olhar a figura 01 logo se vê uma concentração dessa expansão. O litoral, tal qual em qualquer estudo sobre a história da urbanização brasileira, é privilegiado na implantação desses equipamentos (IF's).

O interior do país, na maioria dos Estados do Centro-Oeste e na região Norte ainda há um grande vazio.

Figura 1- Instituições que compõem a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica



Fonte: MEC (2012).

Este cenário de concentração em investimentos atrelados com a implantação dos IF's não ocorre apenas no Brasil e na Bahia, em Portugal, segundo, Rêgo e Caileiro (2013), a oferta de vagas para o ensino superior em Portugal está concentrada nas regiões litorâneas, principalmente no entorno das cidades de Lisboa, Coimbra, Porto e Braga (cerca de 80% das vagas no ano de 2011/2012). Fica evidente uma desigual distribuição de vagas no território português. As regiões mais dinâmicas, tanto em aspectos econômicos e de adensamento populacional concentram maior número de instituições educacionais e de vagas ofertadas, ao passo que, o interior de Portugal Continental, possui instituições educacionais mais espaçadas e com menor disponibilidade de vagas para o ensino superior.

Assim, na escala regional, os vários *campi* são interligados através de uma Reitoria, geralmente localizados na capital dos estados. “Com base nesse modelo estratégico, cabe a construção das ações táticas e operacionais para garantir o funcionamento e a função-controle vinculada aos Institutos Federais em todo o território

nacional e regionalmente” (FERNANDES, 2008, p. 64). A perspectiva é que com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para cidades médias, sobretudo no interior dos estados, ocorrerá, a médio e longo prazo uma contribuição ao desenvolvimento socioeconômico do país. O que se espera é uma justa ordenação, um cenário de equidade, da oferta de escolas federais tecnológicas, ao fazer parte de lugares que antes não contavam com nenhuma unidade de ensino federal. Nesse sentido, a região se apresenta como uma dimensão essencial para a implantação dos IF's. Logo, quanto maior for o grau de desenvolvimento de uma região, maior será a probabilidade de receber um campus dos Institutos Federais, sendo assim, a equidade entre as regiões tende a ficar comprometida.

Conforme o artigo 2º da Lei 11.892, os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e *multicampi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, e, sempre, em consonância com as características regionais; observando a cultura, a economia e o meio ambiente. Logo, as instituições educacionais estão inseridas em contextos locais/regionais, onde o espaço, o tempo, a história, as referências naturais, culturais, sociais e econômicas não podem ser descartadas. Ao contrário, devem compor o cotidiano da prática institucional.

Portanto, os IF's foram pensados com foco no ensino, formação e capacitação profissional e tecnológica de pessoas, através de cursos integrados aos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. Tem a expectativa de ser um contributo ao desenvolvimento nas regiões onde são implantados. Todavia, na prática, são muitas as dificuldades para alcançar esses objetivos, como explica Fernandes (2008, p. 62):

Associadas a dificuldades próprias de gestão, algumas das quais decorrentes de distorções históricas, tal caracterização representa um imenso desafio, que, antes de tudo, impõe um repensar quanto à organização estrutural da rede federal. Contudo, ao invés de representar ameaça ou conflitos, essa situação deve ser avaliada e trabalhada como oportunidade para correção e ajustes, de modo a proporcionar a todos os Institutos Federais um ambiente administrativo de equilíbrio, adequado às dimensões assumidas por cada instituição. (FERNANDES, 2008, p. 62),

Em Portugal, o papel das instituições de ensino superior tem sido alvo de maior atenção por parte dos governos e das comunidades acadêmicas; um cenário que é análogo ao Brasil com as IES e com os Institutos Federais. Se por um lado as IES têm sido vistas pelos governos como instrumento para o desenvolvimento e

crescimento econômico regional, por outro lado, a forma como as instituições servem a região tem sofrido críticas das suas estratégias de atuação (TEIXEIRA et al., 2013). Os autores seguem alertando sobre os poucos estudos entre a interação entre instituições de ensino e seu território de abrangência. Ressaltam que as IES não podem ser indiferentes ao contexto regional em que estão inseridas.

Com uma estrutura *multicampi* os IF's têm como um dos seus objetivos, se envolver diretamente com as localidades e regiões. “É neste sentido que os Institutos Federais constituem um espaço fundamental na construção dos caminhos com vista ao desenvolvimento local e regional” (PACHECO, 2011, p.10). As transformações ocorridas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica demonstram uma perspectiva de desenvolvimento, já que objetivam um engajamento regional para com os atores sociais e econômicos da região e dos lugares onde se encontram. Atribuições como desenvolvimento e inovação, atividades de extensão, ampliação de níveis de ensino e cumplicidade com o desenvolvimento regional, passaram a assumir centralidade no que tange à atuação dos Institutos Federais.

Ao rever a história dos IF's, é inegável que a concepção desses institutos foi norteada, entre outros aspectos, para interagir com os locais e regiões nas quais eles estão inseridos; e ser um dos vetores do desenvolvimento regional serve como justificativa para o processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Nas regiões, em diversos casos, a procura da sociedade pela educação, geralmente, é fortemente influenciada pelas atividades locais e pelas oportunidades por ela criada. Nesse sentido, Rêgo (2014, p.9), afirma que nas regiões portuguesas “[...] o estímulo à educação decorre, fundamentalmente, do contexto sócio/produtivo que, por seu turno, influencia a procura de educação, reforçando assim o caráter fundamental da empregabilidade associado à formação”. Deste modo, não se pode negligenciar a relevância das instituições educacionais para a melhoria dos indicadores dos países e para o desenvolvimento em seu sentido amplo.

Quanto mais interligada a gestão dos IF's nas escalas municipal, estadual e federal, mais efetiva será a sua conexão com a região. Contudo, para se chegar a tão sonhada articulação com a região será preciso estabelecer relações com diversos setores da sociedade civil, ONG's, associações, sindicatos, empresas, poder público, escolas e universidades. Enfim, todos com interesses que convergem para a qualidade do desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida da popu-

lação (SILVA & TERRA, 2013). Porém, a experiência em trabalho de campo e em sondagens através de conversas com funcionários de alguns *campi*, muitos dos IF's se tornaram verdadeiras ilhas dentro das regiões.

Evidentemente, que há esforços para que essa interação ocorra, por exemplo, a inserção de cursos que atendam os Arranjos Produtivos Locais (APL's); aliás os APLs são um dos critérios que têm um grande peso para convencer o MEC para a expansão. Utilizar os APL's, onde há características de complementações de produção e serviços, com oferta de cursos direcionados às especificidades do setor pode maximizar as possibilidades de geração de emprego, renda e desenvolvimento socioeconômico local.

A vinculação entre as instituições educativas e o setor produtivo não ocorre de um momento para o outro, sendo necessário trilhar um caminho longo, e muitas vezes penoso, o qual pode ser dividido em etapas a serem seguidas. A primeira etapa é aquela em que surge a disposição a cooperar e as partes demonstram esta disposição, ocorrendo encontros entre os participantes no sentido de buscar a cooperação. Na segunda, ocorre o intercâmbio de informações entre os agentes sociais envolvidos. Neste momento, uma postura aberta e proativa é fundamental, mas os resultados práticos obtidos são ainda incipientes. Na terceira etapa a cooperação se torna efetiva. Nesta etapa, a busca por informações dos setores participantes é constante e já existe consciência dos benefícios concretos que a integração irá promover. (SOUZA, 2012, p. 115).

Para essa relação entre os APL's e os IF's ser estreita e significativa faz-se necessária uma interligação sobre as características regionais, a produção local, empresas locais, a rede produtiva da região e também se os técnicos egressos conseguem se inserir no mercado de trabalho local e regional. Toda essa relação converge em uma rede de saberes com cultura, trabalho, ciência e tecnologia para uma melhora na qualidade de vida e desenvolvimento local e regional.

Para uma inserção institucional que busque a eficiência produtiva é preciso uma forte articulação entre a práxis educativa e a práxis produtiva. Muitas vezes essa relação é frágil e cumpre apenas um papel burocrático. É fundamental no momento da implementação, extrair os resultados programáticos dos estudos de pesquisa de local estabelecendo metas a serem cumpridas. Converte para que as instituições trabalhem mais interligadas, como uma rede, formando uma estrutura mais aberta e descentralizada do ponto de vista político e administrativo.

A expansão da educação superior no Brasil a partir dos IF's é notável. Havia grande demanda reprimida no interior do território brasileiro, inclusive porque os IF's estão ofertando cursos, como por exemplo as licenciaturas, que as universidades

não têm mais interesse em ofertar. Porém não se trata de uma expansão qualquer. Existe uma orientação político educacional que busca fazer com que essa expansão se desenvolva na direção das áreas de conhecimento em que a ciência e tecnologia são determinantes como área de formação de professores, sobretudo nas ciências da natureza e matemática (IGNÁCIO et al., 2012).

A urgência do Estado em sanar as demandas sociais nas regiões mais afastadas do país, são observados como parte das demandas políticas, sociais e econômicas que também fundamentam o processo de expansão da educação profissional. Foi considerado a situação precária do ensino médio público, as novas necessidades do setor produtivo por mão de obra qualificada para as indústrias que surgem nas regiões afastadas das capitais, junto a necessidade de conter o inchaço urbano com a migração de trabalhadores.

O compromisso de intervenção nas regiões fica evidente com a estrutura *multicampi*, com definição dos territórios e abrangência das ações dos IF's identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável e inclusão social. Os IF's devem buscar a constituição de Observatórios de Políticas Públicas de Educação Profissional Tecnológica (OPEPT) <sup>6</sup> para articular com outras políticas sociais, tornando-os objetivos de sua intervenção através das ações de ensino, pesquisa e extensão articulada. Neste sentido, os IF's constituem em espaço fundamental na construção de vias para o desenvolvimento local e regional. Assim sendo, a compreensão da educação profissional e tecnológica como instrumentalizadora de trabalho deve ir além da visão tecnicista (PACHECO, 2008).

Na proposta da criação dos IF's, o que se sugere, é uma formação contextualizada com a formação acadêmica, mas com princípios e valores que potencializam a ação humana na busca de caminhos mais dignos de vida, com menos ênfase na formação para ofícios e mais compreensão no mundo do trabalho e em uma participação qualitativa neste aspecto. Essa concepção de educação profissional e tecno-

---

<sup>6</sup> Vale ressaltar o Observatório do Mundo do Trabalho, do Instituto Federal de Goiás (IFG). O Observatório da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica tem a atribuição de coletar, gerar dados, informações, análises e reflexões que serão utilizadas na definição de políticas públicas de expansão da Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país, bem como na constituição de um instrumento da busca pela melhoria da eficácia e efetividade dos programas e projetos de educação profissional, Científica e tecnológica de toda rede federal. A perspectiva é subsidiar os processos de planejamento estratégico e operacional, bem como as rotinas administrativas, acadêmicas e de gestão, estabelecendo os indicadores necessários ao diagnóstico, monitoramento e avaliação. Ver mais em: <http://www.ifg.edu.br/observatorio/>.

lógica deve orientar ações de ensino, pesquisa e extensão nos IF's fundamentando-se na integração entre ciências, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, da mesma forma, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. Trata-se de uma concepção progressista, que compreende a educação como instrumento de transformação e de produção de conhecimento objetivos capazes de modificar a vida social e de dar mais sentido às experiências humanas e transformação social, uma proposta incompatível com uma visão conservadora da sociedade (PACHECO, 2008). Portanto, para além do objetivo de produzir saber e mão de obra para o mercado, os IF's atuam junto à sociedade na construção de uma rede de saberes que interliga o cultural, trabalho, ciências e tecnologia em prol do desenvolvimento local e regional. Entretanto, para Meyer (2000), muitas das questões vêm da condição homogeneizadora e uniformizada do sistema educativo global. Certos posicionamentos demonstram como os governos vêm lidando com as transformações da sociedade, da volatilidade econômica, de constantes avanços tecnológicos, e de um contexto global/local extremamente competitivo voltado para o capital/mercado. Esse dinamismo influencia diretamente nas políticas públicas educacionais, que em quase sua totalidade, vem refletindo uma lógica de educação voltada para o mercado. Essa opção por uma lógica educativa mercantil, pode indicar uma compreensão das contradições que marcam a política educacionais de descentralização, de regionalização e as vezes de (re)centralização das instituições.

### **3.2 A dimensão geográfica na política de expansão da rede**

A política de expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica seguiu critérios estabelecidos pelo Ministério de Educação. Com os objetivos de ampliar e interiorizar as instituições federais de ensino; democratizar o acesso às vagas dos cursos oferecidos; promover formação de profissionais qualificados com estímulo de permanência dos profissionais no interior; e de fomentar o desenvolvimento socioeconômico das regiões e locais através da inserção de IF's no território brasileiro.

Conforme a Nota Técnica n. 124/2015 expedida pela Coordenação Geral de Planejamento e Gestão da Rede (CGPG), através da Secretaria de Educação Pro-

fissional e Tecnológica (SETEC), desenvolveu uma metodologia para indicar a localização de novos *campi* de IF's nos municípios prioritários. Os critérios utilizados para definir número de *campi* por estado e os municípios são:

- I - Inserção no Programa Território de Cidadania de modo que haja pelo menos uma unidade da Rede Federal em cada um desses territórios;
- II - Prioridade aos municípios que compõem o grupo das 103 cidades com mais de 80.000 mil habitantes e que possui receita per capita inferior a R\$ 1.000,00 reais, o chamado G100;
- III - Abrangência de um maior número possível de microrregiões, considerando que em todas as mesorregiões houvesse uma ou mais unidades da Rede Federal;
- IV – Para selecionar os municípios prioritários das microrregiões de todo o país, o critério utilizado foi o número de habitantes, preferencialmente, os que tenham mais de 50.000 mil habitantes;
- V – As localidades que receberam investimentos do Plano de Aceleração de Crescimento – PAC, foram consideradas na escolha dos municípios;
- VI – Articulação da oferta de educação profissional com os Arranjos Produtivos Locais (APLs)<sup>7</sup>. (MEC, 2015, p.1).

Certamente que a adoção de critérios tem por objetivo organizar a distribuição dos *campi*, por outro lado, alguns critérios estabelecidos na nota técnica tendem a excluir municípios e regiões estaduais que não se enquadram nas exigências listadas pela CGPG e pela SETEC. Daí ainda termos um imenso vazio no mapa do Brasil no que se refere a expansão dos IF's, como pode ser visto anteriormente na figura 01

Mas, o que seria esta rede? Ou como inserir essa ifetização no conceito de rede como forma de compreender se esse processo realmente forma uma rede? Para responder e ao mesmo tempo dar suporte teórico a estas questões com o objetivo de analisar a expansão dos IF's no Brasil e na Bahia optou-se por Leila C. Dias e Rubens Toledo Junior. De acordo com Dias (1995, p. 150) o objetivo principal das redes seria a “[...] eliminação de barreiras de todas as ordens, constituindo a condição primordial para integrar o mercado interno”. Adaptando a análise de Dias (1995) para esta pesquisa, os IF's funcionariam como vetores educacionais e de formação de mão de obra para além dos grandes centros; quebrando as barreiras, sobretudo, bairrismos regionais. Para Toledo Junior (2003, p. 95) “[...] as redes podem ser entendidas tanto como a presença de uma infraestrutura no território quanto pelos ser-

---

<sup>7</sup> Nota Técnica nº124/2015/CGPG-CGINF/DDR/SETC/MEC. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal. Coordenação Geral de Planejamento e Gestão da Rede. Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica quadriênio 2011 – 2014.

viços que esta permite que se realizem”. Certamente que por suas características, citadas amiúde nessa pesquisa, os IF’s se encaixam perfeitamente tanto como parte da infraestrutura como também por ofertar serviços (através de resultados de pesquisas, extensões). Esta rede dos IF’s também pode ser explicitada através da sua interpenetração nos Territórios da Cidadania e no G100, como se pode ver ao longo deste capítulo.

O objetivo dessa expansão era chegar ao final de 2014 atingindo “115 dos 120 Territórios da Cidadania, 77 dos 103 municípios do G100 (conforme lista do G100 de 2011), 339 de 607 municípios com mais de 50.000 mil habitantes (Censo IBGE, 2010), 367 das 558 microrregiões, e todas as mesorregiões” (SETEC, 2015). Esse objetivo não foi alcançado em função da não conclusão de obras e por não poderem entrar em funcionamento em locais provisórios. Após ajustes, a Rede Federal está presente em “103 dos 118 atuais Territórios da Cidadania, 56 dos 100 municípios do G100 (conforme lista do G100 de 2012), 314 de 607 municípios com mais de 50.000 mil habitantes, 356 das 558 microrregiões, e 133 das 137 mesorregiões” (SETEC, 2015) do território brasileiro. Vale destacar que a região nordeste foi priorizada, por possuir indicadores sociais e educacionais alarmantes, sobretudo, se analisar o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH (Quadro 2). E, a priorização de uma política dos IF’s para o Nordeste pode ter tido uma relação com o aumento do IDH nos seus Estados.

Ao se fazer uma análise do quadro 2, ainda que com dados históricos, é possível estabelecer uma correlação entre a primeira fase da expansão (2003-2010) dos IF’s e a melhoria do IDH em todos os estados do Nordeste. Evidentemente que os Institutos Federais entram como um componente entre os vetores que promovem o desenvolvimento regional, porém, não se pode negligenciar esta coincidência. Se considerarmos apenas a primeira fase a região nordestina recebeu 74 *campi* de IF’s; enquanto que a região Norte recebeu 22, a região Centro-Oeste recebeu 17, a região Sudeste recebeu 66 e a região Sul 41. Portanto, os IF’s são responsáveis também pela melhoria da infraestrutura regional.

Para Rêgo (2014) é estruturante o papel que a educação tem no desenvolvimento socioeconômico no contexto mundial. Os países mais “desenvolvidos”, geralmente, são aqueles que possuem os níveis educacionais mais elevados, fruto de investimentos em formação, qualificação, pesquisa, inovação e desenvolvimento.

Sendo assim, qualquer insuficiência de apoio nesses setores, converge em entrave ao desenvolvimento.

Quadro 2 - IDH dos Estados do Nordeste (2000 e 2010)

POSIÇÃO	UNIDADE FEDERAL	2010	2000
16°	Rio Grande do Norte	0,684	0,552
17°	Ceará	0,682	0,541
19°	Pernambuco	0,673	0,544
20°	Sergipe	0,665	0,518
22°	Bahia	0,660	0,512
23°	Paraíba	0,658	0,506
24°	Piauí	0,646	0,484
26°	Maranhão	0,693	0,476
27°	Alagoas	0,631	0,471

Fontes: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano (2013), IBGE (2010).  
Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

A análise da demanda por criação de novos *campi* dos IF's se deu a partir de critérios como atividade econômica significativa nas áreas industrial e agrícola; sistema educacional deficiente; tamanho populacional; e a relação de proximidade geográfica de municípios já atendidos. Três dimensões servem como orientação na promoção da expansão: 1) A dimensão geográfica: análise foi feita por estado da federação levando em consideração a distribuição da oferta de educação profissional e tecnológica; tamanho populacional; e atendimento as mesorregiões e microrregiões; 2) A dimensão de desenvolvimento: focou nos municípios com Arranjos Produtivos Locais (APL's) identificados ou localizados no entorno de grandes investimentos; emprego, renda e educação; Produto Interno Bruto (PIB) Agrícola e Industrial; quantitativo populacional teve um peso grande nessa dimensão; 3) A dimensão da capacidade de execução: infraestrutura disponível, interesse municipal e desempenho da instituição na expansão física.

De acordo com informações da SETEC, a secretaria continua recebendo uma grande quantidade de propostas de criação de novos *campi* dos IF's, através de governantes (prefeitos, vereadores, governadores e deputados estaduais), parlamentares (deputados federais e senadores), organizações sociais, sociedade civil e incluindo dos próprios dirigentes (reitores e diretores) da Rede Federal. Tecnicamente há

uma lógica que está explícita nos critérios estabelecidos pela SETEC para a implantação de um campus de um Instituto Federal, no entanto, a origem das solicitações indica que a influência política se configura, talvez, no fator preponderante na expansão dos Institutos Federais, como mesmo aponta as informações da SETEC. Por isso, a chegada de um campus de um Instituto Federal em uma cidade e consequentemente em uma região, significa também o hasteamento da bandeira de partidos políticos que enxergam a implantação de um Instituto Federal um meio de aumentar o capital político/eleitoral.

### **3.3 A cartografia dos Institutos Federais (IF's): periodização das fases de expansão**

Concordando com Santos (1985, p.70) que “[...] a dimensão do tempo histórico, quando variados fatores têm uma maior ou menor duração ou efeito sobre a área considerada, proporciona uma compreensão evolutiva da organização espacial”, foram analisadas três fases da lftetização em escala nacional que compreende de 2003 até 2016; período em que o Partido dos Trabalhadores governou o país.

A 1ª Fase - Início (2003 a 2010) da política de expansão, a SETEC junto ao MEC, teve como objetivo implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições além de outras unidades, preferencialmente, em periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes de centros urbanos, em que os cursos estivessem articulados com as potencialidades locais de mercado de trabalho. Já na segunda metade da 1ª Fase, a SETEC focou em criar um IF em cada cidade-polo do país. A definição das cidades-polo ocorreu com base nos seguintes critérios: distribuição territorial equilibrada dos novos *campi*; cobertura do maior número possível de mesorregiões; sintonia com os Arranjos Produtivos Locais; aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; e identificação de potenciais parcerias entre os institutos e a sociedade (TAVARES, 2012).

Com relação à concepção pedagógica, pretendeu-se que a expansão da Rede fosse acompanhada do fortalecimento da relação entre Educação Profissional e educação básica, numa perspectiva de educação integral. Destaca-se também uma Educação Profissional pautada na investigação científica e na inovação tecnológica,

que seja capaz de se aproximar, sobretudo, da Educação de Jovens e Adultos (PACHECO, 2011, p.12).

Na 2ª Fase - Consolidação (2011-2014), conforme a expansão dos IF's avançava, autoridades políticas regionais (governadores, deputados estaduais, prefeitos) exerciam pressão sobre os políticos da esfera federal (ministros, secretários, deputados federais, senadores) em busca do maior número possível de unidades de ensino para o seu estado ou região. Desta forma, o MEC acabou ampliando a criação de instituições ao número projetado inicialmente, o que ainda causa alguns desencontros entre os números da expansão e os prazos para sua conclusão, anunciados pela SETEC em diferentes momentos do processo (TAVARES, 2012). O que caracteriza o escopo principal dessa fase é a conclusão do atendimento das mesorregiões e ampliação para microrregiões com população acima de 50 mil habitantes.

A 3ª Fase - Arrefecimento (2015 – 2016) deu prosseguimento a expansão dos *campi* dos IF's, mas sem o mesmo vigor que as fases anteriores. De acordo com o relatório de gestão da SETEC, a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), levando a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da década. Para tanto, seriam necessários investimentos anuais da ordem de R\$ 600 milhões para as ações de construção e aquisição de equipamentos, e de R\$ 200 milhões para despesas com pessoal. Com a conclusão desta etapa, entre os resultados esperados estão: 1 milhão e 200 mil alunos matriculados na Rede Federal; Institutos Federais presentes em 1 de cada 5 municípios brasileiros (MEC/SETEC, 2011, p. 28).

É importante destacar que todas essas fases de expansão ocorreram nos governos de Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, portanto, um projeto político para a expansão da educação técnica/tecnológica para o país. Entretanto, com a crise política e econômica instaurada no Brasil, principalmente, com o processo de impeachment de Dilma Rousseff, a política de expansão dos IF's foi suspensa.

O mapa 1 e a tabela 1, mostram a evolução espacial da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no território brasileiro. Até 2002, existiam 142 unidades de educação profissional. Na 1ª fase da expansão, realizada de 2003 a 2010 foram implantados 220 novos *campi* dos Institutos Federais de Educação Tecnológica. Já na 2ª fase da expansão, entre 2011 e 2014, mais 194 novos

*campi*. Por fim, na 3ª fase da expansão contou com mais 95 novos *campi* até o fim de 2016. Foram 509 novos *campi* dos IF's, em um total de 651 distribuídos no espaço brasileiro<sup>8</sup> (MEC/SIMEC, 2012).

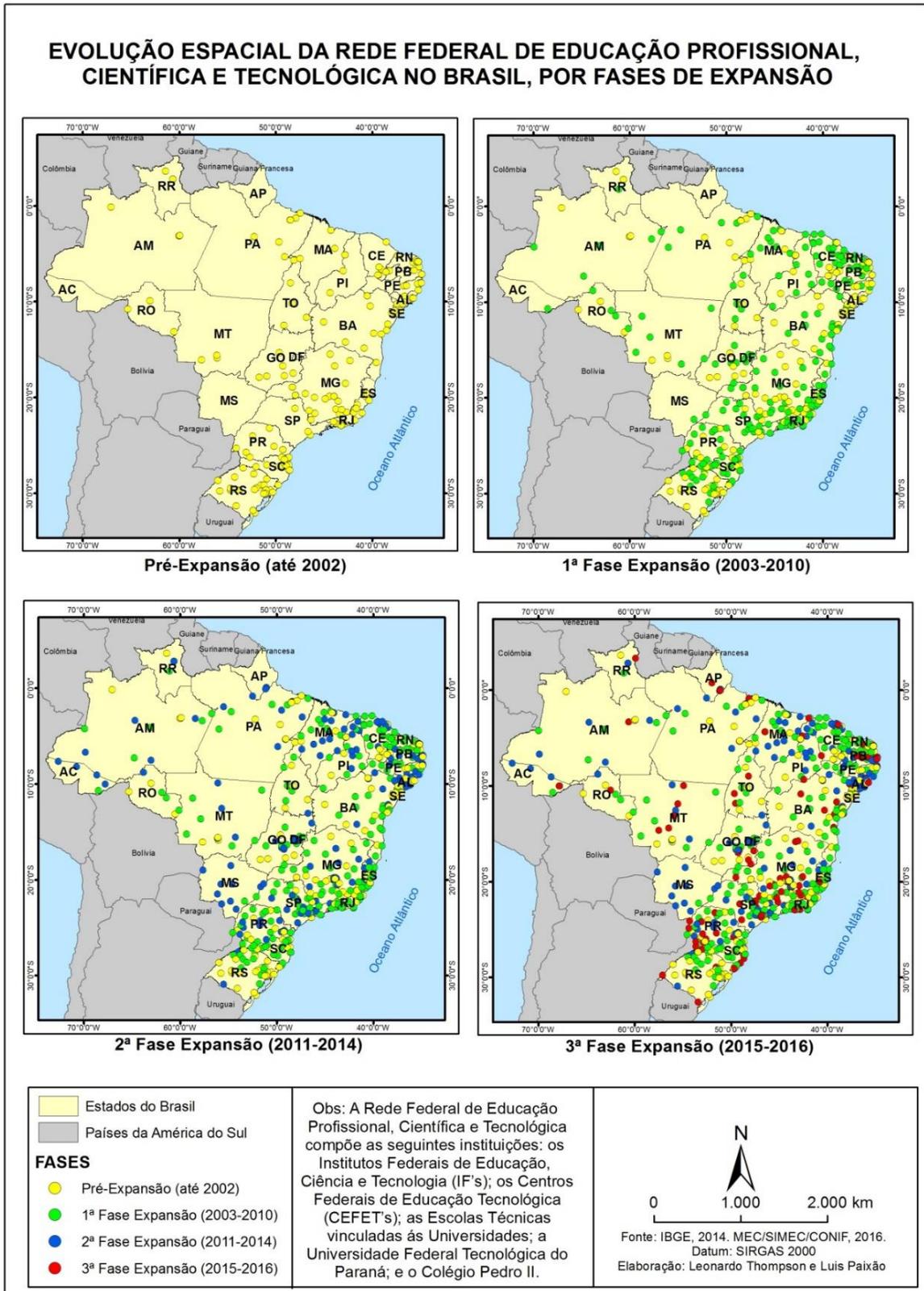
Portanto, a expansão dos IF's, alarga a Rede por todo “o tecido social do país, por meio da sua interiorização o que a transforma em uma das mais importantes estruturas públicas potencialmente indutoras do desenvolvimento regional/local e da resolução de demandas sociais” (PACHECO, 2011, p.12). Por outro lado, é possível questionar se essa interiorização aconteceu com qualidade e infraestrutura para que realmente os IF pudessem ser vetor transformador de uma região; ao contrário a expansão apenas física, isto é, com construção de prédios, é apenas uma parte da expansão.

Dessa forma, têm-se os seguintes questionamentos: Como fica a distribuição e evolução espacial dos IF's no Brasil? Como fica a nova configuração por estado/região. De fato, ocorre uma interiorização? Se pensarmos no interior de cada estado é possível constatar uma interiorização em estados do Nordeste, Sul, Sudeste. Entretanto, se tratarmos o interior no que se refere a totalidade do país, grande parte dos estados que estão nas regiões Norte e Centro-Oeste ainda carecem desses equipamentos educacionais.

---

<sup>8</sup> No dia 02/09/2013, o Secretário de Educação Profissional e Tecnológica, Marco Antônio de Oliveira, realizou a palestra na 37ª Reunião dos Dirigentes das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (REDITEC), com o tema "Inovação tecnológica para o desenvolvimento: o papel da Rede Federal", realizada em Maceió, Alagoas, onde declarou que “Temos que vencer o desafio e chegar à **meta de implantar mil unidades até 2022**” (Grifo nosso), citando exemplos de países como o Canadá, onde a experiência é bem sucedida. Disponível em: <http://www.reditec.ifal.edu.br/reditec/noticias-destaque/palestra-do-secretario-marco-antonio-oliveira-aborda-a-participacao-dos-institutos-federais-na-politica-de-inovacao-do-governo>. Acesso em 09/09/2013.

Mapa 1 - Evolução Espacial da Rede Federal de Educação, Profissional e Tecnológica



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).  
Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018)

A tabela 1 demonstra as fases de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e sua distribuição pelos estados brasileiros. Vale destacar que até 2002, os estados do Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul, além do Distrito Federal, não possuíam unidades de ensino federal tecnológico. Observa-se que com a prospecção de novos *campi* até o fim de 2016, o Acre passa a ter 06 unidades vinculados ao Instituto Federal do Acre (IFAC), no Amapá 06 *campi* que compõem o Instituto Federal do Amapá (IFAP), no Mato Grosso do Sul 10 *campi* vinculados ao Instituto Federal do Mato Grosso do Sul (IFMS) e no Distrito Federal outros 10 *campi* atrelados ao Instituto Federal de Brasília (IFB).

Tabela 1 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, por Unidade da Federação, Brasil, 2003 a 2016

Unidade da Federação	Pré-Expansão	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Acre	0	1	4	1	6
Alagoas	4	0	11	3	18
Amapá	0	0	4	2	6
Amazonas	4	6	4	1	15
Bahia	9	17	4	6	36
Ceará	5	17	8	1	31
Distrito Federal	0	2	8	0	10
Espírito Santo	6	11	3	1	21
Goiás	6	7	8	5	26
Maranhão	4	10	12	2	28
Mato Grosso	3	7	4	5	19
Mato Grosso do Sul	0	1	9	0	10
Minas Gerais	22	19	14	17	72
Pará	7	6	6	1	20
Paraíba	6	3	9	6	24
Paraná	8	13	10	10	41
Pernambuco	8	6	10	0	24
Piauí	5	9	6	3	23
Rio de Janeiro	8	18	5	6	37
Rio Grande do Norte	5	12	4	2	23
Rio Grande do Sul	12	12	16	5	45
Rondônia	2	4	2	1	9
Roraima	2	1	2	1	6
Santa Catarina	8	16	10	3	37
São Paulo	3	18	14	8	43
Sergipe	3	0	5	2	10
Tocantins	2	4	2	3	11
<b>Brasil</b>	<b>142</b>	<b>220</b>	<b>194</b>	<b>95</b>	<b>651</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Um estado que merece destaque na expansão é Minas Gerais, crescendo de 22 escolas técnicas em 2002, para 72 estimados até 2016. Além do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG) com 9 *campi*, foram criados mais 5 Institutos Federais no estado de Minas Gerais: Instituto Federal Sul de Minas (IFSULMINAS) com 8 *campi*; Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) com 20 *campi*; Instituto Federal Norte de Minas (IFNMG) com 11 *campi*; Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais (IFSUDESTEMG) com 10 *campi*; e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) com 11 *campi*. Esses institutos foram criados através de fusões, incorporações e expansão de novos *campi* entre antigas escolas técnicas e agrotécnicas que passaram a compor a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Até o final de 2016, o estado de Minas Gerais tem a maior quantidade de campus da Rede Federal, seguido pelo Rio Grande do Sul com 45, São Paulo com 43, Paraná 41, Rio de Janeiro e Santa Catarina com 37 e Bahia com 35 *campi*. De acordo com Pereira (2009, p.1-2)

Merece citação o critério que definiu a localização das novas unidades, com base na identificação de cidades polos em mesorregiões. Este caminho aprofundará a contribuição da rede federal ao desenvolvimento socioeconômico de diversas regiões, permitirá o acolhimento de um público, historicamente, posto à margem de políticas de formação profissional, entre outros benefícios, o que, sem dúvida, contribuirá para uma mais justa ordenação do território brasileiro a partir da inclusão de regiões há tempo excluídas das políticas públicas em Educação Profissional e Tecnológica. (PEREIRA, 2009, p.1-2).

Ainda na tabela 1, a Bahia, no geral, foi o sétimo Estado com maior número de institutos, são 36; ficando atrás de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Ao se ter como base a terceira fase da expansão (2015-2016), final do Governo Dilma, a Bahia fica em quarto lugar empatada com a Paraíba e Rio de Janeiro, cada um desses Estados receberam seis *campi* de Institutos Federais. Por outro lado, se fizermos uma correlação (Quadro 3) entre o total da área dos Estados que mais receberam Institutos Federais e comparar com a Bahia.

Percebe-se que há uma discrepância em relação a Bahia e estados que possuem menor área territorial; isto significa que o estado da Bahia ainda carece de uma maior quantidade de IF's para atender sua população. De certo que vários fatores contribuem para esse cenário, entre os quais, a influência política e econômica do estado em nível nacional. Portanto, mesmo com os antagonismos postos na aná-

lise da expansão dos IF's, em menor ou maior grau, eles se configuram em vetores do dinamismo nas regiões onde são implantados. Nesse sentido, nota-se uma evolução espacial dos IF's em todos os estados da federação brasileira, trazendo uma nova configuração dentro das regiões estaduais, inclusive num processo de desconcentração das áreas metropolitanas para as cidades médias e pequenas no interior do território.

Quadro 3 - Estados com maior número de IF's (2016)

Estado	Área (1.000 km <sup>2</sup> )	Nº de IF's	Correlação
Minas Gerais	587,5	72	8,1
Rio Grande do Sul	281,7	45	6,3
São Paulo	248,2	43	5,8
Paraná	199,3	41	4,9
Rio de Janeiro	43,6	37	1,8
Santa Catarina	95,3	37	2,6
Bahia	564,6	36	15,7

Fonte: MEC/SETEC (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Tabela 2 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, por Grandes Regiões, Brasil, 2003 a 2016

Unidade da Federação	Pré-Expansão 2002	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Norte	17	22	24	10	73
Nordeste	49	74	69	25	217
Centro Oeste	9	17	29	10	65
Sudeste	39	66	36	32	173
Sul	28	41	36	18	123
<b>Brasil</b>	<b>142</b>	<b>220</b>	<b>194</b>	<b>95</b>	<b>651</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

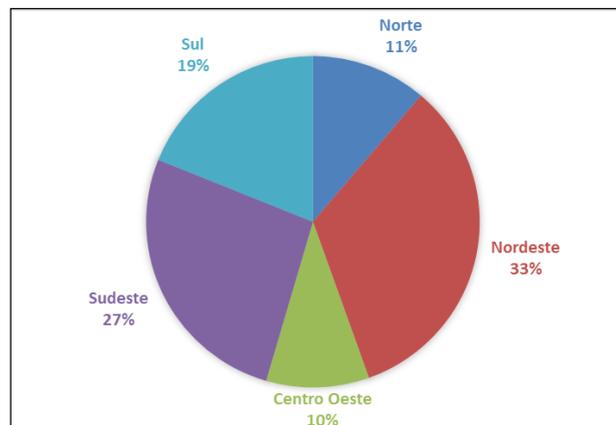
Além da distribuição por estado, pode-se destacar a difusão da Rede Federal por regiões do Brasil (Tabela 2). A região nordeste se encontra em posição de destaque nessa expansão, passando de 49 escolas técnicas em 2002, para uma perspectiva de 217 *campi* até o final de 2016, incorporando um total de 33% da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (Gráfico 1).

Percebe-se um desequilíbrio na distribuição dos *campi* dos Institutos Federais pelas regiões no Brasil. As regiões Norte (11%) e Centro-Oeste (10%) possuem um número aproximado de campus 3 vezes menor em relação a região nordeste e 2 vezes menor que a região sudeste. Esse fato se dá através dos critérios estabeleci-

dos pela política de expansão dos institutos federais conforme observado anteriormente.

Em outra análise, cabe apontar como fica a distribuição dos *campi* da Rede Federal de Educação Tecnológica na perspectiva intra-regional. Quais estados receberam maior número de institutos? Houve equilíbrio na distribuição dos *campi* entre os estados? Vejamos como fica o cenário em cada região.

Gráfico 1 - Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica por Região do Brasil



Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2014).

Conforme podemos observar na tabela 3, a evolução dos *campi* da rede federal tecnológica na região norte, os estados do Acre e Amapá passaram a ter um campus de uma instituição federal de ensino tecnológico com a política de expansão, mais especificamente, a partir da segunda fase de expansão. Acre, Amapá e Roraima são os três estados do território brasileiro que possuem o menor número de campus, com um total de seis em cada estado. Em contraponto, os estados do Pará e Amazonas possuem um maior número de *campi*, 15 e 20, respectivamente. Isso se justifica pela existência de instituições federais de cunho técnico profissionalizante desde 1908, com a criação das Escolas de Artífices, posteriormente dando origem as Escolas Técnicas e/ou Agrícolas Federais que se transformaram nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), principalmente localizadas nas capitais dos estados brasileiros.

Com a política de criação dos Institutos Federais e da política de expansão, essas instituições com origens históricas secular, passarão a compor a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e ampliar o número de *campi* para cidades importantes nas mesorregiões em cada estado.

Tabela 3 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Norte, 2003 a 2016

Regiões	Unidades da Federação	Pré-Expansão	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Norte	Acre	0	1	4	1	6
	Amapá	0	0	4	2	6
	Amazonas	4	6	4	1	15
	Pará	7	6	6	1	20
	Rondônia	2	4	2	1	9
	Roraima	2	1	2	1	6
	Tocantins	2	4	2	3	11
<b>Total</b>		<b>17</b>	<b>22</b>	<b>24</b>	<b>10</b>	<b>73</b>

Fonte: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

A região nordeste (Tabela 4) é a que mais concentra número de *campi* da Rede Federal de Educação Tecnológica, mesmo antes da política de expansão, já apresentava números maiores de instituições. Esse fato se deve, primeiro, por ser a região que contém maior número de estados, e segundo, por apresentar indicadores sociais e econômicos em níveis mais baixos do que a média nacional, aspectos que afetam a dinâmica educacional dos lugares.

Tabela 4 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Nordeste, 2003 a 2016

Regiões	Unidades da Federação	Pré-Expansão	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Nordeste	Alagoas	4	0	11	3	18
	Bahia	9	17	4	6	36
	Ceará	5	17	8	1	31
	Maranhão	4	10	12	2	28
	Paraíba	6	3	9	6	24
	Pernambuco	8	6	10	0	24
	Piauí	5	9	6	3	23
	Rio Grande do Norte	5	12	4	2	23
	Sergipe	3	0	5	2	10
	<b>Total</b>		<b>49</b>	<b>74</b>	<b>69</b>	<b>25</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Outro fator a ser destacado se relaciona com as dimensões territoriais dos estados que compõem a região nordeste. Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, possuem áreas menores e os IF's já estão presentes em todas as mesorregiões do desses estados.

A região Centro-Oeste (Tabela 5) fica em último lugar se compará-la quantitativamente com as outras quatro grandes regiões em números de *campi* dos IF's.

Cabe destacar que o Distrito Federal e o estado do Mato Grosso do Sul que não possuíam *campi* passaram a ter 10 *campi* cada, após a expansão dos IF's.

O Estado do Mato Grosso que antes da expansão tinha 3 unidades passou a ter após a expansão 19 *campi* dos IF's no território Mato Grossense. Já o Estado do Goiás passou de 6 para 26, acrescentando 20 novos *campi* ao seu espaço, preenchendo todas as mesorregiões do Estado.

Tabela 5 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Centro-Oeste, 2003 a 2016

Regiões	Unidades da Federação	Pré-Expansão	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Centro-Oeste	Distrito Federal	0	2	8	0	10
	Goiás	6	7	8	5	26
	Mato Grosso	3	7	4	5	19
	Mato Grosso do Sul	0	1	9	0	10
<b>Total</b>		<b>9</b>	<b>17</b>	<b>29</b>	<b>10</b>	<b>65</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

A região sudeste (Tabela 6) é a segunda em quantidade de IF's. Foi a região com maior crescimento por estado, exceto o Espírito Santo. Vale destacar o Estado de Minas Gerais, que antes da expansão, tinha 22 unidades de escolas técnicas federais, com a expansão, passou a ter 72 *campi* dos IF's e CEFET, acrescentando 50 novas instituições em seu território.

Tabela 6 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Sudeste, 2003 a 2016

Regiões	Unidades da Federação	Pré-Expansão	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Sudeste	Espírito Santo	6	11	3	1	21
	Minas Gerais	22	19	14	17	72
	Rio de Janeiro	8	18	5	6	37
	São Paulo	3	18	14	8	43
<b>Total</b>		<b>39</b>	<b>66</b>	<b>36</b>	<b>32</b>	<b>173</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Além de ser o estado com maior presença de instituições federais de educação, Minas Gerais se destaca pelo modelo de regionalização dos IF's; dessa forma, se tem além do CEFET, o Instituto Federal de Minas Gerais, o Instituto Federal Sul de Minas, o Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais, o Instituto Federal do Norte de Minas Gerais e o Instituto Federal do Triângulo Mineiro. O Estado de São Paulo foi outro beneficiado com as fases de expansão, de 3 unidades passou a ter 43

*campi*, acrescentando 40 unidades no território paulista. Já o estado do Rio de Janeiro que possuía 08 unidades passou a ter 37 *campi* dinamizando o atendimento no seu espaço geográfico.

Ao realizar um estudo sobre a interiorização no Estado do Rio de Janeiro, Artur Resende da Silva e Denise C. Terra Terra (2013) afirmam que:

[...] a expansão atingiu todas as regiões do Rio de Janeiro, mesmo que seja com um campus. A partir desses dados, depreende-se que a região mais favorecida com a expansão é a Metropolitana. Isso se deve ao fato da alta concentração populacional, além dos investimentos decorrentes dos megaeventos esportivos e da descoberta do Pré-Sal. Deve-se ressaltar que até 2003, somente os municípios da região Metropolitana, com exceção de Campos dos Goytacazes e Bom Jesus do Itabapoana, possuíam um campus das escolas técnicas federais. Com a expansão, todas as regiões foram beneficiadas com *campi* dos Institutos Federais. Destarte, verifica-se que está ocorrendo uma interiorização da estrutura da rede federal de EPT. (SILVA & TERRA, 2013, p.7).

Portanto, a região sudeste, devido a sua densidade populacional e ao seu dinamismo socioeconômico, com maior concentração industrial, comercial e de produtos tecnológicos, com influência política em nível nacional, foi a região mais beneficiada quando observado a expansão dos IF's por estado. O impacto dessa inserção dos IF's na cadeia produtiva dessa região só poderá ser observado no futuro, a medida que os *campi* forem se consolidando no que tange aos seus objetivos em escala local e regional.

A região Sul, com menor número de estados entre as cinco grandes regiões brasileiras, vem apresentando um crescimento significativo e equitativo com relação a presença dos IF's. Cabe ressaltar o estado do Rio Grande do Sul, que antes possuía 12 unidades e após as fases de expansão passou a ter 45, e o estado do Paraná que ampliou de 8 para 41, com um aumento de 33 *campi* no território gaúcho e paranaense. Santa Catarina também acompanhou esse processo, expandindo de 8 para 37, totalizando 29 *campi* novos no espaço geográfico catarinense. Uma pesquisa de doutorado desenvolvida por Jesué Graciliano Silva (2015) mostrou como foi significativa a transformação do Estado de Santa Catarina depois da implantação dos IF's.

Entre os três estados da região Sul, Santa Catarina apresentou a maior taxa de crescimento do Índice de Interiorização. Nos três estados houve um expressivo aumento na capacidade de atendimento populacional, principalmente na faixa de 15 a 39 anos. O Estado de Santa Catarina ampliou em 4,6 vezes sua capacidade de atendimento populacional, seguido pelo Estado do Paraná (2,41 vezes) e do Estado do Rio Grande do Sul (2,28 vezes). No entanto, dentro de cada estado há variações no percentual de atendi-

mento populacional. Por isso é importante uma abordagem multiescalar do fenômeno da expansão para se compreender com precisão suas implicações. (SILVA, 2015, p. 1160).

A tabela 7 mostra em números a expansão dos IF's na região Sul e, de certa forma, também contribui para compreendermos a grande disparidade entre as regiões, pois se retornamos na tabela 02 se verifica que as regiões Norte e Centro-Oeste com 73 e 65 *campi*, respectivamente, estão distantes quantitativamente da região Sul.

Tabela 7 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, Região Sul, 2003 a 2016

Regiões	Unidades da Federação	Pré-Expansão	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Sul	Paraná	8	13	10	10	41
	Rio Grande do Sul	12	12	16	5	45
	Santa Catarina	8	16	10	3	37
<b>Total</b>		<b>28</b>	<b>41</b>	<b>36</b>	<b>18</b>	<b>123</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Quadro 4 - Exemplos de desenvolvimento científico e tecnológico no IF's

IF	PESQUISA
IFAC - AC	Núcleo busca contribuições da Agroecologia na atenção às doenças transmitidas pelo mosquito <i>Aedes aegypti</i> .
IFAM -AM	Projeto pretende produzir fungos geneticamente modificados para emprego na piscicultura.
IFB - BSB	IFB tem novo registro de programa de computador no INPI.
IFCE - CE	Parceria garante manivas de mandioca a agricultores no Crato; e cria aplicativo para contribuir com o combate à corrupção.
IFMT - MG	Aplicativo desenvolvido no IFMT Cáceres é destaque em rede nacional. O aplicativo possibilita a identificação em tempo real de pragas florestais por meio de sistema especializado instalado em celulares e tablets com sistema Android.
IFRO - RO	Pipex do IFRO enviou 40 alunos para o exterior.
IFSUL - RS	Projeto que incentiva a coleta seletiva no IF'Sul ganha reconhecimento internacional.
IFBA - BA	Instituto Federal desenvolve bengala que auxilia pessoas com Doença de Parkinson.
IFRJ – RJ	Alunos do IFRJ Volta Redonda desenvolvem projetos de assistência a pessoas com deficiência. Cadeira de rodas automatizada pode ser controlada por aplicativo.
IFBAIANO - BA	Projeto em Guanambi trata de otimização de uso da água no semiárido.

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Notadamente que as políticas de expansão do sistema de educação tecnológica nos Governos Lula e Dilma conseguiram atender as cinco grandes regiões brasileiras, e ainda que seja possível identificar concentrações nessa expansão é inegável que os Institutos Federais têm cumprido um papel importante no desenvolvi-

mento científico para o país como se pode ver através de alguns exemplos destacados no quadro 4.

Certamente que seria impossível elencar todas as pesquisas desenvolvidas por todos os IF's do Brasil. Por isso, o quadro 4 tem por objetivo demonstrar a importância dos Institutos Federais, inclusive, em regiões alijadas de qualquer tipo de desenvolvimento, no que concerne, sobretudo, nas atividades de ensino, contemplando os padrões locacionais do ensino médio, como sugere Silva (2008). O que não quer dizer que a pesquisa e a extensão não tenham influência na dinâmica regional, porém, elas entram na categoria de ensino superior, ainda incipiente para uma mensuração.

Em suma, através de uma leitura mais apurada dos números expressos nas tabelas aqui apresentadas, percebe-se, um crescimento significativo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Brasil, o que demonstra um dinamismo nas cidades e regiões onde os institutos estão se instalando. Contudo, o real impacto na dinâmica socioeconômica em algumas regiões brasileiras só poderá ser compreendido através de um acompanhamento constante da dinâmica dos IF's. Nesse contexto, abre-se um importante espaço para discussões, pesquisas e estudos sobre essa política pública de expansão e interiorização da educação federal técnica e seu reatamento na dinâmica do desenvolvimento local e regional brasileiro. Por outro lado, a análise da dinâmica regional fica comprometida, tendo em vista que a regionalização atual, sobretudo, no caso da Bahia, carece de ser repensada, mesmo porque até o presente momento não se tem um estudo pontual sobre a regionalização dos IF's na Bahia; daí o reforço da importância dessa tese. No capítulo seguinte há uma abordagem sobre a política de expansão no estado da Bahia, que tal como no Brasil houve uma concentração da distribuição dos *campi* dos IF's em locais mais privilegiados.

## **4 A DINÂMICA DOS IF'S NO ESTADO DA BAHIA: O IFBA E IFBAIANO E SUAS (DES)ARTICULAÇÕES REGIONAIS**

Ao iniciar os primeiros levantamentos sobre os dados da expansão dos IF's dentro dos limites territoriais da Bahia foi possível verificar que não houve uma lógica regional, mas, sobretudo, uma lógica das políticas e economias locais; para a região apenas o discurso e os textos dos projetos pedagógicos. Não há tecnicamente uma expansão dos IF's pela Bahia projetada em cima de atender regiões; o que fica comprovado quando se observa a concentrações dos *campi* em lugares privilegiados, geralmente, próximo ao litoral, região metropolitana, as margens de grandes eixos rodoviários, cidades com dinamismo econômico expressivo etc. A importância desse capítulo está na gama de subsídios que ele oferece sobre a distribuição dos *campi* em toda a Bahia, desde a centralização na Região Metropolitana de Salvador até a interiorização; uma interiorização questionável e inacabada.

### **4.1 Da centralização à interiorização: contexto histórico e dados atuais**

Com a criação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, através da Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, o Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET/BA) passou a se denominar Instituto Federal de Educação Tecnológica da Bahia (IFBA), a essa transição alguns estudos vão chamar de Ifetização. Entretanto, a sua origem se dá em 1909, com a instalação da Escola de Aprendizes e Artífices da Bahia, criada pelo Decreto de nº 7.566, de 23 de setembro de 1909, pelo Presidente Nilo Peçanha. Outras 19 (dezenove) escolas de artífices foram distribuídas pelo país, sobretudo nas capitais, onde o processo de comércio e industrialização estava sendo produzido pela dinâmica da sociedade.

A Escola de Aprendizes e Artífices foi implantada na capital do Estado, Salvador oferecendo os cursos de Alfaiataria, Encadernação, Ferraria, Sapataria e Marcenaria; cursos que atenderiam a um cenário de industrialização pela qual a cidade e a sociedade de Salvador passavam do início do século XX. Em 1942, a antiga Escola de Aprendizes e Artífices passa e se chamar Escola Técnica de Salvador, período onde foram criados seus primeiros cursos técnicos: Desenho de Arquitetura, Desenho de Máquinas e Eletrotécnica. Em 1952, foram extintos todos os cursos antigos e criados os cursos de Pontes e Estradas e Edificações. Na década de 1960, foram

criados os cursos de Eletrotécnica, Química e Mecânica, após uma pesquisa do mercado de trabalho da época. Nas décadas que se seguem são ofertados cursos de Saneamento, Instrumentação, Metalurgia e Telecomunicações (1971) e Geologia (1975); em 1993, implanta a formação de técnicos em nível médio e tecnólogos nas áreas de Administração, Hotelaria, Manutenção, Petroquímica, Manutenção Elétrica, Manutenção Mecânica, Telecomunicações e Processos Petroquímicos; em 1996, passa a ofertar bacharelados em Administração e das Engenharias Industrial Elétrica e Industrial Mecânica. Posteriormente, ampliou a oferta para os cursos superiores de Engenharia Elétrica, de Engenharia Química, de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Tecnologia em Radiologia e de Licenciaturas (IFBA, 2017).

Portanto, desde seu início até os dias atuais os IF's têm um papel preponderante no que concerne ao acompanhamento das transformações sociais, ambientais e econômicas, procurando oferecer cursos que estejam em sintonia com o período econômico das cidades e regiões. E, para além de um relato histórico, a descrição dessas etapas iniciais e de transição da escola técnica até se transformar em Instituto Federal, mostra o quanto o Instituto participou efetivamente na evolução de Salvador enquanto centro urbano e, por conseguinte, sua região metropolitana.

Sobre o processo de interiorização, a tabela 8 destaca a distribuição dos IF's e suas fases de expansão, por município da Bahia, com os respectivos dados da população. Percebe-se que a expansão no Estado vem atingindo, sobretudo, as cidades médias, sendo possível afirmar que há um nítido processo de interiorização interferindo significativamente na dinâmica tanto em nível local como regional.

Um aspecto a ser destacado é que os *campi* do IFBA foram implantados em municípios com maior número populacional, ou seja, cidades mais urbanizadas, logo, economicamente mais atrativas; conseqüentemente, com maiores colégios eleitorais, e o número de eleitores é um apelo importante para a geopolítica estadual. O IFBA está presente nos 08 municípios mais populosos do estado da Bahia, com população superior a 150 mil habitantes. Destes municípios, 06 receberam *campus* ao longo das fases de expansão. Quando observamos os 16 municípios com população acima de 100 mil habitantes, o IFBA possui *campus* em 14 destas cidades. Por outro lado, o IFBAIANO, foi inserido em municípios com menor número populacional. Dos 15 *campi* do IFBAIANO, 12 estão localizados em cidades com população inferior a 80 mil habitantes e com dinâmica econômica atrelada ao agronegócio.

Tabela 8 - Municípios com existência de campus da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, segundo a fase de expansão e tipologia de rede, ordenados decrescentemente pelo tamanho da população – BAHIA – 2002-2016

Municípios	Pré-Expansão		1° Fase		2° Fase		3° Fase		Pop. 2010
	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	
Salvador	■								2.675.656
Feira de Santana			■						556.642
Vitória da Conquista	■								306.866
Camaçari			■						242.970
Juazeiro					■				197.984
Ilhéus			■						184.236
Lauro de Freitas							■		163.449
Jequié			■						151.895
Alagoinhas							■		141.949
Teixeira de Freitas					■				138.341
Barreiras	■								137.427
Porto Seguro			■						126.929
Simões Filho			■						118.047
Paulo Afonso			■						108.396
Eunápolis	■								100.196
Santo Antônio de Jesus							■		90.985
Valença	■	■							88.637
Jacobina			■						79.247
Guanambi		■							78.883
Serrinha							■		76.762
Senhor do Bonfim					■				74.419
Itapetinga					■				68.273
Dias D'Ávila			■						66.440
Irecê			■						66.181
Brumado					■				64.602
Bom Jesus da Lapa					■				63.480
Itaberaba							■		61.631
Santo Amaro			■						57.800
Euclides da Cunha					■				56.289
Catu		■							51.077
Xique-xique							■		45.536
Seabra			■						41.798
Medeiros Neto							■		21.560
Ubaitaba							■		20.691
Uruçuca				■					19.837

(Continua)

(Continuação)

Governador Mangabeira										19.818
Salinas da Margarida										13.465
Santa Inês										10.363
<b>Bahia</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>13</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>3</b>		<b>-</b>

Legenda:

Verde: IFBA

Vermelho: IFBAIANO.

Pop.: População

Fonte: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO, 2016; IBGE - Censo 2010.

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2016).

Essa diferença populacional entre os municípios com *campi* do IFBA e IFBAIANO podem ser explicadas pelo fato do IFBA estar voltado para o ambiente urbano, com cursos que desenvolvem tecnologia para os setores da indústria do comércio e de serviços. Já o IFBAIANO, tem por objetivo principal oferecer cursos de tecnologia para o desenvolvimento agrário. Nesse processo de expansão é interessante ressaltar que dos 30 *campi* e núcleos avançados, do IFBA e IFBAIANO, implementados nas fases de expansão, 19 *campi* foram para municípios com população abaixo de 100 mil habitantes, sendo que destes, 07 em municípios abaixo de 50 mil habitantes.

Quando se observa a tabela 9 com os dados socioeconômicos dos municípios que contêm *campi* do IFBA e do IFBAIANO, nota-se como os indicadores estão inter-relacionados. Os municípios de Camaçari, Dias D'Ávila, Feira de Santana, Lauro de Freitas, Salvador e Simões Filho, apresentam taxas de analfabetismo da população abaixo de 10%, Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH) – Geral acima de 0,68 e Produto Interno Bruto (PIB) – Municipal, acima de 14 bilhões de reais.

Em contraponto, os municípios de Bom Jesus da Lapa (20,8%), Euclides da Cunha (29,7%), Medeiros Neto (25,9%), Santa Inês (30,5%), Ubaitaba (23,2%), Uruçuca (23,6%), Valença (20,7%) e Xique-Xique (24,4%) apresentam as piores taxas de analfabetismo, acima de 20% da população. No caso de Santa Inês, a taxa de analfabetismo ultrapassa os 30% da população, sendo o pior dentre aqueles que possuem *campus* dos IF's na Bahia. Cabe destacar que dos 08 municípios acima, 06 contêm *campus* do IFBAIANO. Cruzando essas informações com IDH – Geral e com PIB – Municipal, os mesmos municípios estão entre os piores indicadores.

Tabela 9 - População, taxas e Indicadores de Desenvolvimento, municípios selecionados – Bahia – 2010

Município	Pop.	Analfab.	IDH - Geral	IDH – Educação	IDH – Long.	IDH - Renda	PIB - Mun <sup>1</sup>
Alagoinhas	141.949	10,7	0,68	0,59	0,79	0,68	7,2
Barreiras	137.427	11,1	0,72	0,67	0,81	0,70	8,4
Bom Jesus da Lapa	63.480	20,8	0,63	0,53	0,78	0,62	1,9
Brumado	64.602	17,4	0,66	0,55	0,81	0,63	2,8
Camaçari	242.970	8,2	0,69	0,62	0,80	0,68	59,7
Catu	51.077	11,8	0,68	0,58	0,81	0,66	1,5
Dias D'Ávila	66.440	8,7	0,68	0,58	0,81	0,65	9,7
Euclides da Cunha	56.289	29,7	0,57	0,43	0,75	0,57	1,5
Eunápolis	100.196	15,9	0,68	0,57	0,79	0,69	5,7
Feira de Santana	556.642	9,6	0,71	0,62	0,82	0,71	33,2
Governador Mangabeira	19.818	18,8	0,64	0,59	0,75	0,59	0,4
Guanambi	78.833	16,5	0,67	0,58	0,79	0,66	2,6
Ilhéus	184.236	13,3	0,69	0,59	0,81	0,69	10,0
Irecê	66.181	14,4	0,69	0,64	0,78	0,66	2,2
Itaberaba	61.631	19,2	0,62	0,49	0,77	0,64	1,7
Itapetinga	68.273	15,8	0,67	0,56	0,79	0,67	3,7
Jacobina	79.247	18,9	0,65	0,56	0,77	0,64	2,7
Jequié	151.895	16,9	0,67	0,57	0,79	0,66	7,5
Juazeiro	197.965	14,3	0,68	0,59	0,80	0,66	8,6
Lauro de Freitas	163.449	5,2	0,75	0,66	0,83	0,78	14,1
Medeiros Neto	21.560	25,9	0,63	0,50	0,78	0,63	0,7
Paulo Afonso	108.396	17,7	0,67	0,57	0,79	0,68	9,4
Porto Seguro	126.929	12,9	0,68	0,57	0,80	0,67	4,3
Salinas da Margarida	13.456	12,9	0,62	0,56	0,73	0,58	0,3
Salvador	2.675.656	4,1	0,76	0,68	0,84	0,77	164,0
Santa Inês	10.363	30,5	0,57	0,47	0,70	0,57	0,2
Santo Amaro	57.800	13,4	0,65	0,56	0,77	0,63	1,7
Santo Antônio de Jesus	90.985	13,1	0,70	0,62	0,82	0,68	4,4
Seabra	41.798	17,4	0,64	0,57	0,76	0,59	1,1
Senhor do Bonfim	74.419	17,4	0,67	0,60	0,77	0,64	2,2
Serrinha	76.762	18,1	0,63	0,53	0,78	0,62	2,1
Simões Filho	118.047	8,3	0,68	0,59	0,81	0,64	16,5
Teixeira de Freitas	138.341	15,8	0,69	0,59	0,80	0,68	5,7
Ubaítaba	20.691	23,2	0,61	0,49	0,77	0,61	0,6
Uruçuca	19.837	23,6	0,62	0,51	0,76	0,61	0,4
Valença	88.673	20,7	0,62	0,50	0,78	0,62	2,8
Valença	88.673	20,7	0,62	0,50	0,78	0,62	2,8
Vitória da Conquista	306.866	14,2	0,68	0,58	0,79	0,68	15,5
Xique-Xique	45.536	24,4	0,59	0,48	0,74	0,56	0,9

Legenda:

Verde: IFBA

Vermelho: IFBAIANO

Pop.: População

Analfab.: Analfabetismo

IDH – Long.: IDH – Longevidade

PIB – Mun.: PIB - Municipal

Nota (1): em bilhões de reais, inflacionados e deflacionados para preços do ano 2000.

Fonte: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO, 2016; IBGE - Censo 2010.

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2016).

Em outra análise, a tabela 10 destaca o percentual de ocupados por setores da economia nos municípios com presenças de *campus* dos IF's na Bahia. Nesse sentido, a participação de ocupados no setor Agropecuário, destaca-se Euclides da Cunha (42,3%), Governador Mangabeira (51,7%), Salinas da Margarida (56,2%), Seabra (41,8%) e Xique-Xique (39,3%). No setor de Extração Mineral, atividade pouco representativa no estado da Bahia, ressalta-se o município de Catu (7,9%) e Jacobina (3,6%). Na Indústria de Transformação, Camaçari (16,1%), Dias D'Ávila (21,5%) e Itapetinga (32,3%) e Simões Filho (16,3%) se destacam. Nos Serviços Industriais de Utilidade Pública, apesar de baixa representatividade de participação no estado, o município de Paulo Afonso (3,4%) se destaca em função da Usina Hidrelétrica – CHESF.

Ainda na tabela 10, a Construção Civil possui vários municípios com participação significativa, ressaltando Camaçari (14,2%) e Catu (15,2%). No setor do Comércio, onde, de modo geral, os municípios possuem presença relevante, os destaques são Irecê (25%), Santo Antônio de Jesus (24,9%) e Teixeira de Freitas (23,6%). Por fim, o setor de Serviços, maior representatividade de participação dos ocupados na economia em quase todos os municípios que possuem IF's, destaca-se a capital Salvador (57,4%), Lauro de Freitas (53,4%), Porto Seguro (49,7%), Ilhéus (46,7%), Ubaitaba (45,4%), Barreiras (45,3%), Jequié (44,3%) e Senhor do Bonfim (44,1%).

Tabela 10 - Tabela de percentual dos ocupados de 18 anos ou mais, segundo o setor da economia, municípios selecionados – Bahia - 2010

Município	Agropec.	Extração Mineral	Indústria de Transformação	Serviços Industriais Utilidade Pública	Construção Civil	Com.	Serv.
Alagoinhas	10,1	2,4	8,6	1,0	9,8	19,2	42,2
Barreiras	12,3	0,2	5,4	1,0	8,1	21,4	45,3
Bom Jesus da Lapa	28,5	0,1	3,3	1,1	6,2	18,4	38,8
Brumado	20,6	2,5	5,4	0,9	8,2	16,7	39,0
Camaçari	3,0	0,7	16,1	1,1	14,2	15,3	39,9
Catu	12,2	7,9	7,1	1,0	15,2	13,1	37,2

(Continua)

(Continuação)

Dias D'Ávila	2,9	1,0	21,5	1,5	12,0	15,3	34,8
Euclides da Cunha	42,3	0,3	3,0	0,7	5,4	12,9	30,7
Eunápolis	9,3	0,1	8,3	1,3	11,2	21,7	42,5
Feira de Santana	6,5	0,2	11,6	1,2	9,0	22,4	43,3
Governador Mangabeira	51,7	—	3,6	0,4	8,5	8,3	25,5
Guanambi	22,2	0,1	8,3	0,5	8,6	20,0	36,5
Ilhéus	14,7	0,2	6,7	1,2	7,8	17,1	46,7
Irecê	15,5	0,5	5,9	1,3	6,7	25,0	41,7
Itaberaba	23,2	—	9,3	1,4	7,8	17,0	37,4
Itapetinga	5,2	0,3	32,5	1,0	7,7	13,4	32,2
Jacobina	26,0	3,6	5,8	1,1	7,1	18,8	35,1
Jequié	8,8	0,3	13,6	0,9	8,8	19,0	44,3
Juazeiro	21,7	0,2	5,1	1,2	7,4	20,5	38,7
Lauro de Freitas	0,7	0,6	9,5	0,9	11,7	16,5	53,4
Medeiros Neto	28,8	0,7	8,9	0,8	7,0	13,0	35,9
Paulo Afonso	12,2	0,3	5,7	3,4	12,4	17,0	41,7
Porto Seguro	9,8	0,0	6,6	0,9	9,8	18,7	49,7
Salinas da Margarida	56,2	—	1,8	0,7	5,6	10,9	23,5
Salvador	0,6	0,6	6,3	1,1	8,7	17,3	57,4
Santa Inês	27,0	—	4,4	0,6	10,3	13,4	43,6
Santo Amaro	24,2	0,5	9,5	1,5	10,3	15,2	35,1
Santo Antônio de Jesus	11,9	0,0	11,7	1,2	8,2	24,9	39,2
Seabra	41,8	0,2	4,6	0,8	8,5	12,1	30,4
Senhor do Bonfim	18,2	0,6	3,9	1,4	7,6	19,9	44,1
Serrinha	24,2	1,3	7,8	0,7	11,6	15,1	37,3
Simões Filho	3,0	0,6	16,3	1,7	11,0	18,6	43,5
Teixeira de Freitas	11,5	0,2	8,2	0,7	10,1	23,6	41,4
Ubatuba	23,7	0,1	2,3	0,7	7,2	16,1	45,4
Uruçuca	33,1	—	5,0	0,3	6,4	10,5	39,0
Valença	29,7	0,1	5,4	0,9	7,5	16,9	34,9
Valença	29,7	0,1	5,4	0,9	7,5	16,9	34,9
Vitória da Conquista	11,0	0,1	9,6	1,1	8,3	20,5	42,9
Xique-Xique	39,3	0,2	3,3	1,0	7,2	11,5	32,5

Legenda:

Verde: IFBA  
 Vermelho: IFBAIANO  
 Agropec.: Agropecuário  
 Com.: Comércio  
 Serv.: Serviço

Fonte: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO (2016); IBGE - Censo 2010.  
 Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2016).

O cruzamento de alguns dados apresentados nas tabelas mostra uma interiorização, muito próxima a capital Salvador, como no caso do IFBA. Por outro lado, se verifica que o IFBAIANO está em cidades mais localizadas no centro do Estado, o que pode ser explicado pelo fato de que este Instituto Federal herdou escolas agro-técnicas federais que estavam estabelecidas no interior da Bahia atendendo uma demanda que é própria de cidades com características econômicas ligadas ao campo, cidades ligadas a cultura de determinado produto etc. Mas, nas duas situações é possível achar um ponto em comum, as altas taxas de analfabetismo, e nesse caso os dois atuais Institutos Federais se apresentam como possibilidades de diminuição desses índices. Para além da missão que os une, os Institutos Federais na Bahia têm trajetórias e expansões diferenciadas como veremos a seguir.

#### 4.1.1 Instituto Federal da Bahia – IFBA

O Instituto Federal da Bahia (IFBA), historicamente, oferece um espaço formativo no âmbito da educação e do ensino profissionalizante. A sua identidade vem sendo continuamente construída com objetivos de qualificar a educação pública e ampliar as oportunidades de acesso à escola para a população ampliando o atendimento educacional. A partir de 2008, através da formação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Governo Federal inicia a implantação dos pilares para os Institutos Federais. Conforme o art. 2º da Lei nº 11.892/08 (BRASIL, 2008), os Institutos Federais são instituições de ensino básico, profissional e de ensino superior, pluricurriculares e *multicampi*, participando efetivamente também da expansão da educação superior e profissional do país.

A implementação dos Institutos Federais está associada ao conjunto de políticas do governo para a educação. Com a formação da Rede Federal o governo lança o plano de expansão, fortalecendo as unidades descentralizadas de ensino do antigo CEFET, agora *campus* com a expansão da Rede Federal, localizados nos municípios de Barreiras, Eunápolis, Valença e Vitória da Conquista.

Conforme o Ministério da Educação (MEC) a expansão da Rede Federal substancia três dimensões com forte componente geográfica. A primeira é social, sendo o atendimento aos municípios mais populosos e com baixa receita per capita, e com um percentual elevado de pobreza. Na segunda dimensão, a geográfica, pre-

tende-se atender os municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas, com o intuito da interiorização da oferta pública de Educação Profissional e Superior. Já a terceira dimensão, a de desenvolvimento, integra municípios com arranjos produtivos locais identificados no entorno de grandes investimentos. Após a criação dos Institutos Federais em 2005, o Governo Federal, com um decreto presidencial, na gestão de Luís Inácio da Silva (2003-2011), tem-se início expansão dos IF's na Bahia abrangendo os municípios de Santo Amaro, Simões Filho, Porto Seguro e Camaçari.

A expansão II é lançada com a chamada pública de propostas do MEC/SETEC nº 001/2007, para apoio ao Plano de Expansão da Rede Federal. Nesse momento, o IFBA foi incumbido de implantar mais 07 *campi* nos municípios de Paulo Afonso, Jequié, Irecê, Jacobina, Ilhéus, Feira de Santana e Seabra. Em alguns casos, estruturas físicas existentes nos municípios foram reformadas e/ou adaptados; em outras situações, as edificações foram construídas em terrenos doados pelos municípios. Assim, a parceria com os municípios foi fundamental para a implantação de *campi*, e isto significou dar uma nova função a estruturas antigas como também expansão urbana, tendo em vista que onde um campus é introduzido há um reordenamento urbano, com a formação de novos bairros, aquecimento da economia local em todos os setores, mas, sobretudo, na construção civil.

De acordo com as normativas do relatório de avaliação dos Programas de Governo, em 16 de agosto de 2011, é anunciado pela presidente Dilma Rousseff, a terceira fase da expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica e Profissional, tendo como critério de escolha municípios com mais de 50.000 habitantes e que apresentem alto índice de extrema pobreza (IFBA, 2017). A contrapartida dos municípios para garantir a construção dos *campi*, foi através da assinatura de um termo de compromisso entre o governo e os municípios, sendo que, a parte que cabia aos municípios era a doação de terrenos para construção das novas escolas ou também a cessão de alguma estrutura física que pudesse ser aproveitada para a implantação de um campus. Desta forma, ao IFBA foi designada a responsabilidade de construir os *campi* novos nos seguintes municípios baianos: Euclides da Cunha, Brumado, Santo Antônio de Jesus, Juazeiro e Lauro de Freitas. Contudo, há uma contradição (quadro 5) que se coloca quando alguns dados desses municípios são contrastados com o critério de implantação de IF's nesta terceira fase.

Se levarmos em consideração o critério de número de habitantes, todos os municípios se encaixam numa das condições da terceira fase de expansão. Quanto à situação de extrema pobreza, se tomar como parâmetro o que define o Banco Mundial, isto é, viver com menos de um dólar americano por dia, apenas o município de Euclides da Cunha reuniria todas as condições para receber um campus do Instituto Federal. Porém, em pobreza moderada estariam os municípios de Brumado, Juazeiro, Santo Antônio de Jesus e com uma média de três dólares por dia, o município de Lauro de Freitas; o que certamente, numa análise mais ampla também se encaixariam nas condições da terceira fase de expansão na Bahia.

Quadro 5 - Terceira fase de expansão na Bahia

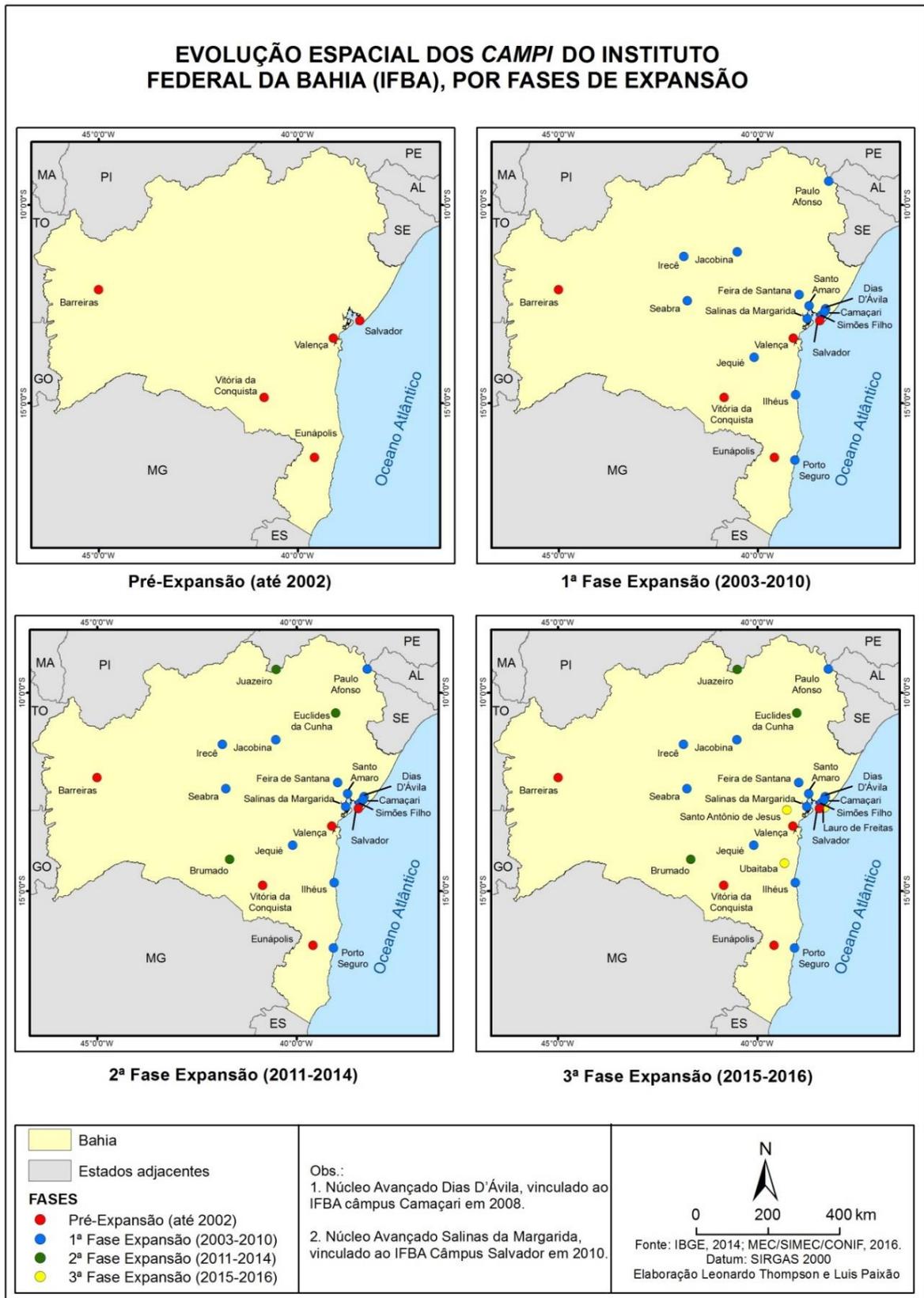
MUNICÍPIOS	RENDA PER CAPITA EM R\$	1 DÓLAR = R\$3,2	Nº DE HABITANTES (2010)
Lauro de Freitas	322	10,7	163.449
Juazeiro	175	5,8	197.965
Santo Antônio de Jesus	157	5,2	90.985
Brumado	135	4,5	64.612
Euclides da Cunha	79	2,6	56.289

Fonte: PNUD (2010).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

No mapa 2 é possível visualizar a distribuição e a evolução espacial dos *campi* do IFBA, por fases de expansão. Nota-se que antes destas ações, as escolas técnicas estavam presentes somente em 05 municípios no estado da Bahia. Após as fases de expansão, houve um crescimento significativo, com um acréscimo de 16 (dezesseis) *campi* e 02 (dois) núcleos avançados.

Mapa 2 - Evolução Espacial dos Campi do IFBA



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).  
 Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018).

O mapa 2 mostra que na fase de pré-expansão, final do Governo Fernando Henrique Cardoso, a Bahia possuía apenas cinco *campi* do IFBA distribuídos pelas regiões Metropolitana (Salvador), Baixo Sul (Valença), Extremo Sul da Bahia (Eunápolis) e Oeste (Barreiras). Nos dois períodos dos governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) acontece uma expansão sensível, tendo em vista que regiões como o Norte, Chapada Diamantina, Sertão, Sul da Bahia são contempladas com *campi* do IFBA; e a região Metropolitana de Salvador, também recebe nos *campi*, demonstrando que há também um processo de concentração no entorno da capital, sobretudo, na região do Recôncavo. No Governo Dilma Rousseff (2011-2016) há uma redução substancial na expansão do IFBA, apenas dois *campi* são implantados, Ubaitaba (Sul da Bahia) e Santo Antônio de Jesus (Recôncavo Baiano).

#### 4.1.2 Instituto Federal Baiano – IFBAIANO

A história do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO) começou na cidade de Catu no final do século XIX com oferta de ensino profissional no espaço rural da Bahia, através da Lei nº 75, que originou a fazenda modelo de criação, implantada pelo governo da Bahia em 1897. O objetivo da fazenda era promover a criação de gado, através do ensino de técnicas pecuárias.

Em 1918, iniciou-se o processo de federalização da fazenda modelo, adotando-se uma política que consistiria em fornecer técnicas pastoris para a comunidade agrícola local. Nela, foram desenvolvidas atividades de criação até o início de 1964. Através do Decreto nº 53.666, em 05 de março de 1964, passou a chamar-se Colégio Agrícola de Catu, tendo sido subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura.

A designação Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos foi estabelecida pelo Decreto nº 58.340, de 03 de maio de 1966, que tinha como finalidade ministrar o ensino de Segundo Grau, formando Técnicos em Agropecuária, fundamentado na filosofia do Sistema Escola Fazenda - aprender a fazer e fazer para aprender. Em 19 de maio de 1967, através do Decreto nº 60.731, o Colégio foi transferido para o Ministério da Educação (MEC), passando a funcionar como escola em 1969. Em 1971, formou-se a primeira turma de alunos técnicos em Agropecuária. Em 4 de setembro

de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Catu Álvaro Navarro Ramos.

A Lei nº 8.670/1993 criou as Escolas Agrotécnicas Federais de Guanambi, Santa Inês e Senhor do Bonfim, subordinadas e mantidas pelo Ministério da Educação. Ainda em 1993, por meio da Lei nº 8.731, estas escolas foram transformadas em autarquias, passando a ter quadro funcional e orçamento próprios, além de autonomia disciplinar e acadêmica. De acordo com o Decreto nº 2548/1998, caberia as Escolas Agrotécnicas Federais ofertar uma formação articulada com os setores produtivos, especialmente, na agropecuária e agroindústria. Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo a Bahia contemplada com dois Institutos: IFBA e IFBAIANO. Em 2010, na segunda expansão da rede profissional, duas novas unidades foram implantadas nas cidades de Bom Jesus da Lapa e Governador Mangabeira (IFBAIANO, 2015).

A essa trajetória histórica, integraram-se, em 2010, as Escolas Médias de Agropecuária Regional (EMARC's) criadas e mantidas pela Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura. As atividades das EMARC's foram iniciadas em 1965, a partir da criação da unidade EMARC – Uruçuca, tendo ocorrido a ampliação da rede entre os anos de 1965 e 1980, em decorrência do precário sistema educacional, vivenciado pelas populações vinculadas ao agronegócio. Coube à EMARC, inicialmente, servir como centro de treinamento de mão de obra e de formação de nível médio, a fim de atender às necessidades da agropecuária da região administrativa do Sul da Bahia. A EMARC estava associada a programas de pesquisas agrícolas e de extensão rural da CEPLAC. As pesquisas realizadas por essas instituições foram fundamentais para o desenvolvimento da estrutura socioeconômica da região cacaueira baiana.

De 1965 a 1980, a EMARC cresceu e transformou-se em um importante centro de ensino técnico agropecuário e de formação profissional rural, de reconhecimento à qualificação de trabalhadores. Com o crescimento da demanda por técnicos e profissionais qualificados para atuarem nas regiões cacaueiras do país, o governo do Estado da Bahia, em articulação com o Conselho Deliberativo da CEPLAC e com o Ministério da Agricultura, firmou, em 11 de abril de 1980, contrato de comodato, transferindo a responsabilidade administrativa, pedagógica e financeira das unida-

des Escolares Polivalentes, localizadas nas cidades de Itapetinga, Teixeira de Freitas e Valença, para a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

Em 2010, as EMARC's de Itapetinga, Teixeira de Freitas, Uruçuca e Valença passaram a ser administradas pelo IFBAIANO. O Decreto n.º 7.952, de 12 de março de 2013 (BRASIL, 2013), vinculou definitivamente as EMARC's ao Ministério de Educação, transformando-as em *campi* do IFBAIANO. Em 2012, o governo anunciou mais uma expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. O plano previu a criação de vários *campi* nas 27 Unidades da Federação, sendo que 09 desses *campi* foram implementados na Bahia. Para o IFBAIANO, coube a implantação de mais 04 *campi* sediados nas cidades de Alagoinhas, Itaberaba, Serrinha e Xique-Xique.

Tabela 11 - Participação dos setores econômicos na economia dos municípios do IFBAIANO

MUNICÍPIOS	AGROPECUÁRIA (%)	INDÚSTRIA (%)	COMÉRCIO (%)
Alagoinhas	3,3	35,9	60,8
Bom Jesus da Lapa	14,1	4,3	81,6
Catu	2,6	39,9	57,5
Governador Mangabeira	21,5	10,5	68,0
Guanambi	3,2	25,8	71,0
Itaberaba	14,9	13,2	71,9
Itapetinga	7,6	37,6	54,9
Medeiros Neto	35,3	22,2	42,5
Santa Inês	15,6	13,3	71,1
Senhor do Bonfim	2,3	16,7	81,0
Serrinha	2,6	20,4	77,0
Teixeira de Freitas	5,4	16,7	77,9
Uruçuca	35,6	14,7	49,7
Valença	11,8	16,7	71,5
Xique-Xique	21,2	21,3	57,5

Fonte: SEI (2014).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Atualmente, o IFBAIANO consolida-se como Instituição *multicampi* no estado e garante a interiorização da educação profissional, sobretudo, pela sua inserção em diversas regiões e da sua relação com o espaço agrário. A rede deste instituto é formada por 01 (uma) Reitoria, sediada em Salvador, e 10 (dez) *campi* em funcionamento, nos municípios de Bom Jesus da Lapa, Catu, Guanambi, Governador Mangabeira, Itapetinga, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Teixeira de Freitas, Valença e Uruçuca; possui ainda, 04 *campi* em fase de implantação, criados em 2012, situados nos municípios de Alagoinhas, Serrinha, Itaberaba e Xique-Xique; e com um *campus* avançado na cidade de Medeiros Neto. Com a implantação dessas novas

unidades, em 2016, o IFBAIANO amplia sua área de atuação, somando 14 *campi* e 1 *campus* avançado em toda a Bahia. A tabela 11 apresenta dados dos setores produtivos dos municípios que possuem campus do IFBAIANO com o objetivo de compreender a relação entre as atividades econômicas e a implantação do instituto.

Ao analisar os dados da tabela 11 através da composição do Valor Agregado Bruto – VAB dos três setores econômicos de cada município, o setor da agropecuária tem uma forte influência em 08 (Bom Jesus da Lapa, Governador Mangabeira, Itaberaba, Medeiros Neto, Santa Inês, Uruçuca, Valença e Xique-Xique) dos 15 municípios, apresentando índices com dois dígitos. Por outro lado, quando vai se buscar dados sobre a produção e cultivo de alguns produtos agrícolas nos municípios com menores índices são encontradas culturas e criações relevantes dentro do cenário geral da Bahia; como demonstrado no quadro 6.

Quadro 6 - Principais produtos agropecuários

MUNICÍPIOS	PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	REGIÃO ECONÔMICA
Alagoinhas	Laranja, mandioca, coco-da-baía e aves	Litoral Norte
Catu	Mandioca, banana, aves e bovino	Litoral Norte
Guanambi	Feijão, mandioca, sorgo e milho	Serra Geral
Itapetinga	Cana-de-açúcar e rebanho bovino	Sudoeste
Senhor do Bonfim	Feijão, milho, bovino, aves e ovinos	Piemonte da Diamantina
Serrinha	Aves, feijão e milho	Nordeste
Teixeira de Freitas	Cana-de-açúcar, mamão, café, bovinos	Extremo Sul da Bahia

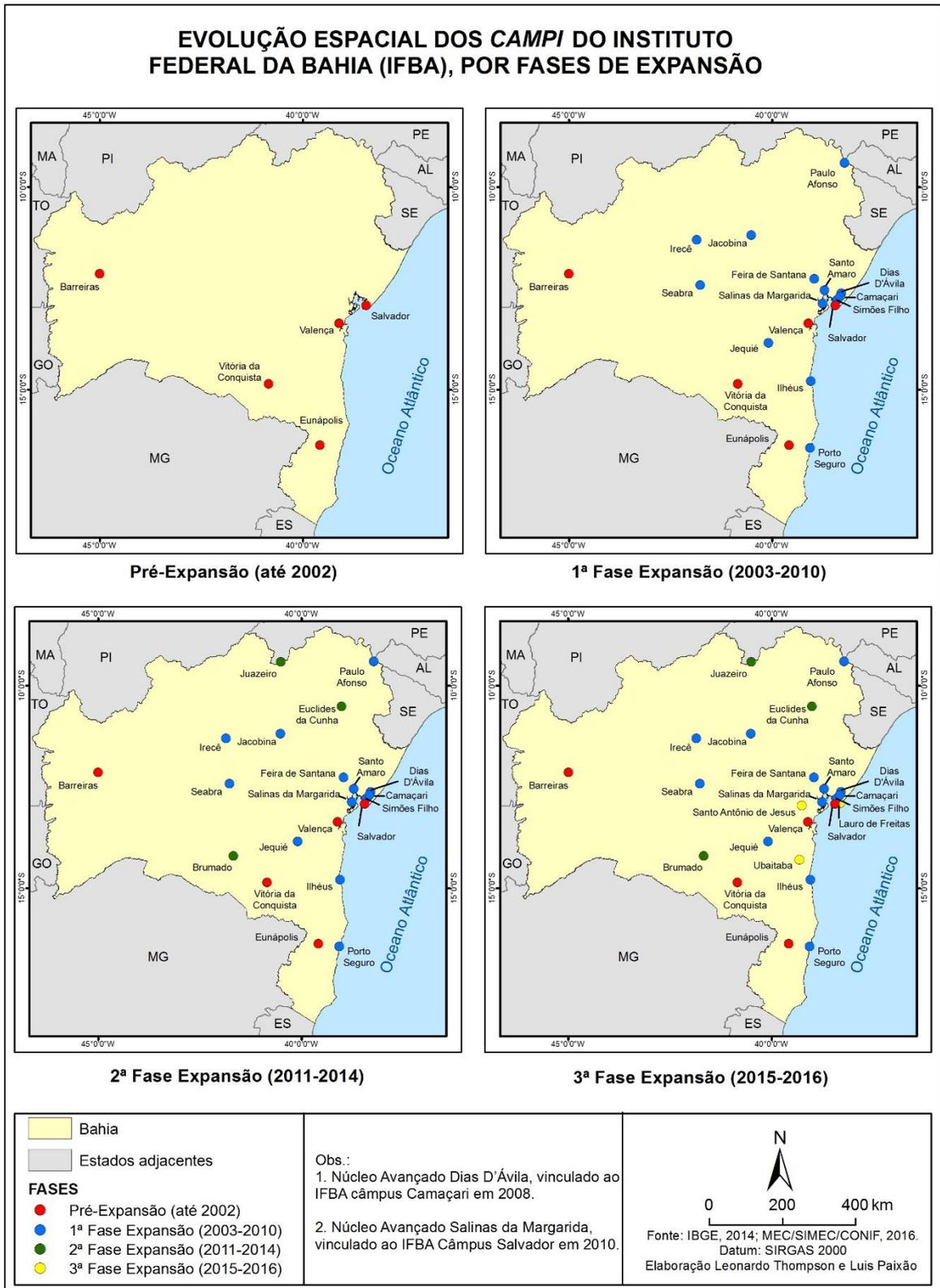
Fonte: SEI (2018).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Portanto, a lógica da implantação dos *campi* do IFBAIANO, isto é, a relação do instituto com características agropecuárias locais e regionais é obedecida nessa atual lista de *campi*.

O mapa 3 apresenta a evolução espacial dos *campi* do IFBAIANO, por fases de expansão. Nota-se que antes da expansão as Escolas Agrotécnicas estavam presentes somente em 04 municípios no estado da Bahia. Após as fases de expansão, além da incorporação das 04 (quatro) EMARC's, houve a instalação de mais 06 (seis) *campi* e 01 (um) *campus* avançado. Vale ressaltar que o IFBAIANO, em função de sua origem histórica, tem uma característica voltada para o espaço rural, estando presente, principalmente, no interior do estado da Bahia.

Mapa 3 - Evolução Espacial dos *Campi* do IFBAIANO



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018).

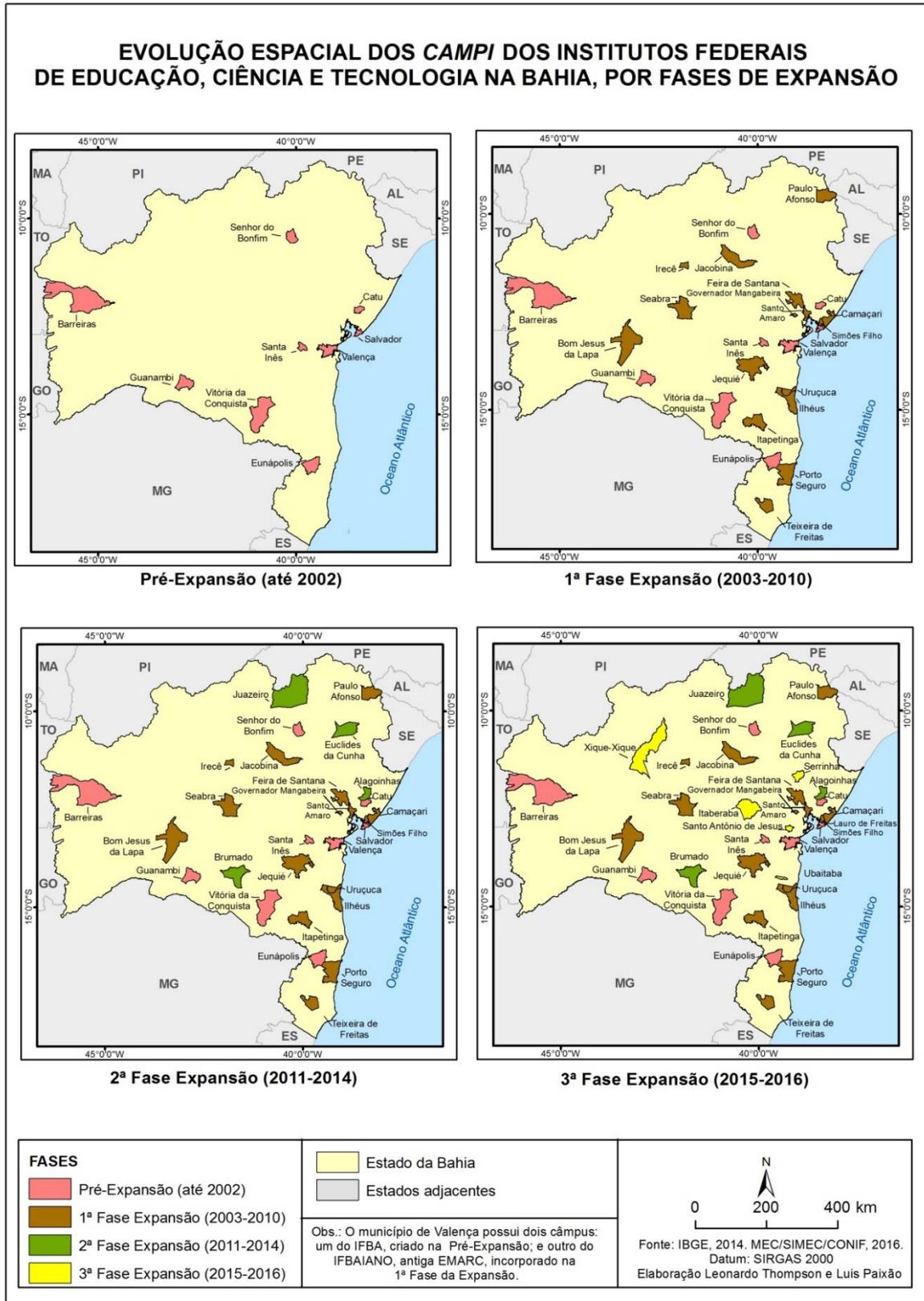
A seqüência histórico/política da implantação do IFBAIANO segue a mesma seqüência que a do IFBA, desde o Governo FHC, passando pelos dois Governos de

Lula e o Governo Dilma. Todavia, o IFBAIANO é em menor número que o IFBA, e se encontra mais dispersa pela Bahia, não atingindo a todas regiões baianas, e não apresenta uma configuração concentradora como a do IFBA. Sendo o IFBAIANO um Instituto que tem uma afinidade grande com as questões rurais, muito por ser um Instituto derivado de várias escolas agrotécnicas, seria fundamental a sua presença no Oeste Baiano, por ser essa uma região que tem no agronegócio sua característica econômica principal; tendo em vista que os Arranjos Produtivos Locais são uma das principais motivações para se implantar um Instituto numa região. E aqui se encontra mais uma das fragilidades da expansão sem pensar numa regionalização, pois, no Oeste da Bahia há, na cidade de Barreiras, apenas um campus do IFBA.

Mesmo com todas as disparidades, é inegável a evolução quantitativa da expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Estado da Bahia. Observa-se no mapa 04, a seguir, que até 2002, o estado possuía 09 Escolas Técnicas. De 2003 a 2010 foram implantados 19 novos *campi*; de 2011 a 2014 mais 05 (cinco) *campi*; e de 2015 a 2016, estão em processo de instalação mais 06 novos *campi* e núcleos avançados. Em pouco mais de 10 anos, o número de institutos federais de educação triplicou, são 30 novas unidades distribuídas no território baiano (MEC/SIMEC, 2016).

Atualmente, a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica na Bahia é composta pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA, antigo CEFET/BA) com estrutura de 21 *campi* e 02 *campi* avançados e pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IFBAIANO, antiga EMARC e Escolas Agrotécnicas) composto por 14 *campi* e 01 (*Campus* Avançado). Até o ano de 2018 os dois Institutos juntos contavam com são 36 *campi* e 03 *campus/núcleos* avançados distribuídos por toda a Bahia; esses números fazem com que a Bahia ocupe a sexta posição em quantidade de institutos federais no Brasil.

Mapa 4 - Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Estado da Bahia.



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).  
Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018).

O exercício que é feito a seguir consiste em agrupar os IF's da Bahia através das escalas das mesorregiões, microrregiões, regiões econômicas e territórios de identidade na Bahia objetivando compreender a disposição dos *campi* dentro das regiões e ao mesmo tempo verificar se através dessas escalas há uma minimização da influência do localismo sobre a região, visto que não é possível afirmar se há uma irradiação da ação de um campus, numa determinada cidade, para toda a região onde está inserido.

#### 4.2 Os IFs e as mesorregiões

As mesorregiões foram criadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sobretudo com finalidade estatística, pois não se concretiza em uma unidade política ou administrativa. Trata-se de uma regionalização, que envolve uma subdivisão dos estados brasileiros em áreas geográficas com semelhanças socioeconômicas. Por essa finalidade, são utilizadas como unidades de planejamento territorial e de estratégias de implementação de políticas públicas (IBGE, 1990). Nesse sentido, pode-se compreender a mesorregião como

[...] uma área individualizada, em uma unidade da Federação, que apresente formas de organização do espaço definidas pelas seguintes dimensões: o processo social, como determinante, o quadro natural, como condicionante e, a rede de comunicação e de lugares, como elemento de articulação espacial. Estas três dimensões deverão possibilitar que o espaço delimitado como mesorregião tenha uma identidade regional. Esta identidade é uma realidade constituída ao longo do tempo pela sociedade que aí se formou. (IBGE, 1990, p.8).

Como analisado anteriormente, sobre a dimensão geográfica da política de expansão dos *campi* da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o critério adotado nas fases da expansão tinha o intuito de atender as mesorregiões no território brasileiro. Os municípios baianos estão agrupados em 07 mesorregiões: Centro Norte Baiano, Centro Sul Baiano, Extremo Oeste Baiano, Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano, Sul Baiano e Vale São Francisco (ver mapa 5). A tabela 12 apresenta a evolução dos IF's por fases e mesorregiões no Estado da Bahia<sup>9</sup>.

---

<sup>9</sup> Nas tabelas e mapas sobre a expansão dos IF's e as regionalizações no estado da Bahia, optou-se por inserir os Núcleos Avançados do IFBA, Dias D'Ávila, criado em 2008, vinculado ao Campus Camaçari, e Salinas da Margarida, criado em 2010, vinculado ao Campus Salvador. Pelo IFBAIANO, foi acrescentado o Campus Avançado de Medeiros Neto, criado em 2012, vinculado ao Campus Teixeira de Freitas.

Percebe-se que todas as mesorregiões contêm *campus* de um Instituto Federal. Antes da expansão, a mesorregião Nordeste Baiano e Vale São Franciscano não possuíam *campus*, somente com a política de expansão passaram a ter, respectivamente, 03 e 04 *campi* dos IF's. Portanto, nota-se um desequilíbrio na difusão dos IF's entre as mesorregiões. Após as fases de expansão, as mesorregiões Metropolitana de Salvador (10), Sul Baiano (9) e Centro Sul Baiano (7) foram privilegiadas em comparação com as outras regiões.

Tabela 12 - Evolução da Rede Federal de Educação Tecnológica, por mesorregião – Bahia – 2002-2016

Mesorregião	Pré-Expansão 2002	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Centro Norte Baiano	1	3	0	1	5
Centro Sul Baiano	3	3	1	0	7
Extremo Oeste Baiano	1	0	0	0	1
Metropolitana de Salvador	2	6	0	2	10
Nordeste Baiano	0	0	2	1	3
Sul Baiano	2	5	1	1	9
Vale São Franciscano	0	2	1	1	4
<b>Bahia</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>39</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO/IBGE (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Em contraponto, a mesorregião Extremo Oeste Baiano, parece ter sido preterida nas fases de expansão dos IF's, permanecendo apenas com 01 *campus* do IFBA em Barreiras, implementado quando ainda era CEFET/BA. No caso de novas fases de expansão dos IF's, uma perspectiva interessante, seria a implementação de um *campus* do IFBAIANO no município de Luís Eduardo Magalhães na mesorregião Extremo Oeste Baiano. Atualmente, o município é responsável por 60% da produção de grãos do estado da Bahia (SEI, 2017). Com uma atividade agrícola diversificada, de grande produtividade, em função de extensas áreas irrigadas. Apresenta várias empresas multinacionais ligadas ao agronegócio. Sua pecuária é de alta qualidade tanto na área genética como tecnológica. A presença de um *campus* do IFBAIANO no município poderia contribuir com a formação de técnicos, bem como no desenvolvimento de pesquisas e produtos tecnológicos atrelados a cadeia produtiva de agricultura e pecuária crescente na região.

Mapa 5 - Institutos Federais na Bahia, por Mesorregiões, 2016



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).  
Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018)

Vale ressaltar que a mesorregião, Metropolitana de Salvador, atualmente com 10 *campus*, permanece como a região de maior aglomeração de *campi* dos IF's devido, a concentração populacional (Tabela 13) e ao dinamismo econômico dos municípios que compõem essa mesorregião.

Na tabela 13, tem-se a expansão dos *campi* dos IF's nas mesorregiões, por tipologia, distância da reitoria e soma da população dos municípios que compõe a mesorregião. Nota-se que a mesorregião Metropolitana de Salvador é a que tem a maior concentração e que recebeu maior número de *campus* e núcleos avançados na expansão, atendendo uma população aproximada de 3,5 milhões de habitantes. Sendo assim, fazendo uma relação de *campus* com a população dos municípios, cada *campus* dos institutos atenderia em média uma população de 350 mil habitantes na mesorregião Metropolitana de Salvador. Já na mesorregião Sul Baiano, com um total de 09 *campus* e uma soma de aproximadamente 900 mil habitantes nos municípios atendidos, tem-se uma relação de 01 *campus* para cada 100 mil habitantes.

Tabela 13 - Distância média das reitorias (km) para campi de mesorregiões ordenados decrescentemente pelo tamanho da população – Bahia – 2002-2016

Mesorregiões	Pré-Expansão		1º Fase		2º Fase		3º Fase <sup>2</sup>		Distância da Reitoria	População <sup>3</sup> 2010
	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO		
Metropolitana de Salvador	2	1	2	0	1	1	3	0	65,6	3.499.707
Centro Norte Baiano	0	0	1	1	2	0	0	1	320,6	838.120
Sul Baiano	2	3	1	0	1	0	1	1	459,9	789.064
Centro Sul Baiano	1	2	1	1	1	0	1	0	509,9	722.680
Vale São Franciscano	0	0	1	1	0	0	1	1	586,8	415.396
Nordeste Baiano	0	0	0	0	0	0	1	2	211,7	275.000
Extremo Oeste Baiano	1	0	0	0	0	0	0	0	873,0	137.427
<b>Bahia</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	-	-

Nota(1): Instituto Federal de Educação Tecnológica.

Nota(2): previstos.

Nota(3): expressa a soma dos municípios com campus.

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO/IBGE (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Outro aspecto importante que pode ser analisado através da tabela 13 está na relação de distância em quilômetros das reitorias para outros *campi* localizados em outras mesorregiões. Quando se estabelece uma comparação, por exemplo,

com o *campus* de Barreiras do IFBA, único da mesorregião Extremo Oeste Baiano, e que fica aproximadamente 850 km de distância da reitoria, pode-se pensar nas dificuldades e custos de deslocamentos, diárias e passagens, até a reitoria para participação dos servidores em reuniões de gestão em Salvador. Certamente, que com os avanços tecnológicos o problema da distância pode ser resolvido com certa tranquilidade, contudo, o que se percebe é que a grande concentração dos trâmites burocráticos nas reitorias causam transtornos para o funcionamento dos *campi* mais distantes, tais como, a dependência de verbas, realização de parcerias para pesquisa com outras instituições, e tantos outros trâmites que influenciam na dinâmica de cada campus e, por conseguinte, dos seus funcionários. Por isso, não raro são levantadas propostas que sugerem a formação de outros institutos, isto é, o desmembramento, em busca de uma maior autonomia tanto do IFBA como do IFBAIANO. Essa questão do distanciamento das reitorias, onde se concentram todas as decisões dos *campi*, também aparece quanto a relação com as microrregiões, como pode ser constatada na tabela 13.

### **4.3 Os IF's e as microrregiões**

As microrregiões geográficas são subdivisões das mesorregiões e possuem a mesma concepção com finalidades estatísticas e de planejamento regional. Geralmente, as microrregiões são denominadas priorizando um município que as compõem, “[...] assim, o destaque é dado a um município e, sobretudo, a uma cidade que, pela sua importância, articula as principais relações econômicas e sociais da área” (SILVA, et al., 2006, p.25); é uma combinação entre o local e o regional, onde, geralmente a cidade contemplada com um instituto federal tem ou passa a ter a capacidade de influência regional.

Um dos critérios geográficos utilizados na última fase da política de expansão dos IF's no Brasil, consta que, após cobrir as mesorregiões, deveria buscar atender as microrregiões dos estados; fato que justifica uma análise neste tópico. Dessa forma, alterando a escala de análise para as microrregiões, conforme tabela 14 e mapa 05, pode-se observar que das trinta e duas microrregiões os IF's estão presentes em vinte e cinco. Antes da criação dos IF's e suas fases de expansão, 09 microrregiões possuíam unidades de ensino técnico federal, 05 unidades do antigo

CEFET/BA e 04 unidades autônomas das Escolas Agrotécnicas.

Após as três fases da política de expansão, das vinte e cinco microrregiões que possuem *campus* de um instituto federal, seis delas possuem mais de um *campus* na microrregião: Salvador (5), Santo Antônio de Jesus (4), Porto Seguro (4), Itabuna-Ilhéus (3), Jequié (2) e Valença (2). Observa-se no mapa 6, que essas microrregiões mais concentradas de *campi* dos IF's coincidem com o principal eixo viário do estado (BR-101) e estão entre as nove microrregiões mais adensadas (Tabela 15), compondo as áreas mais dinâmicas socioeconomicamente do estado da Bahia.

Tabela 14 - Evolução da Rede Federal de Educação tecnológica, por microrregião – Bahia – 2002 a 2016

Microrregião	Pré-Expansão 2002	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Alagoinhas	0	0	1	0	1
Barra	0	0	0	1	1
Barreiras	1	0	0	0	1
Bom Jesus da Lapa	0	1	0	0	1
Brumado	0	0	1	0	1
Catu	1	0	0	0	1
Euclides da Cunha	0	0	1	0	1
Feira de Santana	0	1	0	0	1
Guanambi	1	0	0	0	1
Irecê	0	1	0	0	1
Itaberaba	0	0	0	1	1
Itabuna-Ilhéus	0	2	0	1	3
Itapetinga	0	1	0	0	1
Jacobina	0	1	0	0	1
Jequié	1	1	0	0	2
Juazeiro	0	0	1	0	1
Paulo Afonso	0	1	0	0	1
Porto Seguro	1	2	1	0	4
Salvador	1	3	0	1	5
Santo Antonio de Jesus	0	3	0	1	4
Seabra	0	1	0	0	1
Senhor do Bonfim	1	0	0	0	1
Serrinha	0	0	0	1	1
Valença	1	1	0	0	2
Vitória da Conquista	1	0	0	0	1
<b>Bahia</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>39</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO/IBGE.

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Mapa 6 - Institutos Federais na Bahia, por Microrregiões, 2016



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).  
Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018).

Na tabela representada na figura 6 não foram incluídas as 07 microrregiões de Cotegipe (distante a 93 km de Barreiras), Santa Maria da Vitória (distante a 93 km de Bom Jesus da Lapa), Livramento do Brumado (distante a 68 km de Brumado), Jeremoabo (distante a 85 km de Paulo Afonso), Ribeira do Pombal (distante a 95 km de Euclides da Cunha), Entre Rios (distante a 48 km de Alagoinhas). Nota-se que estas cidades microrregionais estão dentro do raio de distancias para cidades microrregionais maiores, o que pode justificar a ausência de um instituto federal nessas microrregiões. Apenas a microrregião de Boquira tem uma distância maior para o campus mais próximo, são 149 km até Bom Jesus da Lapa. Ao se fazer uma leitura mais ampla do mapa 06, dividindo a Bahia em Leste e Oeste, é possível verificar que a Costa Leste do estado é onde se concentra a grande parte dos IF's. Esta configuração pode estar atrelada pelo fato de que desde o Extremo Sul da Bahia, com o boom do turismo, grandes áreas destinadas ao eucalipto, subindo pelo Sul (região cacauzeira) até a Região Metropolitana são regiões de grande desenvolvimento econômico, como também de influência política e com localização geográfica privilegiada, sobretudo, porque estão nas margens da BR 101 e com o Oceano Atlântico.

Certamente que não tem como garantir que os institutos federais estejam presentes em todos os municípios sob pena de não ter procura que viabilizem sua instalação e investimento financeiros. Por outro lado, é fundamental, garantir que a população dos municípios não contemplados possa ter condições de acessar esse nível de ensino.

Vale destacar que 12 microrregiões com presença de IF's estão localizadas a mais de 400km de distância da reitoria (tabela 15). A questão da distância tem sido um dos obstáculos que dificultam a interação entre *campi* e reitoria afetando na eficiência dos processos internos. Problemas como: custo de diárias e passagens; participação em conselhos e comissões; acúmulo de processos administrativos na reitoria; centralização de decisões; representatividade institucional; organização de processos seletivos; realização de concursos públicos; gerenciamento de recursos financeiros; entre outros aspectos. E, talvez, o mais importante, uma política que não seja somente de expansão, mas que seja efetiva no sentido de que os IF's possam ter uma função preponderante nas regiões. Ao contrário, corre-se o risco de que muitos *campi* não consigam colocar seus egressos no mercado de trabalho regional,

configurando apenas em escolas normais de ensino médio, o que seria passível de um questionamento quanto a sua existência.

Tabela 15 - Microrregião com existência de campus do IF<sup>1</sup>, segundo a fase de expansão e tipologia da rede, distância aproximada da reitoria (em km) e ordenados decrescentemente pelo tamanho da população – Bahia – 2002 a 2016

Microrregião	Pré-Expansão		1° Fase		2° Fase		3° Fase <sup>2</sup>		Distância da Reitoria	População <sup>3</sup> 2010
	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO		
Salvador	2	0	1	0	0	0	2	0	124,0	3.266.562
Feira de Santana	0	0	0	0	1	0	0	0	588,0	556.642
Porto Seguro	1	1	1	0	0	0	0	1	873,0	387.026
Vitória da Conquista	1	0	0	0	0	0	0	0	779,0	306.866
Itabuna-Ilhéus	0	1	0	0	1	0	1	0	538,0	224.764
Juazeiro	0	0	0	0	0	0	1	0	93,0	197.984
Santo Antônio de Jesus	0	0	1	0	1	1	1	0	326,0	182.068
Valença	1	1	0	0	0	0	0	0	116,0	177.274
Jequié	0	0	1	0	0	0	0	0	792,0	151.895
Alagoinhas	0	0	0	0	0	0	0	1	481,0	141.949
Barreiras	1	0	0	0	0	0	0	0	279,0	137.427
Paulo Afonso	0	0	1	0	0	0	0	0	371,3	108.396
Jacobina	0	0	0	0	1	0	0	0	582,0	79.247
Guanambi	0	1	0	0	0	0	0	0	342,0	78.883
Serrinha	0	0	0	0	0	0	0	1	368,0	76.762
Senhor do Bonfim	0	0	0	1	0	0	0	0	295,0	74.419
Itapetinga	0	0	0	1	0	0	0	0	508,0	68.273
Irecê	0	0	1	0	0	0	0	0	472,0	66.181
Brumado	0	0	0	0	0	0	1	0	694,3	64.602
Bom Jesus da Lapa	0	0	0	1	0	0	0	0	33,2	63.480
Itaberaba	0	0	0	0	0	0	0	1	99,3	61.631
Euclides da Cunha	0	0	0	0	0	0	1	0	475,0	56.289
Catu	0	1	0	0	0	0	0	0	385,0	51.077
Barra	0	0	0	0	0	0	0	1	185,0	45.536
Seabra	0	0	0	0	1	0	0	0	124,0	41.798
Jequié	0	1	0	0	0	0	0	0	519,0	10.363
<b>Bahia</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Nota(1): Instituto Federal de Educação Tecnológica.

Nota(2): previstos.

Nota(3): expressa a soma dos municípios com campus.

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO/IBGE (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

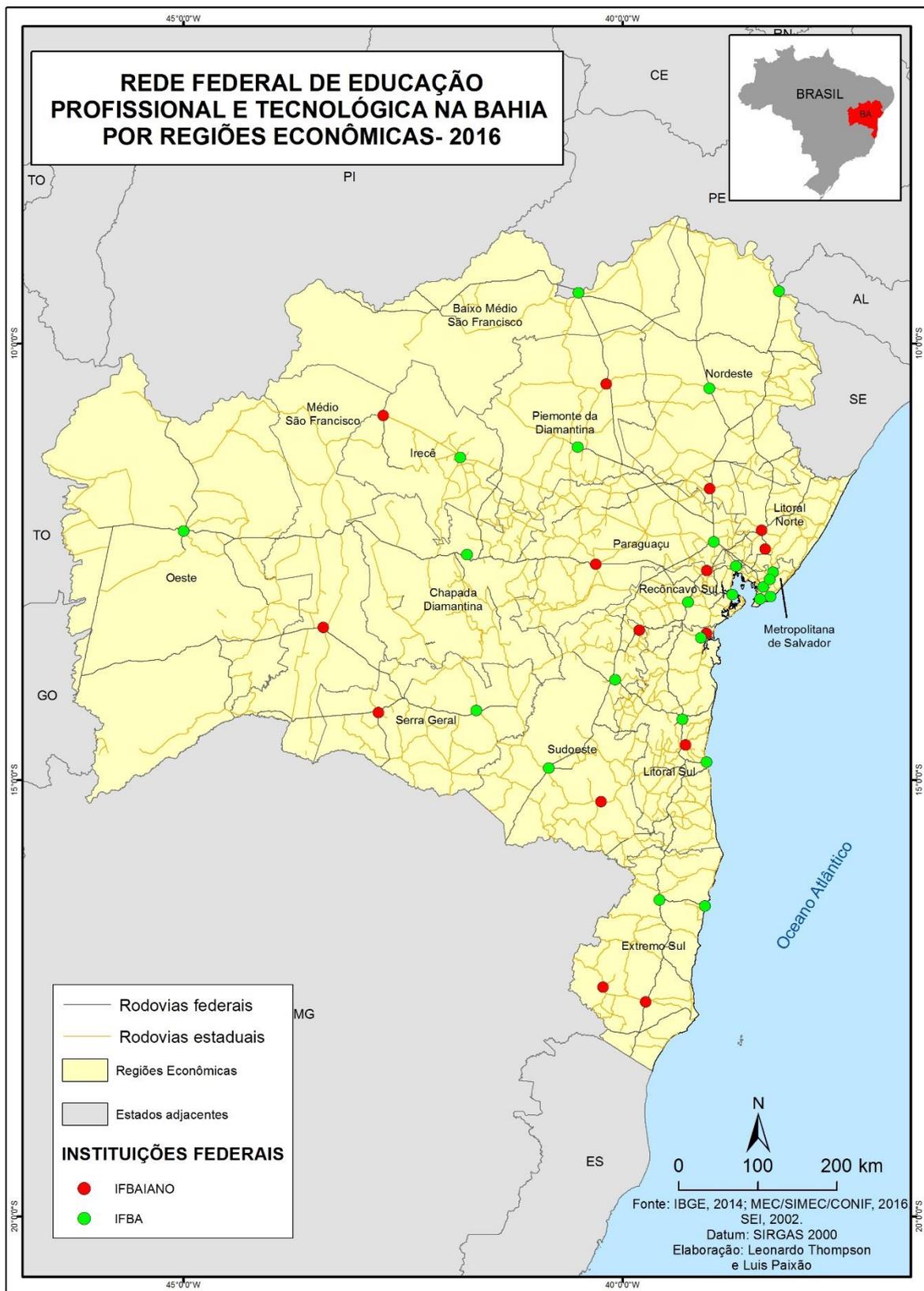
#### 4.4 Os IF's e as regiões econômicas

Em outra análise, pode-se relacionar a presença atual dos *campi* e núcleos avançados dos IF's com as regiões econômicas no estado da Bahia. Conforme podemos observar no mapa 7 o estado da Bahia possui 15 regiões econômicas, todas com a presença de *campi* dos IF's: Metropolitana de Salvador; Extremo Sul da Bahia; Paraguaçu; Oeste; Serra Geral; Litoral Norte; Litoral Sul; Sudoeste; Nordeste; Médio São Francisco; Baixo São Francisco; Irecê; Piemonte da Diamantina; Chapada Diamantina; Recôncavo Sul.

Nessa perspectiva, problematiza-se: como fica a distribuição dos IF's por regiões econômicas no estado da Bahia? Todas as regiões foram atendidas? Os cursos ofertados pelos IF's se relacionam com as especificidades econômicas no estado da Bahia?

Certamente que o quadro 7 é uma síntese da atual configuração econômica até a conclusão dessa pesquisa, haja vista, que a dinâmica econômica de uma região não é perene, isto é, em cada período da história da região outras economias podem sobrepor sobre as existentes ou mesmo substituí-las definitivamente. É possível que a análise através das regiões econômicas esteja obsoleta para alguns estudos, entretanto, o seu entendimento propicia realizar analogias entre as regiões, compreender se os IF's implantados nessas regiões realmente obedecem a lógica econômica etc.

Mapa 7 - Institutos Federais na Bahia, por Regiões Econômicas, 2016.



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018)

Quadro 7 - Compilação das regiões econômicas da Bahia

REGIÃO	CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS	INSTITUTO
Metropolitana	Diversidade econômica, alta representatividade do setor petroquímico, indústria mecânica, alimentos, têxtil e construção civil.	IFBA
Extremo Sul da Bahia	Celulose, turismo, mamão, abacaxi, café, pecuária, silvicultura.	IFBA e IFBAIANO
Paraguaçu	Comércio, serviços, indústria de transformação. Polo automobilístico de Camaçari. Interação com os APLs.	IFBA e IFBAIANO
Oeste	Em termos agrícolas é considerada a mais moderna e desenvolvida da Bahia.	IFBA
Serra Geral	Mineração.	IFBA e IFBAIANO
Litoral Norte	Exploração de petróleo, fruticultura. Distrito industrial de Sauípe. Indústria de laticínios. Polo Industrial de Alagoinhas.	IFBAIANO
Sudoeste	Pecuária, cefeicultura, indústria de transformação, comércio e serviços. Rebanho bovino, avicultura e suinocultura.	IFBA e IFBAIANO
Litoral Sul	Cacau e pecuária bovina.	IFBA e IFBAIANO
Piermonte da Diamantina	Complexo mineral. Exploração de cimento, garimpo de esmeralda. Criação de bovinos, ovinos e caprinos. Produção de sisal.	IFBA e IFBAIANO
Médio São Francisco	Produção de frutas e hortaliças. Cultivos de cana-de-açúcar, mandioca, milho. Pecuária bovina extensiva.	IFBAIANO
Baixo Médio São Fco.	Cana-de-açúcar. Cultivo de grãos. Vale do Salitre.	IFBA
Nordeste	Agropecuária. Produção de energia elétrica. CHESF. Produção de feijão, milho, mandioca. Exploração de cal, calcário, argila, granito, manganês e ouro. Produção de manga, caju e cajá.	IFBA e IFBAIANO
Irecê	Produção de feijão, hortaliças, cebola, tomate.	IFBA e IFBAIANO
Chapada Diamantina	Mineração. Turismo.	IFBA
Recôncavo Sul	Turismo.	IFBA e IFBAIANO

Fonte: SEI (2014).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Por entender que a dinâmica regional através da economia tem um peso importante para este estudo, tendo em vista que todas as análises realizadas nessa pesquisa, desde a escala nacional, passando pelas mesorregiões e microrregiões, percebe-se que o fator econômico, as características econômicas do local e da regi-

ão são fundamentais para decidir pela implantação ou não de um campus de um instituto federal.

#### 4.5 Os IF's e os territórios de identidade

Territórios de Identidade é uma regionalização criada pelo governo estadual da Bahia, com finalidade de planejamento territorial para estabelecer políticas públicas de desenvolvimento regional. São 27 territórios de identidade na Bahia, criados a partir da articulação dos aspectos culturais-identitários, socioeconômicos e políticos-administrativos. É a regionalização atual utilizada para unidades de planejamento do território baiano.

A constituição da regionalização dos territórios de identidade, possibilitam o planejamento das ações políticas do estado, com base nas demandas populacionais, sociais, culturais e econômicas de cada região (SEPLAN, 2007). Nessa perspectiva, pergunta-se: como fica a distribuição dos *campi* e núcleos avançados dos IF's nos Territórios de Identidade no estado da Bahia? Todas os Territórios de Identidade foram atendidos? Existe um equilíbrio na distribuição dos *campi* entre as Territórios?

Conforme a tabela 16, antes da expansão, dos 27 Territórios de Identidade, somente 09 possuíam unidades de ensino federal. Após as fases de implementação da política de expansão, os IF's estão presentes em 24 Territórios. Somente os Territórios de Identidade Bacia do Rio Corrente, Bacia do Paramirim e Bacia do Jacuípe não possuem *campus* ou núcleo avançado. Essas áreas coincidem com outras 3 microrregiões não contempladas nas fases de expansão, conforme foi apresentado no subitem anterior.

O mapa 10 ilustra a espacialização dos IF's por Territórios de Identidade. Os *campi* e núcleos avançados dos IF's estão presentes em 18 Territórios de Identidade. Dos 39 *campi*, 20 estão concentrados em 07 Territórios: Metropolitano de Salvador (6), Recôncavo (3), Litoral Sul (3), Extremo Sul (2), Costa do Descobrimento (2), Baixo Sul (2) e Litoral Norte – Agreste Baiano (2). Isso demonstra uma aglomeração na região metropolitana de Salvador e no seu entorno, se estendendo pela borda litorânea do território baiano, mais no sentido sul do que no norte.

Tabela 16 - Evolução da Rede Federal de Educação tecnológica, por Território de Identidade– Bahia – 2002-2016

Território de Identidade	Pré- Expansão 2002	1º Fase 2003-2010	2º Fase 2011-2014	3º Fase 2015-2016	Total
Bacia do Rio Grande	1	0	0	0	1
Baixo Sul	1	1	0	0	2
Chapada Diamantina	0	1	0	0	1
Costa do Descobrimento	1	1	0	0	2
Extremo Sul	0	1	1	0	2
Irecê	0	1	0	1	2
Itaparica	0	1	0	0	1
Litoral Norte- Agreste Baiano	1	0	1	0	2
Litoral Sul	0	2	0	1	3
Médio Rio das Contas	0	1	0	0	1
Médio Sudoeste	0	1	0	0	1
Piemonte Norte de Itapicuru	1	0	0	0	1
Piemonte da Diamantina	0	1	0	0	1
Piemonte do Paraguaçu	0	0	0	1	1
Portal do Sertão	0	1	0	0	1
Recôncavo	0	2	0	1	3
Região Metropolitana de Salvador	1	4	0	1	6
Semi-árido Nordeste II	0	0	1	0	1
Sertão do São Francisco	0	0	1	0	1
Sertão Produtivo	1	0	1	0	2
Sisal	0	0	0	1	1
Vale do Jequiçá	1	0	0	0	1
Velho Chico	0	1	0	0	1
Vitória da Conquista	1	0	0	0	1
<b>Bahia</b>	<b>9</b>	<b>19</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>39</b>

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO/IBGE (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Já a tabela 17, mostra a distância aproximada dos Territórios de Identidade até reitoria dos *campi* do IFBA e IFBAIANO, localizadas em Salvador. Nota-se que 12 Territórios estão acima de 400 km da reitoria, destes, 5 estão acima de 700 km. Assim como no caso das microrregiões, a questão da distância dos *campi* para a reitoria tem sido um obstáculo na articulação da gestão interna dos institutos federais. Como exemplo, destaca-se as dificuldades dos novos *campi* em se estabelecer longe da reitoria. Nesses casos ocorre uma dependência que gera certa burocracia nos trâmites que se relacionam com: os departamentos financeiros de compra, licitação e pregão; deslocamentos para reuniões institucionais nas pró-reitorias de ensino, pesquisa, extensão, administrativo e recursos humanos; concursos e processos

seletivos centralizados na reitoria; processos internos de avaliações institucionais; participação de membros dos IF's em comissões e conselhos realizadas na reitoria; custos de deslocamentos, passagens e diárias; acúmulo de atividades centradas na reitoria; entres outras dificuldades.

Tabela 17 - Território de Identidade com existência de campus dos IF's, segundo a fase de expansão e tipologia da rede, distância aproximada da reitoria (em km) e ordenados pelo tamanho da população – Bahia – 2002-2016

Território de Identidade	Pré-Expansão		1º Fase		2º Fase		3º Fase <sup>2</sup>		Distância da Reitoria	Pop. <sup>3</sup> 2010
	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO	IFBA	IFBAIANO		
Região Metropolitana de Salvador	2	0	1	0	1	0	2	0	873,0	3.280.027
Portal do Sertão	0	0	0	0	1	0	0	0	124,0	556.642
Vitória da Conquista	1	0	0	0	0	0	0	0	475,0	306.866
Costa do Descobrimento	1	0	1	0	0	0	0	0	620,5	227.125
Litoral Sul	0	1	0	0	1	0	1	0	768,0	224.764
Sertão do São Francisco	0	0	0	0	0	0	1	0	534,5	197.984
Litoral Norte- Agreste Baiano	0	1	0	0	0	0	0	1	472,0	193.026
Baixo Sul	1	1	0	0	0	0	0	0	108,5	177.274
Recôncavo	0	0	1	0	0	1	1	0	371,3	168.603
Extremo Sul	0	1	0	0	0	0	0	1	368,0	159.901
Médio Rio das Contas	0	0	1	0	0	0	0	0	582,0	151.895
Sertão Produtivo	0	1	0	0	0	0	1	0	385,0	143.485
Bacia do Rio Grande	1	0	0	0	0	0	0	0	342,0	137.427
Irecê	0	0	1	0	0	0	0	1	279,0	111.717
Itaparica	0	0	1	0	0	0	0	0	116,0	108.396
Piemonte da Diamantina	0	0	0	0	1	0	0	0	109,7	79.247
Sisal	0	0	0	0	0	0	0	1	39,0	76.762
Piemonte Norte de Itapicuru	0	0	0	1	0	0	0	0	326,0	74.419
Médio Sudoeste	0	0	0	1	0	0	0	0	508,0	68.273
Velho Chico	0	0	0	1	0	0	0	0	665,0	63.480
Piemonte do Paraguaçu	0	0	0	0	0	0	0	1	185,0	61.631
Semi-árido Nordeste II	0	0	0	0	0	0	1	0	295,0	56.289
Chapada Diamantina	0	0	0	0	1	0	0	0	779,0	41.798
Vale do Jequiçá	0	1	0	0	0	0	0	0	519,0	10.363
<b>Bahia</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Nota(1): Instituto Federal de Educação Tecnológica.

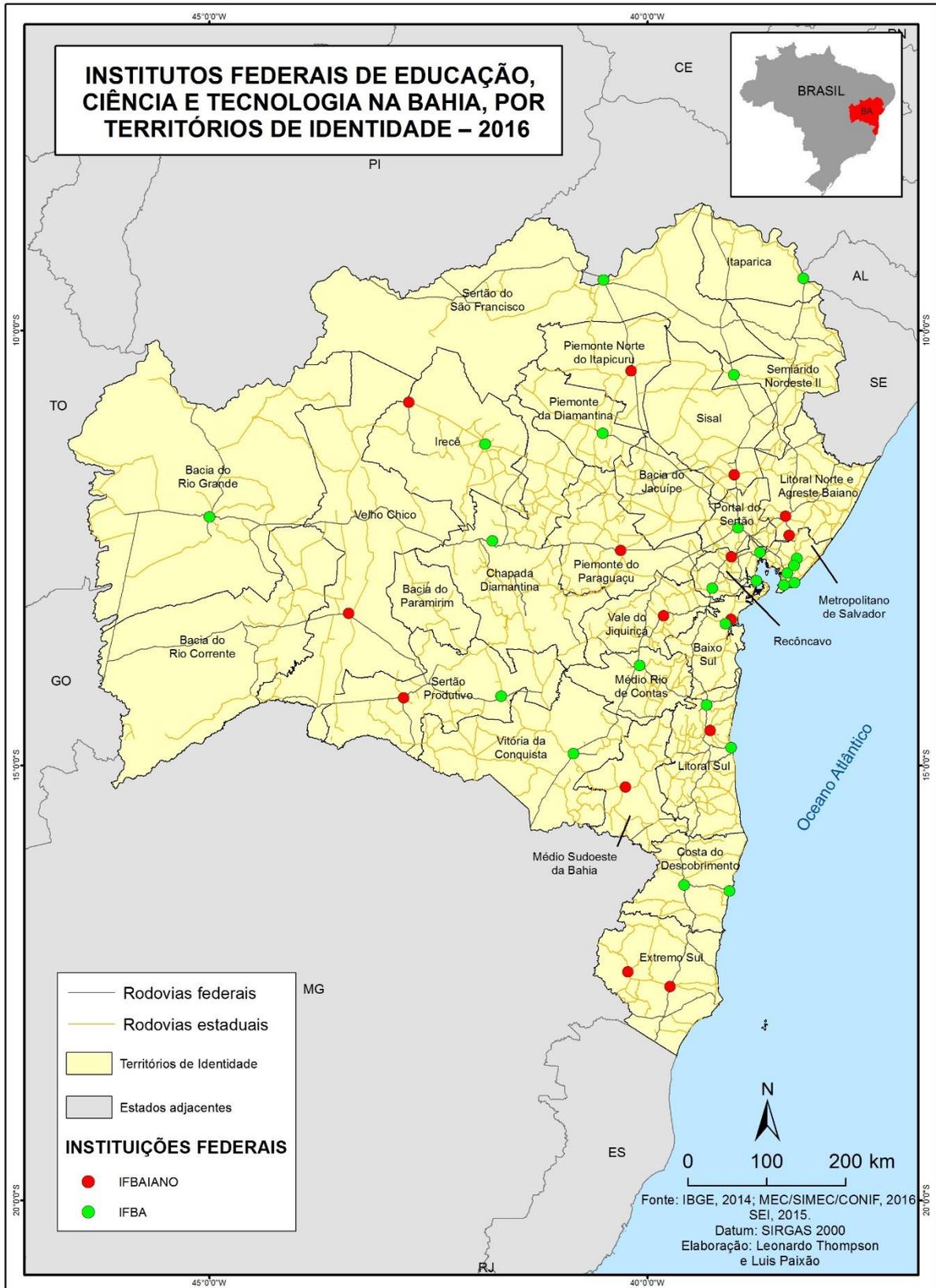
Nota(2): previstos.

Nota(3): expressa a soma dos municípios com campus.

Fontes: MEC/SETEC/SIMEC/CONIF/IFBA/IFBAIANO/IBGE (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Mapa 8 - Institutos Federais na Bahia, por Territórios de Identidade, 2016.



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).  
 Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018)

Como podemos observar nesse capítulo sobre os institutos federais e as regionalizações na Bahia, um dos problemas mais evidente é a distância dos *campi* para as reitorias centralizadas na capital Salvador, em alguns casos, chega a ultrapassar 800 km, isso em função das dimensões territoriais do estado da Bahia. A dependência burocrática dos *campi* e com a Reitoria poderia ser minimizada através de (re)direcionamento dos IF's que priorize uma menor distância entre as unidades e os centros gestores. Além disso, essa perspectiva poderia agilizar algumas questões de inserção regional, e numa proposta mais ousada pensar em um (re)ordenamento dos IF's na Bahia permeada pela regionalização.

No entanto, essa proposta de (re)ordenamento não deve ser feita de forma aleatória, que envolvam apenas interesses políticos, mas, que leve em consideração alguns fatores, como, por exemplo: 1) a distância entre os *campi* e as Reitorias; esse talvez seja o fator que esteja mais visível no gargalo da dinâmica dos IF's. 2) promover uma regionalização que agrupe da melhor maneira os *campi*, privilegiando uma equidade na distribuição de *campi* para cada Reitoria. Esta é a proposta que essa tese apresenta no capítulo a seguir. Uma proposta de regionalização elaborada a partir de todo o contexto analisado nos capítulos anteriores, principalmente esse sobre os IF's e as regionalizações, pois apresenta subsídios para prospectar um melhor cenário com base na análise regional dos IF's no território baiano.

## 5 PROPOSTA DE REORDENAMENTO REGIONAL DOS IF's NA BAHIA

Antes de analisar o plano de reordenamento geográfico proposto pelo Governo Federal é preciso revisitar o processo de expansão e entender que, ainda que possa gerar várias críticas, ele procurou preencher um vazio, sobretudo, em regiões alijadas da dinâmica do desenvolvimento. Concordando com Fonseca e Delgado (2012, p.172), a expansão dos Institutos Federais e a implantação de três universidades federais na Bahia significa o começo do preenchimento “[...] de uma grande lacuna relacionada à ausência histórica de universidades na Bahia”. Portanto, a expansão que, independentemente de influências político/econômica, cumpre um papel importante para a disseminação do conhecimento, de uma formação profissional tecnológica, para pessoas que teriam grandes dificuldades para migrar em direção a capital ou mesmo para outras cidades, e até mesmo para outros estados em busca de uma formação.

A expansão do ensino público na Bahia através da regionalização é objeto de estudo constante por parte dos pesquisadores, sobretudo, aqueles que se dedicam a estudar a dinâmica do estado. É sobre isso que tratam Fonseca e Delgado (2012) no artigo “As novas demandas regionais por cursos de graduação no Estado da Bahia: uma proposta de regionalização”, e foi sobre isso que Sylvio Silva, em 1996, analisou em “Regionalização e Ensino Superior na Bahia”. O artigo do Prof. Sylvio produz uma análise sobre a dinâmica das universidades estaduais na Bahia e que, de certa forma, é uma referência teórica para se pensar o caso atual dos Institutos Federais no estado, tendo em vista que Sylvio Silva (1996) propõe um reordenamento das universidades estaduais.

A proposta de Silva (1996) se apoiava “[...] na necessidade de fortalecer as universidades regionais em seus territórios de atuação” (SILVA, 1996, p.92). Talvez tenha faltado esse direcionamento quando da implantação dos IF's (nas suas três fases discutidas anteriormente). Faltaram critérios, daí termos, por exemplo, um campus do IFBA e do IFBAIANO numa mesma cidade, como no caso de Valença. A percepção que se tem é que os IF's foram implantados para fortalecer as cidades, não necessariamente por uma lógica regional, ainda que nos planos de cursos ou no Plano de Desenvolvimento Institucional a dinâmica regional é sempre citada como justificativa para a implantação de cursos ou de um campus. Dessa forma, os IF's

atenderiam muito mais a um localismo do que um processo que envolva uma ampla dinâmica regional; um localismo geralmente imposto pelo poder político ou econômico das cidades.

Portanto, se o critério para a implantação de um Instituto Federal é norteado pela força política e ou econômica de uma determinada cidade, Fonseca e Delgado (2012), quando oferecem uma proposta de regionalização através das demandas de cursos superiores na Bahia, entendem que “[...] a política governamental voltada à instalação de novos cursos não deve priorizar apenas às regiões mais dinâmicas economicamente, mas, principalmente, as regiões menos dinâmicas” (FONSECA e DELGADO, 2012, p.191). Parece que os equívocos sobre a implantação de universidades e de cursos superiores no Estado da Bahia, encontrados nos estudos de Silva (1996) e de Fonseca e Delgado (2012), são os mesmos apontados nessa tese, demonstrando um distanciamento ou uma negligência por parte do poder público em buscar nessas pesquisas caminhos que minimizem os impactos causados pelo excesso de concentração de poder na capital do Estado. Por outro lado, reforça a importância dessa pesquisa como contribuição geográfica para rever o processo de expansão e regionalização dos IF’s na Bahia, seja pelo cenário atual, seja pela proposta do Governo Federal.

Ao optar, neste capítulo, por revisitar a proposta de Silva (1996) e pelos estudos mais recentes de Fonseca e Delgado (2012), essa tese encontra, através de um amálgama entre os dois estudos um caminho para elaborar uma proposta de regionalização dos Institutos Federais na Bahia. Os estudos de Silva (1996) que apresenta “como base a distribuição das Regiões Econômicas do Estado da Bahia agregando-as a um determinado centro de porte médio, onde isto for possível” (SILVA, 1996, p.92). Neste caso, a diferença dessa tese é que ao invés de tomar como base somente as regiões econômicas, utiliza-se, além desta, outras regionalizações, tais como as mesorregiões, microrregiões, regiões econômicas e territórios de identidade para compreender a dinâmica dos institutos federais no estado da Bahia. Na mesma linha de análise a contribuição de Fonseca e Delgado (2012) se configura como importante contribuição teórica a partir do momento em que eles tomam como referência a hierarquia dos centros urbanos que também tem influência regional. No entanto, como a análise dos autores tem como escopo a implantação de cursos de graduação ela tende a oferecer um maior número de cidades/sedes. Para esta tese o nú-

mero de cidades/sedes será menor tendo em vista que se trata do reordenamento dos Institutos Federais baseado na escolha geográfica de suas reitorias.

### **5.1 Reordenamento geográfico para os IF's na Bahia: a proposta do governo federal**

Recentemente<sup>10</sup>, a Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) junto com a Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (DDR) elaborou um documento cujo escopo principal corrobora com a essência dessa tese, ou seja, a discussão sobre a dinâmica dos IF's pelo território nacional, no caso deste estudo, um aprofundamento sobre essa dinâmica no Estado da Bahia.

Com essa nova configuração espacial dos institutos federais no território brasileiro, surgiu também, o desafio de gerenciar a estrutura *multicampi*, distribuídas nos extensos territórios estaduais.

As grandes distâncias entre alguns *campi* e suas respectivas sedes, dificultam os seus apropriados desenvolvimentos, ao mesmo tempo em que oneram toda a estrutura administrativa, demandando maiores tempos de deslocamento e recursos financeiros. (SETEC, 2018. p. 2).

A expansão dos IF's não somente trouxe benefícios, mas, também com o passar do tempo provocou questionamentos, sobretudo, no que se concerne à centralização das reitorias que são localizadas na capital do estado. Era de se esperar que a qualquer momento da história dessa dinâmica, que readequações fossem propostas, mesmo porque os espaços se modificam e novas reconfigurações exigem adequações.

É neste sentido, que o Projeto Reordenamento da Rede Federal procura identificar melhores arranjos geográficos e institucionais para as unidades da Rede, incluindo a criação de novos Institutos Federais, buscando a otimização de sua gestão em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais. (SETEC, 2018, p. 2).

Nesse contexto, a SETEC apresentou uma proposta preliminar de reordenamento dos Institutos Federais nos estados da federação fundamentada nas seguintes diretrizes:

---

<sup>10</sup> Apresentação da proposta preliminar da SETEC de reordenamento dos Institutos federais se deu em 09/04/2018.

- Distribuição das unidades segundo as mesorregiões geográficas do IBGE;
- Aglutinação de mesorregiões fronteiriças, evitando descontinuidades territoriais;
- Posicionamento das sedes em cidades populosas e com adequada infraestrutura urbana, especialmente com rodovias e aeroportos;
- Diminuição da distância entre as unidades e suas respectivas sedes institucionais;
- Otimização dos tempos de deslocamento e dos custos da gestão institucional;
- Melhor distribuição populacional, educacional e econômica entre os Institutos de uma mesma Unidade da Federação. (SETEC, 2018, p.2).

Nota-se que a regionalização escolhida foi a mesorregião geográfica do IBGE, mesma unidade de planejamento escolhida na I e II fase expansão. Critérios de adensamento populacional e infraestrutura de transporte foram levados em consideração para identificar as cidades sedes, com o intuito de tentar minimizar as distâncias entre os *campi* e suas reitorias.

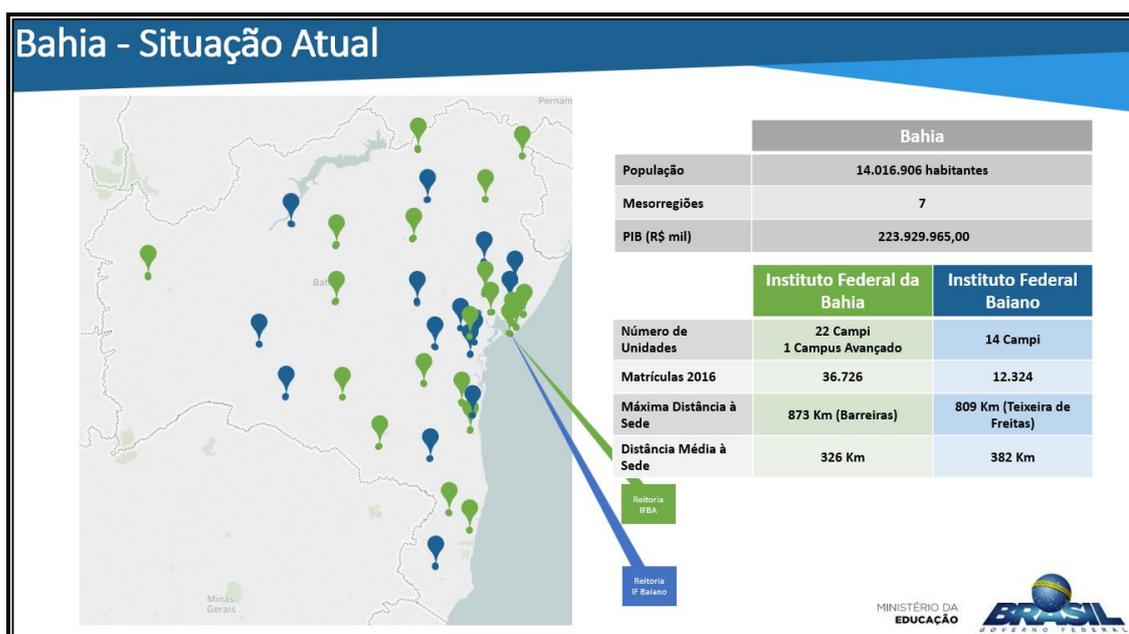
De modo geral, em contraponto, a SETEC aponta algumas dificuldades em implementar a proposta de reordenamento. 1. Recursos humanos: em função da criação de reitorias no interior, será necessário a criação de cargos e funções, além de ocorrer, em alguns casos, realocação de servidores; 2. Infraestrutura: construção das novas sedes das reitorias nas cidades do interior dos Estados, uma alternativa é buscar sedes provisórias para posterior implementação ou sedes que venham a ser cedidas pelos órgãos municipais/estaduais; 3. Financeiro: ampliação da matriz orçamentária para cobrir custos com a criação/liberação de cargos e funções com impacto anual estimado em R\$ 86.832.828,80, além dos custos da construção predial das novas reitorias; 4. Legais: necessidade de apresentar ao MP os estudos e as demandas de criação e transformação de cargos e funções, bem como, a criação ou alteração da lei de criação dos Institutos Federais (Lei 11.892), corroborando o aspecto legal do reordenamento dos IF's.

Dentro dessa perspectiva, que a SETEC/DDR apresenta uma proposta de criação de novos Institutos Federais em 09 estados da federação, sendo que destes, 05 na região nordeste (BA, CE, PE, MA, PI e PB) e as outras 03 unidades em outras regiões (PR, SP e PA). Além de propor reordenamento das unidades, em 05 estados (RS, SC, RJ, MG e GO), ou seja, sem criar unidades, apenas remanejando *campi*, adequando às mesorregiões e uma melhor relação da distância entre *campi*/reitoria.

Vale destacar ainda, a forte abordagem geográfica na proposta do governo de reordenamento dos IF's. Critérios locacionais, regionais, demográficos, econômicos e socioculturais. Conforme a proposta, um total de 14 estados serão afetados entre criação e reordenamento dos IF's. Entretanto, é necessário avaliar com acuidade as implicações dessa proposta, levando em consideração cada caso, ou melhor, cada estado da federação envolvido nessa proposição. Para essa tese, nos interessa, mais especificamente, avaliar a proposta para o estado da Bahia, como veremos a seguir, no próximo subitem.

Na Bahia, como vimos anteriormente, a expansão dos *campi* dos IF's foi significativa, tanto em aspectos quantitativos quanto nos aspectos qualitativos. No estado como o da Bahia, que possui uma área territorial de 564 733,177 km<sup>2</sup>, maior que a França (543.965 km<sup>2</sup>), com regiões como o Extremo Sul da Bahia onde “[...] sua extensão territorial é de 30.648 km<sup>2</sup>, sendo superior ao estado de Sergipe em mais de 8.000 km<sup>2</sup> e 65 km<sup>2</sup> maior que a Bélgica” (CERQUEIRA NETO, 2009, p.102), os problemas relacionados com a distância entre os *campi* e as duas reitorias centralizadas na capital Salvador, vem causando obstáculos para uma melhor eficiência e gastos dos IF's no estado.

Figura 2 - Ordenamento atual dos IF's na Bahia



Fonte: SETEC (2018).

A proposta da SETEC/DDR de reordenamento dos IF's na Bahia, tem como pano de fundo as mesorregiões e sugere a criação de um novo Instituto Federal. Assim, haveria além do IFBA e IFBAIANO, mais um Instituto Federal. As figuras 2 e 3 mostram, respectivamente, a distribuição geográfica dos institutos e seus *campi* no cenário atual, com dois Institutos, e o cenário de reordenamento com a proposta preliminar da SETEC/DDR, com o agrupamento das mesorregiões e a criação de um novo instituto e duas novas reitorias fora de Salvador.

Figura 3 - Ordenamento Atual dos IF's na Bahia por Mesorregiões e Municípios



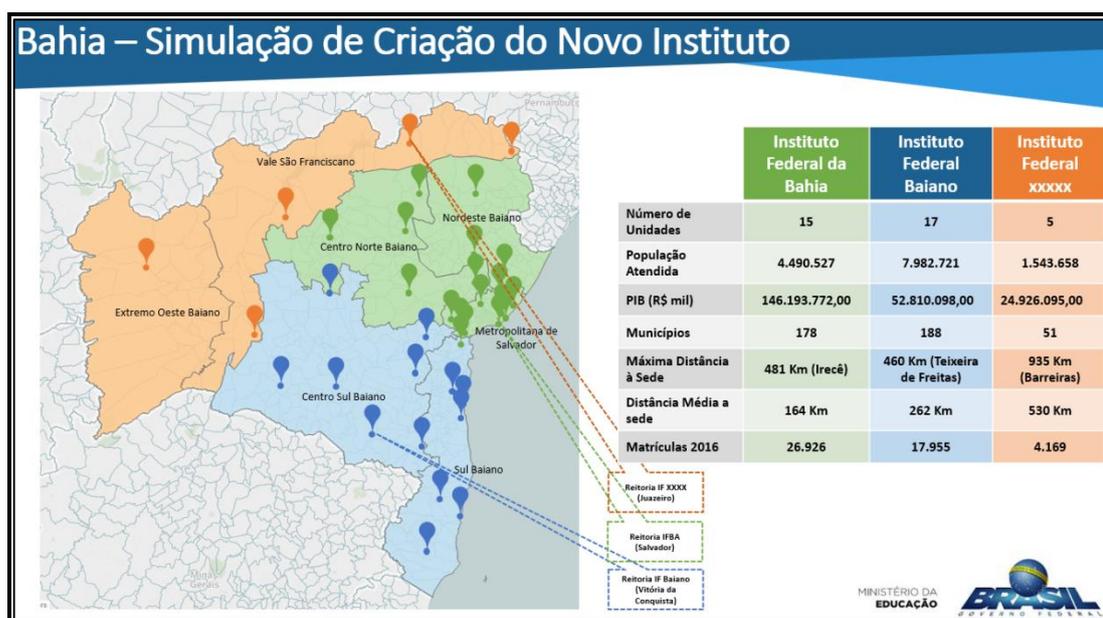
Fonte: SETEC (2018).

Ao propor este reordenamento a SETEC/DDR, tem como escopo principal organizar e dinamizar a atuação dos Institutos fundamentados em alguns critérios, tais como as mesorregiões, o número de matrículas, a densidade demográfica e a localização das reitorias. De certa forma, essa proposta, pretende atender aos diversos questionamentos, realizados em reuniões internas nos *campi* bem como em reuniões que envolvem a dinâmica macro tanto do IFBA quanto do IFBAIANO, sobre uma situação de concentração, sobretudo, dos trâmites burocráticos que dependem das reitorias instaladas na capital Salvador. A figura 4 apresenta a simulação de reordenamento e com os dados que fundamentam a proposta.

Conforme podemos observar na proposta preliminar para o estado da Bahia, os indicadores e seus respectivos números apresentados se mostram disformes e

desiguais. O número de *campi* por instituto, população e municípios atendidos, PIB, matrículas e principalmente as distâncias entre as reitorias e os *campi* não apresentam resultados satisfatórios em termos de equidade espacial regional, demonstrando um desequilíbrio nos critérios selecionados no território baiano.

Figura 4 - Proposta de reordenamento da SETEC para os IF's na Bahia - Simulação de criação de um novo Instituto



Fonte: SETEC (2018).

Neste cenário com três institutos se resolveria, em parte, o problema da dinâmica nas mesorregiões Centro Norte Baiano, Nordeste Baiano e Região Metropolitana (reitoria), onde de acordo com a proposta da SETEC ficaria o novo IFBA. Minimizaria, em parte, o problema das regiões Sul Baiano e Centro Sul Baiano com a reitoria na cidade de Vitória da Conquista. Decerto que o Sul Baiano tem características econômicas e ambientais que lhe dão uma peculiaridade que a diferencia da região Centro Sul Baiana, sendo talvez, mais sensato um reordenamento que contemple toda a região Sul da Bahia. Contudo, não resolveria o problema das regiões do Extremo Oeste Baiano e do Vale do São Francisco, onde a sugestão para sediar a reitoria seria a cidade de Juazeiro. Nesse cenário, o campus de Barreiras (935 km) permanece isolado no oeste baiano. Ocorre a mesma situação com o campus de Bom Jesus da Lapa que ficaria distante 864km da possível instalação da reitoria em Juazeiro. No documento preliminar apresentado como proposta para o estado da

Bahia, a própria SETEC reconhece que o reordenamento sugerido não foi satisfatório, agravando, em alguns casos, as distancias entre *campi* e reitoria.

Contudo, em nota em conjunto, os reitores do IFBA e IFBAIANO ressaltam a iniciativa da SETEC em propor a organização e dinamização da atuação dos Institutos, buscando aproximar os *campi* das reitorias. Porém sinalizam que:

[...] entendem que a proposta de reordenamento dos Institutos Federais na Bahia deve ser apreciada como uma oportunidade de expansão organizada da RFEPT no estado da Bahia, considerando-se as dimensões geográficas, os aspectos socioeconômicos e, **principalmente, as demandas dos 27 territórios de identidade** [...] a extensão territorial, os aspectos demográficos, sociais, econômicos e culturais do estado da Bahia, bem como o número de Institutos Federais e *campi* em outros estados da Federação, acreditamos que o estado da Bahia reúne as condições necessárias para pleitear uma possível expansão da RFEPT. (IFBA, 2018, p.1, grifo nosso).

Nesse trecho da nota emitida pelos reitores é possível interpretar que os mesmos entendem que, devido a sua extensão territorial, o Estado da Bahia necessita da criação de outros institutos como parte de um reordenamento geográfico que realmente tente dirimir muitos dos problemas que emperram uma melhor dinâmica dos *campi* nas regiões onde estão inseridos.

Outro aspecto que chama a atenção na nota dos reitores é citar a regionalização por territórios de identidade como base para um reordenamento dos IF's e seus *campi* no estado da Bahia, detalhe que contrapõe a proposta preliminar da SETEC que utiliza as mesorregiões. Como vimos no capítulo anterior, os territórios de identidade é uma regionalização criada pelo governo estadual utilizada como unidades de planejamento e execução de políticas públicas que engloba aspectos identitários, socioculturais, econômicos e político-administrativo. Por conseguinte, os reitores sugerem que é preciso construir uma proposta que seja mais eficiente e leve em consideração a especificidade do território baiano. “Entendemos que o IFBA e o IF Baiano deverão apreciar o estudo realizado pela DDR de modo a apresentarem uma proposta que atenda melhor os interesses da população baiana, esta representada pelos 27 territórios de identidade e lideranças políticas da Bahia”.

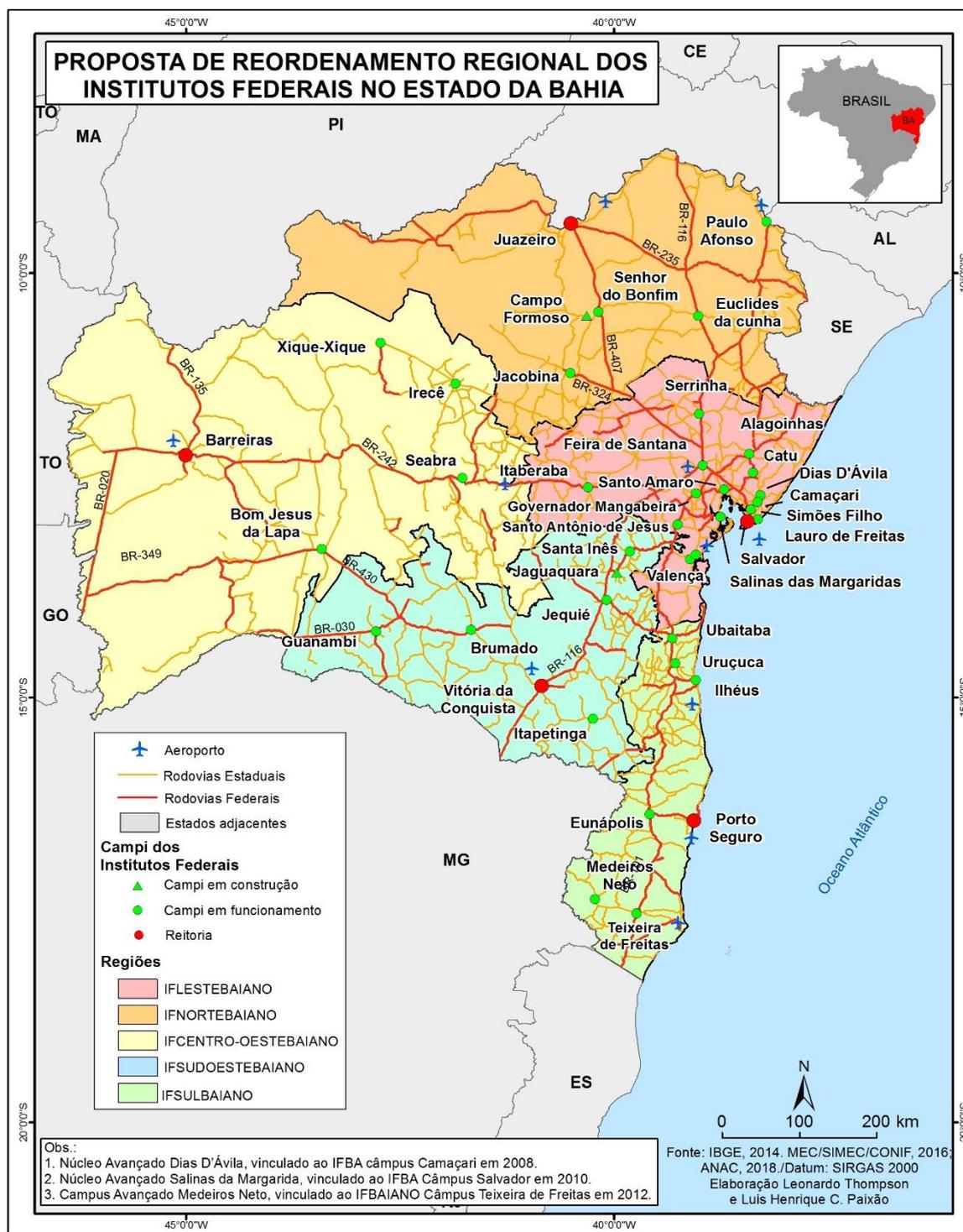
## 5.2 Cinco institutos federais na Bahia: por uma regionalização com mais equidade

Conforme dados e análises da dinâmica regional da expansão dos IF's na Bahia, apresentado no capítulo anterior, como resultado, essa tese apresenta uma proposição de reordenamento regional para os Institutos Federais no Estado da Bahia que leve em consideração não somente a escala da mesorregião como propõe a SETEC/DDR, ou os territórios de identidade, como sugerem os reitores dos IFBA e IFBAIANO, mas, uma proposta (mapa 9) que sobrepõe as principais regionalizações presentes no território baiano. Portanto utilizou-se as:

- Mesorregiões e Microrregiões - escalas de ação utilizadas nas fases de expansão dos *campi* dos IF's, com forte componente social, natural e demográfica – regionalização do IBGE, 1990;
- Regiões Econômicas - critério chave na Lei 11.892 da criação dos IF's de aproximar os cursos técnicos e atividades de pesquisa às especificidades econômicas, arranjos produtivos locais e ao desenvolvimento regional – regionalização estabelecida pela SEI/BA em 2002
- Territórios de Identidade - unidade de planejamento vigente no estado da Bahia, que representa uma proximidade maior da realidade local ressaltando os aspectos culturais e identitários – regionalização da SEPLAN, versão atual de 2012);
- Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2008) - estudo desenvolvido pelo IBGE sobre hierarquia das cidades, que auxilia na escolha das cidades para serem sedes das reitorias dos novos institutos federais;
- Análise espacial da infraestrutura de transporte, da acessibilidade e distâncias entre as reitorias e os *campi*.

O mapa 9 é o resultado de uma análise cuidadosa e criteriosa em direção a uma distribuição mais igualitária de *campi* dos IF's entre as regiões. Esse reordenamento regional dos IF's na Bahia, se configura numa proposta original da tese. Tendo em vista que no mapa está representado uma regionalização dos IF's que toma como pano de fundo a sobreposição das regionalizações no estado da Bahia (Mesorregiões, Microrregiões, Regiões Econômicas e Territórios de identidade), dando origem a outros contornos territoriais que dão possibilidades para elaborar um estudo regional a partir da expansão dos IF's na Bahia.

Mapa 9 - Proposta de reordenamento regional dos Institutos Federais no Estado da Bahia



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018)

Nessa perspectiva, nota-se que as regiões são assistidas por infraestrutura de acesso de transporte, com pelo menos uma rodovia em cada reordenamento regio-

nal que articula as regiões no sentido da região metropolitana, onde está inserida o IFLESTEBÁHIA, com a reitoria em Salvador que já possui estrutura em funcionamento que poderá ser herdada do IFBA e IFBAIANO.

As cidades sedes selecionadas para às reitorias nos Institutos novos exercem uma importância na rede urbana no território baiano, servindo como novas centralidades nos contextos que estão inseridas. Ao concordar com Pereira (2008), entendemos que,

A expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, identificação de cidades-pólo, elevará a contribuição da rede federal no desenvolvimento socioeconômico do país e concorrerá, sobretudo com a interiorização, para uma mais justa ordenação da oferta de EPT, ao incluir locais historicamente postos à margem. (PEREIRA, 2008, p. 2-3).

No IFNORTE, Juazeiro, Capital Regional C, é uma cidade importante na articulação através da BR-407 que integra com o interior de Pernambuco, Piauí e Ceará relevantes estados do Nordeste. A cidade tem importância na rede de transporte, contando com acesso intermodal: rodovia BR-407, eixo de ligação entre a região metropolitana e outros estados da região nordeste; hidrovia - no rio São Francisco.

No IFCENTRO-OESTEBAIANO, Barreiras, Capital Regional C, representante do oeste baiano permaneceu isolada, e hoje, com projetos de irrigação e instalação de agroindústrias na região de produção de grãos tem colocado a cidade e região em voga. O Aeroporto tem aumentado seu fluxo em função do atual dinamismo econômico. A BR-242 cruza o centro do território conectando o oeste baiano à capital Salvador.

No IF'SUDOESTE, Vitória da Conquista, Capital Regional B, exerce uma centralidade relevante nessa região. A BR-116 é um importante eixo de articulação entre o sudeste e o nordeste, cruzando o sudoeste baiano no sentido norte do estado. Boa articulação com os municípios que possuem *campi* dos IF's (Guanambi, Brumado, Itapetinga e Jequié). O campus do atual IFBA em Vitória da Conquista é antigo e possui boa infraestrutura predial e cursos do nível médio técnico, graduação e pós-graduação.

Por fim, o IF'SULBAHIA, com a sugestão da sede no município de Porto Seguro, Centro Sub-Regional B. A cidade possui posição equidistante na região Sul e Extremo Sul baiano. A BR-101 é uma das rodovias mais importantes de escoamento de produção e integração regional na borda do litoral brasileiro. A BR-367 serve com

elo entre o município e a BR-101. Porto Seguro faz parte da Região da Costa do Descobrimento tem relevância no contexto histórico nacional e significativa infraestrutura turística, com equipamentos modernos de hotelaria e centro de convenções para o desenvolvimento do turismo de evento e negócios. O aeroporto internacional recebe voos das mais diversas regiões brasileiras e sul americana.

Os números da tabela 18 apresentam um equilíbrio em número de *campi*, municípios, e população atendida por região, e corrobora com a tese de que a regionalização elaborada na perspectiva de cinco Institutos Federais tende a apresentar uma melhor equidade regional. Portanto, mais eficiente que o cenário atual e mais abrangente do que a proposta da SETEC/DDR.

Tabela 18 - Proposta de Reordenamento Regional dos IF's na Bahia, por dados selecionados

REGIÃO	CAMPI	DISTÂNCIA MAIOR CAMPI /REITORIA	MUNICÍPIOS ATENDIDOS	ÁREA (km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO ATENDIDA	PRODUTO INTERNO BRUTO, A PREÇOS CORRENTES (R\$1.000)	PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPI-TA (R\$1.000)
IFLESTE	16*	277	119	66.770	7.266.303	149.855.812	1.613.067
IFNORTE	06	347	67	138.300	2.096.798	19.443.526	521.065
IFOESTE	05	468	85	220.070	1.882.721	26.823.744	939.608
IF'SUDOESTE	07	276	97	93.780	2.311.843	24.112.655	789.758
IF'SUL	07**	337	49	45.750	1.646.677	24.789.125	611.235

\*2 núcleos avançados e 1 *campi* a ser instalado

\*\* 1 campus avançado

Fonte: IFBA (2018); IFBAIANO (2018); IBGE (2010); SEI (2015)

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Certamente, que a tabela 18 mostra o IFLESTE como a região que destoa das outras através de seus números, entretanto, esse panorama pode ser explicado por ser o IFLESTE a região que abrangeria toda a Região Metropolitana de Salvador. Contudo, a proposta dessa tese mostra que haverá uma desconcentração dos assuntos burocráticos, logo, da dinâmica administrativa dos *campi* em direção as reitorias em Salvador proporcionando, de forma mais eficiente, uma interiorização dos IF's na Bahia.

### **5.3 A regionalização dos IF's e o desaparecimento da dicotomia entre IFBA e IFBAIANO**

A proposta dessa tese, além de sugerir um reordenamento regional para os IF's na Bahia, traz consigo a quebra de uma dicotomia entre IFBA e IFBAIANO que se instalou na dinâmica desses dois Institutos. De certa forma houve o estabelecimento de uma dicotomia a partir do momento em que os dois institutos são caracterizados por ter uma missão mais voltada para a área rural e outro para o desenvolvimento urbano. E por mais que esta análise possa causar algum desconforto, afinal há sempre que se pensar na formação de uma rede integrada para os IF's, é preciso assumir que houve uma separação de identidade, algo que é altamente contraproducente. Assim, esta tese quando propõe uma regionalização ao mesmo tempo ela indica que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam realizados na amplitude de cada região sem necessariamente ser caracterizada por um determinado meio. Este tópico apresenta e justifica em detalhes como seriam os mapas das regiões originadas de um reordenamento geográfico dos IF's.

#### **5.3.1 IFLESTEBAIANO: influência da Região Metropolitana de Salvador**

A proposta de criação do IFLESTEBAIANO, abarca a região mais concentrada do estado da Bahia. Tanto pela concentração populacional e urbanização, quanto pelo agrupamento de atividades econômicas industriais, comerciais e de serviços. A capital Salvador, a região metropolitana e seu entorno, possuem uma infraestrutura diferenciada em relação às demais regiões da Bahia. A região possui um potencial elevado dos investimentos da indústria baiana, em função da representatividade do setor petroquímico e expansão no setor da indústria mecânica, além de projetos na área de alimentos, têxtil e construção civil.

A região econômica Paraguaçu tem o município de Feira de Santana como principal polo. É a segunda maior concentração urbana do estado. Está próxima da região metropolitana e da capital Salvador. Com boa infraestrutura, possui o importante Centro Industrial do Subaé. Esse município concentra todos os investimentos de ampliação e implantação anunciados para a região. Os principais suportes econômicos dessa região são, o comércio, os serviços e a indústria de transformação, algumas dessas integradas ao polo automobilístico de Camaçari.

O campus Itaberaba, por ter sido implementado na última fase da expansão, possui somente o curso subsequente em Meio Ambiente. Cursos de formação continuada (FIC) tem sido realizado, tais como: processamentos de doces e conservas vegetais, processamento de frutas, defensivos naturais, manejo de irrigação e inclusão digital para produtores rurais. Há uma tendência de maior interação entre os IF's dessa região econômica com os arranjos produtivos locais.

Abarca a região Recôncavo Sul é uma das mais antigas regiões do estado em que a principal atividade econômica é o turismo. Os municípios com *campi* são Santo Amaro e Santo Antônio de Jesus.

Abarca o Litoral Norte possui uma diversificada base produtiva. Destaca-se a exploração de petróleo e a fruticultura. As aglomerações industriais localizam-se em: Alagoinhas com o Distrito Industrial de Sauípe; em Pojuca com a Metalúrgica de Ferroligas; em Entre Rios e Mata de São João com indústria de laticínios; e em Conde com fibras de coco. Possui investimentos no segmento de bebidas e revestimentos cerâmicos, ambos localizados em Alagoinhas, maior polo industrial da região.

Região abarca também o campus Catu, conhecido por ser a primeira escola profissional agrária na Bahia. Sua origem está no século XIX, fazenda modelo de criação de gado, instalada em 1897 pelo estado da Bahia no município de Catu.

Conforme podemos observar no quadro 8, de modo geral, nota-se uma integração entre os cursos e as atividades econômicas da região.

Devido ao dinamismo econômico e adensamento populacional, essa é a região com maior concentração de *campi* dos IF's. Conforme vimos anteriormente, foi a que mais recebeu *campi* dos IF's nas fases de expansão dos institutos federais na Bahia. Nessa perspectiva a criação do IFLESTE abarcaria o IFBA, que atualmente está presente nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Feira de Santana, Santo Amaro, Camaçari, Simões Filho, Santo Antônio de Jesus, Valença e em Dias d'Ávila e Salinas da Margarida, esses dois últimos são núcleos avançados dos *campi* de Camaçari e Salvador, respectivamente. O IFLESTE assimilaria também, o então IFBAIANO, que está presente nos municípios de Alagoinhas, Catu, Itaberaba, Governador Mangabeiras, Serrinha e Valença.

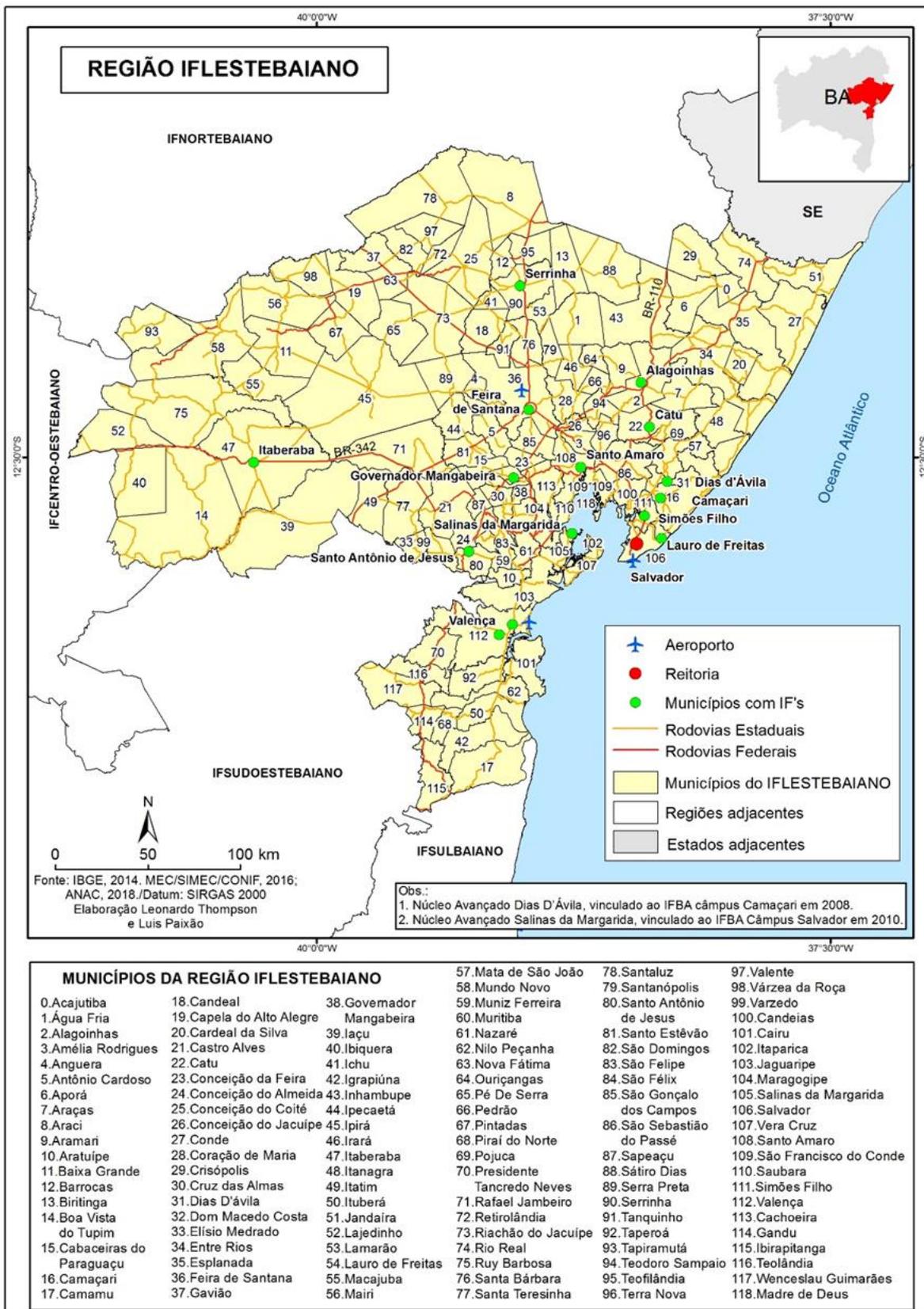
Quadro 8 - *Campi* do IFLESTE e cursos oferecidos

	<b>CAMPI</b>	<b>CURSOS</b>
<b>IFLESTE</b>	Alagoinhas	Cursos subsequentes de agroindústria e vendas
	Camaçari	Cursos Integrado e subsequente em Eletrotécnica e Informática.
	Catu	Os cursos integrados são em Agropecuária, Alimentos e Química. Já os subsequentes em Agrimensura, Operação e Produção de Petróleo e Agropecuária e os cursos superiores em Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e a Licenciatura em Química
	Dias d'Ávila	Curso subsequente em Operador de Computador, Montador e Reparador de Computador e Assistente de Planejamento e Controle de Produção
	Feira de Santana	Cursos na modalidade integrada e subsequente são de Edificações, Eletrotécnica e Redes de Computadores. Além do curso superior Bacharelado em Sistemas da Informação
	Governador Mangabeira	os cursos são Agroindústria, Informática, Alimentos e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática
	Itaberaba	Curso subsequente em Meio Ambiente
	Lauro de Freitas	Campus em implantação com cursos de formação iniciada e continuada
	Salinas da Margarida	Curso subsequente em Informática
	Salvador	Cursos integrados em Automação Industrial, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Geologia, Mecânica, Química e Refrigeração de alimentos. Cursos subsequentes em Automação Industrial, Eletrotécnica, Hospedagem, Eletrônica e Mecânica. Bacharelado em Administração, Engenharia Industrial Elétrica, Engenharia Industrial Mecânica e Engenharia Química. Graduação Tecnológica em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Eventos e Tecnologia em radiologia. Licenciatura em Geografia, Matemática e Física.
	Santo Amaro	Cursos integrados em Informática, Eletromecânica e Segurança de Trabalho e a Licenciatura em Computação
	Santo Antônio de Jesus	Cursos na modalidade integrada em Alimentação Escolar, Infraestrutura Escolar, Multimeios Didáticos e Secretaria Escolar, além dos cursos superiores em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Redes de Computadores
	Serrinha	Cursos Integrado Agroecologia, Agroindústria, Agropecuária e Secretariado. Curso Superior em Gestão de Cooperativas. Licenciatura em Ciências Biológicas. Curso de Especialização em Inovação Social e Educação do Campo
	Simões Filho	Curso Integrado e subsequente em Eletromecânica, Metalurgia, Manutenção e Mecânica Industrial, Petróleo e Gás. Licenciatura em Eletromecânica e Bacharelado em Engenharia Mecânica.
Valença	Os cursos integrados Agroecologia e Agropecuária e os cursos subsequentes em Meio Ambiente, Agropecuária, Segurança do Trabalho e Logística. IFBA campus Valença com cursos na modalidade integrada e subsequente em Aquicultura, Guia de Turismo Regional e Informática e com as Licenciaturas em Matemática e Computação	

Fonte: IFBA (2018); IFBAIANO (2018).

Elaboração: SILVA, L. Thompson (2018).

Mapa 10 - Região IFLESTEBAIANO



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018).

A infraestrutura institucional já está instalada suporta a criação do IFLESTE, unindo os *campi* do IFBA e IFBAIANO. Na capital Salvador além do campus do IFBA, com mais de 100 anos de história que deu origem a Rede Federal de Educação Tecnológica na Bahia, tem as Reitorias do IFBA e IFBAIANO, além do Polo de Inovação Salvador (PIS).

Assim, conforme mapa 10, teríamos a cidade de Salvador onde seria a reitoria, abarcando a infraestrutura do IFBA e IFBAIANO, e administraria 14 *campi* e 02 núcleos avançados. O município de Valença com a presença dois Institutos Federais, 01 *campi* do IFBA e outro do IFBAIANO, sugere-se a fusão em um único campus, mas mantendo cursos ofertados, bem como a infraestrutura A e B de funcionamento.

Quadro 9 - Proposta IFLESTE distâncias reitoria para os *Campi*

REITORIA EM SALVADOR	Distância em km	<i>Campi</i>
	121	Alagoinhas
	49	Camaçari
	94	Catu
	56	Dias d'Ávila
	114	Feira de Santana
	137	Governador Mangabeira
	277	Itaberaba
	28	Lauro de Freitas
	68	Salinas da Margarida
	0	Salvador
	82	Santo Amaro
	196	Santo Antônio de Jesus
	182	Serrinha
	36	Simões Filho
	122	Valença

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Conforme podemos observar no quadro 9, ao tomarmos como referência a distância entre os *campi* e a reitoria, nessa proposta, os *campi* e núcleos ficariam mais próximos da reitoria. De 16 unidades, 08 ficam a menos de 100 Km de distância. A população atendida é de aproximadamente, 7.266.303 habitantes, dentro de uma área aproximada de 66,70 km<sup>2</sup>, compreendendo 119 municípios (Quadro 9). A maior distância percorrida seria do campus Itaberaba, distante a 277 km da reitoria. O acesso é facilitado pela presença dos principais eixos viários, que acabam por conectar a região do IFLESTE com as outras regiões do território baiano.

### 5.3.2 IFNORTEBAIANO: dinamismo no São Francisco e tecnologia para o semiárido

Seguindo a proposta, sugere-se a criação de um Instituto Federal do Norte Baiano, com a reitoria localizada em Juazeiro. Dessa forma, a configuração espacial agruparia os *campi* de Paulo Afonso, Euclides da Cunha, Senhor do Bonfim, Jacobina, Juazeiro e ainda um novo campus previsto para ser instalado em Campo Formoso em 2019.

Com o a proposta de reordenamento regional, o IFNORTEBAIANO, abarcaria uma área de aproximadamente 138 km<sup>2</sup>, atendendo 67 municípios com uma população aproximada de 2.096.798 de habitantes.

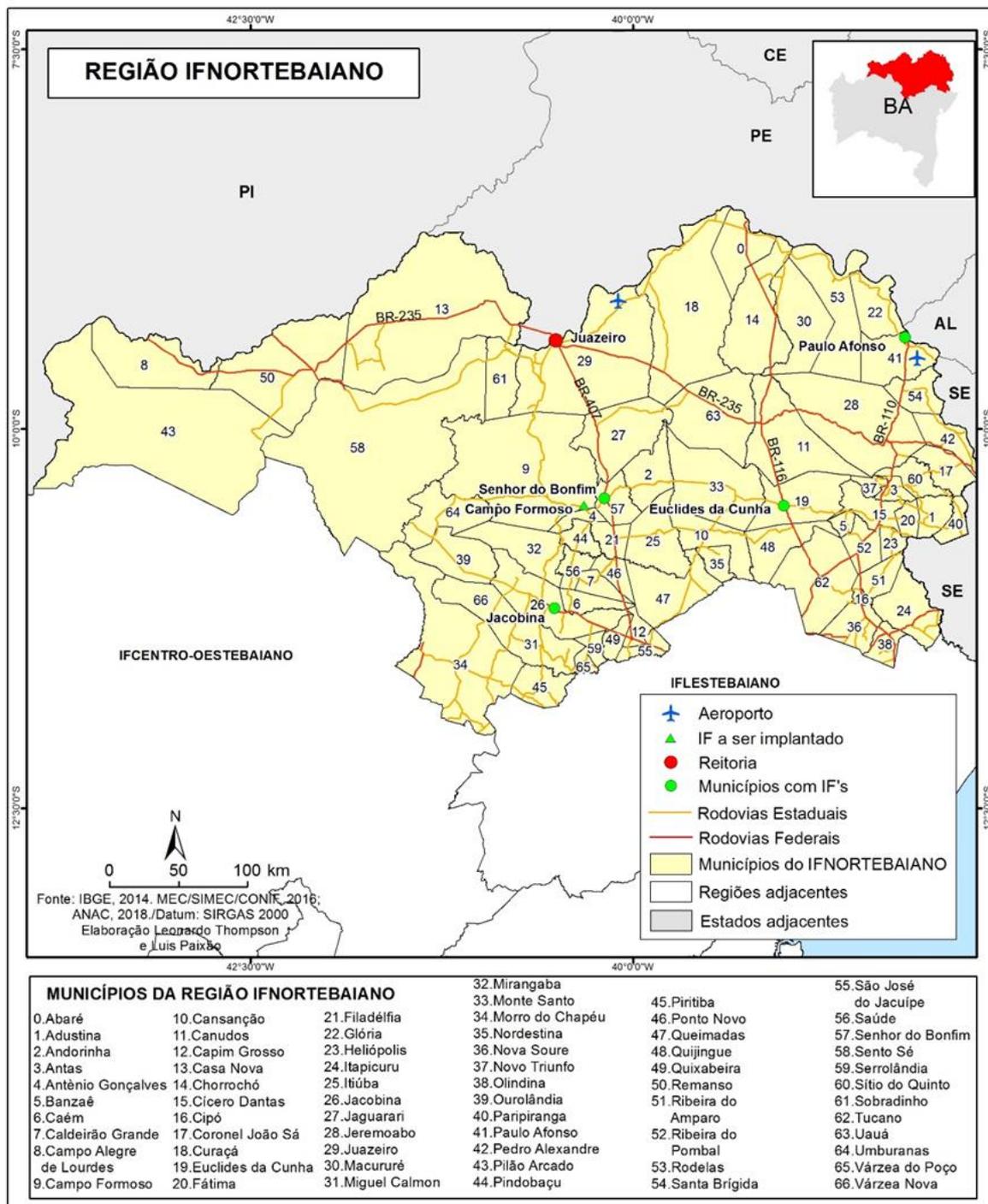
A região de atuação do IFNORTEBAIANO incorpora a região Piemonte da Diamantina, uma das mais carentes e com menor grau de urbanização do estado. Os principais investimentos para essa região são para o complexo mineral com exploração de cimento no município de Campo Formoso e cobre em Jaguari. Vale ressaltar a mineração e o garimpo de esmeralda. Possui uma importante atividade pecuária com a criação de bovinos, ovinos e caprinos. Nessa região também se destaca a produção de sisal.

Engloba o Baixo Médio São Francisco que tem a cidade de Juazeiro como principal referência. Suas principais atividades econômicas se relacionam com à agricultura irrigada, ao comércio e aos serviços. Foi a partir da implantação da barragem de Sobradinho que os maiores investimentos, baseados em tecnologia moderna, foram atraídos para a região de Juazeiro. Sua base econômica são as culturas tradicionais de cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, arroz e, em especial, a pecuária bovina extensiva. É a região mais modernizada e diversificada de toda a Bahia na produção de frutas para exportação com base na irrigação. Destaca-se também a região do Vale do Salitre, com implantação do projeto de irrigação salitre.

Por fim, o IFNORTEBAIANO, incorpora a região econômica Nordeste, que tem no município Paulo Afonso o seu principal polo de desenvolvimento. Sua principal atividade econômica é a agropecuária e a produção de energia elétrica, com a presença da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). A implantação do distrito industrial e o desenvolvimento da atividade turística se apresentam como alternativa de desenvolvimento. No município Euclides da Cunha destaca-se a agricultura com uma expressiva produção de feijão, milho e mandioca. Na pecuária desta-

cam-se os rebanhos ovinos, suínos e caprinos. No setor de bens minerais é produtor de cal e calcário.

Mapa 11 - Região IFNORTEBAIANO



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018).

Nesse contexto das especificidades econômicas da região e de acordo com o quadro 10, a médio e longo prazo espera-se que os cursos estejam com uma maior integração com a dinâmica econômica regional.

Quadro 10 - *Campi* do IFNORTE e cursos oferecidos

<b>REITORIA EM JUAZEIRO</b>	<b>CAMPI</b>	<b>CURSOS</b>
	Campo Formoso	Campus em implantação
	Euclides da Cunha	Cursos nas áreas de informática e edificações
	Jacobina	Cursos integrados e subsequentes em Eletromecânica, Informática, Meio Ambiente e Mineração e a Licenciatura em Computação
	Juazeiro	Cursos integrados e subsequente em Administração e Segurança do Trabalho.
	Paulo Afonso	Cursos integrados e subsequentes em Biocombustíveis, Eletromecânica e Informática, além do bacharelado em Engenharia Elétrica.
	Senhor do Bonfim	Cursos na área de Agropecuária, Agrimensura, Alimentos, Manutenção e Suporte em Informática e Zootecnia. Além das Licenciaturas em Ciências Agrárias e Ciência da Computação. No campus também possui cursos de pós-graduação lato sensu em Desenvolvimento Sustentável no Semiárido com Ênfase em Recursos Hídricos e a Especialização em Metodologia do Ensino em Química e Física.

Fonte: IFBA (2018); IFBAIANO (2018).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

A relevância das atividades agrícolas advindas de projetos de irrigação; projeto de transposição do rio São Francisco; a importância das usinas hidrelétricas no rio São Francisco em Sobradinho e Paulo Afonso; projetos para o semiárido; importantes eixos de acesso entre a região com outros estados do Nordeste (Piauí, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Sergipe); acessos intermodais (ferroviário, rodoviário e hidroviário) que conectam a região norte com a região metropolitana de Salvador. Esses e outros aspectos demonstram o dinamismo regional latente.

Quadro 11 - Proposta de um Instituto do Norte da Bahia

<b>REITORIA EM JUAZEIRO</b>	<b>DISTÂNCIA EM km</b>	<b>CAMPUS</b>
	121	Campo Formoso
	229	Euclides da Cunha
	238	Jacobina
	0	Juazeiro
	347	Paulo Afonso
	127	Senhor do Bonfim

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

A criação do IFNORTEBAIANO poderá fortalecer a dinâmica intraregional, sobretudo, com uma maior proximidade entre os *campi* e a reitoria, conforme podemos notar no quadro 11 o campus mais distante é Paulo Afonso, há 347 km de Juazeiro. Com 5 *campi* em funcionamento e 1 a ser instalado, em um possível cenário de expansão de novos *campi* ou núcleos avançados, sugere-se, com base na análise das regionalizações, as cidades de Canudos (n. 11 no mapa 11), Jeremoabo (n.28), Santo Sé (n.58), Remanso (n.50) e Ribeira do Pombal (n.52). Acredita-se que essa perspectiva, tem-se uma contribuição mais efetiva e estimula os esforços de integração entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos institutos federais com a dinâmica regional no norte do estado da Bahia.

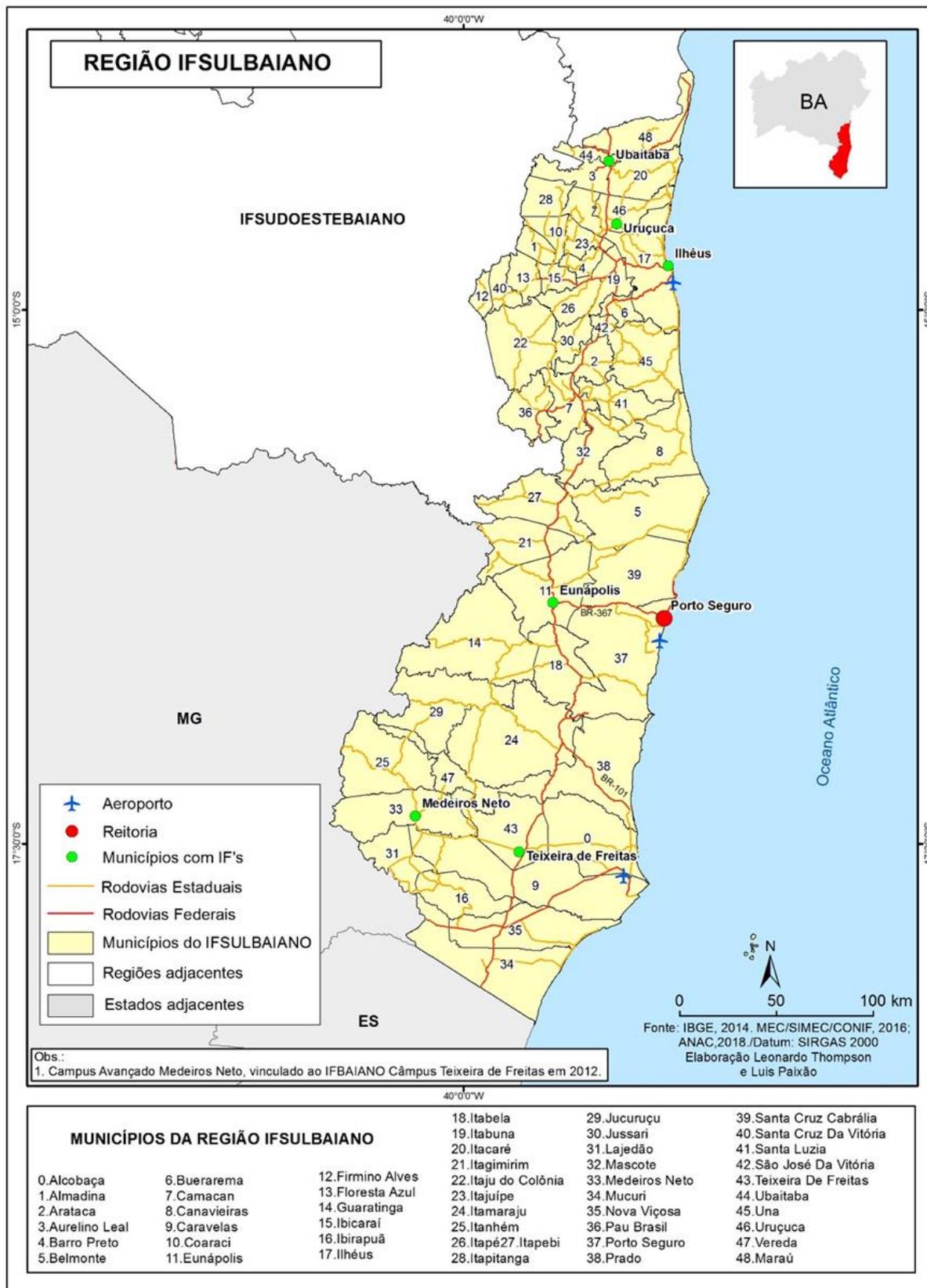
### 5.3.3 IFSULBAIANO: desenvolvimento econômico e biodiversidade de Mata Atlântica

Nessa proposta de reordenamento regional a sugestão é a criação da mesorregião Sul Baiano, o IF'SULBAIANO. A região possui características ambientais e econômicas bem diversas das outras regiões. A fronteira com o Oceano Atlântico e o eixo da BR-101, divide a região dos municípios que estão na costa dos que estão mais para o interior do continente.

É nessa faixa costeira que se encontra ainda os residuais da Mata Atlântica com grande biodiversidade, convivendo com a efervescência do agronegócio, cultivo do Cacau, áreas de reflorestamento de eucalipto para papel e celulose e com a significativa atividade turística com o suporte de equipamentos como aeroportos, portos e meios de hospedagens.

Com essa diversidade esta região naturalmente reclama um Instituto Federal, que pela proposta dessa tese seria composto (mapa 12) pelos *campi* de Porto Seguro (além da reitoria), Eunápolis, Ilhéus, Uruçuca, Ubaitaba e Teixeira de Freitas com seu núcleo avançado em Medeiros Neto. Abarcando uma área de aproximadamente 45.75 Km<sup>2</sup>, atendendo a 47 municípios, atingindo uma população total aproximada de 1.646.677 habitantes (conforme vimos no quadro 13 no item anterior).

Mapa 12 - Região IFSULBAIANO



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018).

A região econômica do Extremo Sul é uma importante área de atração de investimentos do estado e nela está concentrada a produção de celulose do estado. Beneficiando-se da montagem de nova infraestrutura para viabilizar a produção de celulose e o desenvolvimento do turismo, conta com investimentos de implantação de derivados da fruticultura, vinculados ao setor mineral e ao segmento metal e mecânico. Tem a pecuária bovina como atividade dominante, seguida de cultivo de mamão, cacau, café, coco, abacaxi, melancia, mandioca e eucalipto.

No Litoral Sul os municípios mais representativos são Ilhéus, Itabuna e Valença<sup>11</sup>. Suas principais atividades produtivas são o cacau e a pecuária bovina. Possui uma base produtiva agrícola bastante diversificada onde se destacam a cultura caqueira, guaraná, seringueira, pimenta do reino, coco, dendê, banana, laranja, café e mandioca. Sua produção industrial concentra-se nas áreas de alimentos, madeira, minerais não metálicos e eletroeletrônicas, localizadas em distritos industriais no eixo Itabuna/Ilhéus. Outro aspecto a ser destacado é atividade turística com potencial significativo nos municípios de Itacaré, Marau e Camamu. Em Ilhéus o polo de informática encontra-se em expansão, destaca-se também nesse município o aeroporto e porto de Ilhéus. Além disso, mais recentemente vem se despontando na exploração de gás e petróleo em algumas áreas do litoral sul.

Conforme o quadro 12, cabe ressaltar a ausência identificada no caso do campus Porto Seguro de curso atrelado à cadeia produtiva do Turismo, haja visto que é a principal atividade econômica do município e região. Entretanto releva-se o curso em funcionamento de Licenciatura Intercultural Indígena, com uma significativa contribuição na formação de professores indígenas dos diversos grupos étnicos que compõem essa região. Destaca-se também a ausência de curso relacionado à papel e celulose no campus Eunápolis que está próximo da Indústria de Papel e Celulose da Veracel, e um curso de Agroindústria no campus do IFBAIANO em Teixeira de Freitas poderia dar suporte no manejo da silvicultura, importante atividade econômica que vem crescendo significativamente no extremo sul baiano nas últimas décadas. Já em Ilhéus, com a recente exploração de petróleo e gás na região de

---

<sup>11</sup> Optou-se por incluir os *campi* de Valença na região do IFLESTE por entender que a proximidade da capital Salvador e a dinâmica socioeconômica se relaciona mais com aquela região. O critério utilizado para definir o limite entre as áreas de influência do IFLESTE e o IFSUL foi o território de identidade. Nesse caso o limite do território de identidade do Baixo Sul compoendo a região do IFLESTE e o território de identidade do Litoral Sul compoendo a regi-]ao de abrangência do IFSUL.

sua costa, poderia pensar na implantação de em cursos relacionados a essa temática.

Quadro 12 - *Campi* do IF'SULBAIANO e cursos oferecidos

REITORIA EM PORTO SEGURO	CAMPI	CURSOS
	Eunápolis	Cursos na modalidade integrada e subsequente de Edificações, Enfermagem, Informática, Meio Ambiente, curso superior de Engenharia Civil e Licenciatura em Matemática
	Ilhéus	Cursos integrados e subsequente em Edificações, Informática e Segurança do Trabalho
	Medeiros Neto	Cursos integrados e subsequentes em Eletromecânica, Informática, Meio Ambiente e Mineração e a Licenciatura em Computação
	Porto Seguro	Cursos na modalidade integrada, apresenta os cursos de Alimentos, Informática e Biocombustíveis, Licenciaturas em Química, Computação e a Licenciatura Intercultural Indígena e o Bacharelado em Agroindústria. Especialização em Ciência Ambiental e o Mestrado em Ciência e Tecnologia Ambiental
	Teixeira de Freitas	Cursos na modalidade integrada e subsequente de Administração, Agropecuária, Florestas e Hospedagem
	Ubaitaba	Implantado mais recentemente, apresenta somente cursos de formação continuada (FIC).
	Uruçuca	Cursos integrados em Guia de Turismo e Informática, cursos subsequentes em Agropecuária, Alimentos e Agrimensura e os superiores em Gestão do Turismo e Agroecologia

Fonte: IFBA (2018); IFBAIANO (2018).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Com relação às distâncias, de acordo com o quadro 13, a maior distância percorrida até a reitoria é de aproximadamente 337 Km, de Ubaitaba para porto Seguro. Vale ressaltar aqui que Ubaitaba foi núcleo avançado do campus Porto Seguro, durante 3 anos até conquistar sua autonomia e virar um novo campus.

Quadro 13 - Distâncias da reitoria para os *campi* no IF'SULBAIANO

REITORIA EM PORTO SEGURO	DISTÂNCIA EM km	CAMPUS
	64	Eunápolis
	312	Ilhéus
	294	Medeiros Neto
	0	Porto Seguro
	224	Teixeira de Freitas
	337	Ubaitaba
	320	Uruçuca

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Em um possível cenário de expansão, sugere-se avaliar a implantação de novos *campi* ou núcleos avançados nos municípios de Mucuri (Mapa 12 n. 34), Itamaraju (n. 24), Itabela (n. 18) ou Guaratinga (n. 14), Canavieiras (n.8), Itapebi (n. 27) ou Itagimirim (n.21) e Buerarema (n. 6). Essa prospecção vislumbra uma maior articulação entre os *campi*, arranjos produtivos, aspectos ambientais e culturais identitários dentro da região de abrangência do IF'SULBAIANO.

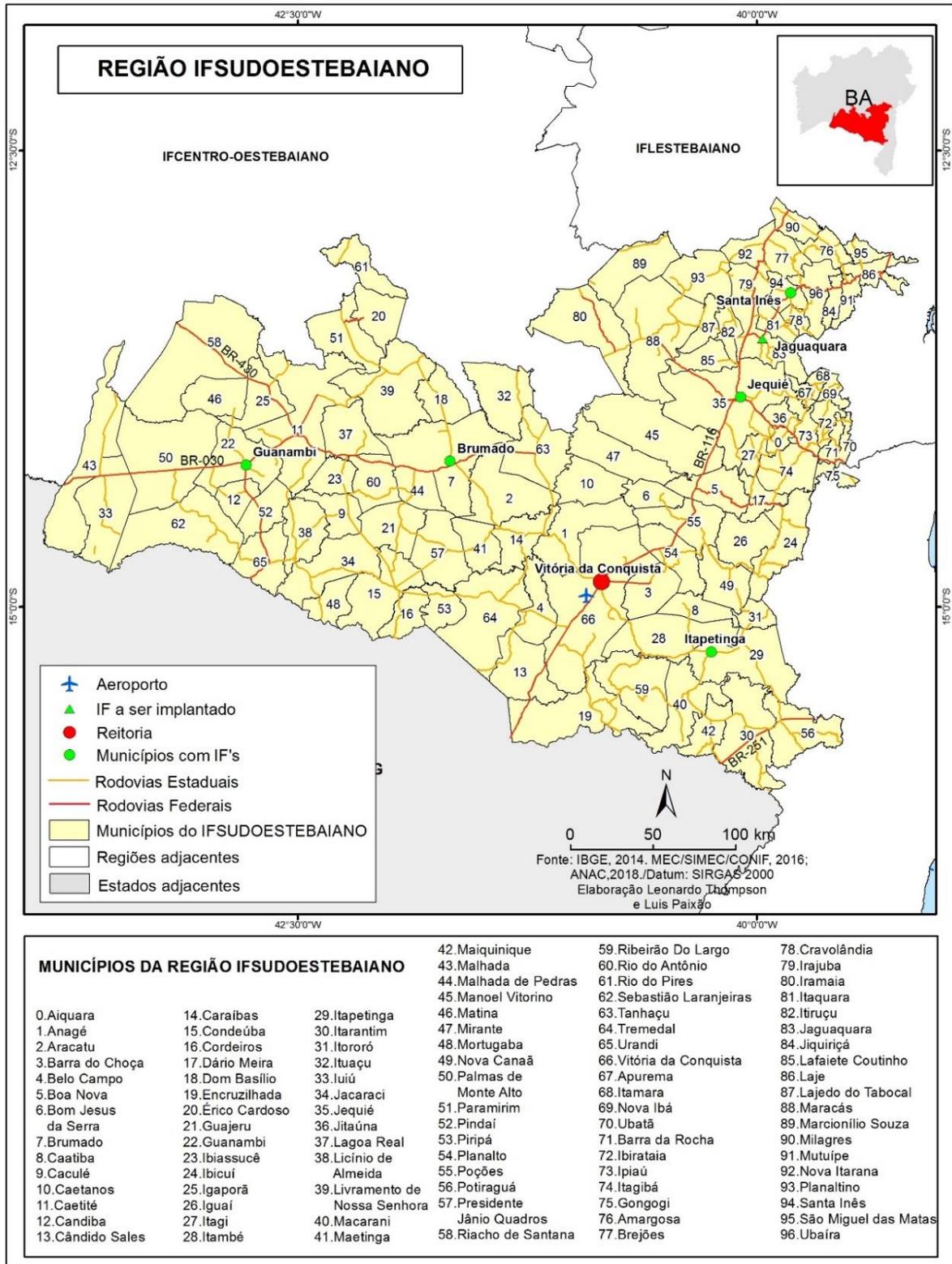
#### 5.3.4 IFSUDOESTEBAIANO: dinâmica industrial, rural e recursos minerais

A proposta de reordenamento regional com a criação do IF'SUSOESTEBAIANO, converge com a mesorregião do Centro Sul Baiano, (exceto a microrregião de Seabra) que tem como referência a cidade de Vitória da Conquista, onde seria a reitoria, incorporando os *campi* de Vitória da Conquista, Itapetinga, Brumado, Guanambi, Jequié, Santa Inês e o campus em construção Jaguaquara (mapa 13). Ocupando uma área aproximada de 93.78 km<sup>2</sup>, englobando 97 municípios atendendo a uma população aproximada de 2.311.843 de habitantes.

Conforme podemos observar no mapa 13 o principal acesso viário é a BR-116, importante eixo de conexão entre as macrorregiões sudeste e nordeste que serve como escoamento de diversos produtos. Em uma análise intraregional a BR-116 conecta o sudoeste da Bahia à região metropolitana de Salvador. Vale destacar o eixo ferroviário oeste – leste, conectando o município de Barreiras, passando por Guanambi, Brumado e Jequié ao porto de Ilhéus e região metropolitana. O Aeroporto de Vitória da Conquista vem aumentando o seu fluxo e conectando novos pontos facilitando o acesso a região.

A região Sudoeste tem como principais atividades econômicas a pecuária, a cafeicultura com irrigação, a indústria de transformação, comércio e serviços. Apresenta elevado crescimento na produção de carnes devido ao seu expressivo rebanho bovino e ao desenvolvimento da avicultura e suinocultura. Seu principal polo de investimentos é a cidade de Vitória da Conquista, que se destaca pelo seu importante papel de centralidade regional, industrial, comercial e de serviços. Itapetinga também vem se destacando na indústria de calçados. Em Jequié se localizam algumas indústrias alimentares e um importante polo têxtil.

Mapa 13 - Região IFSUDOESTEBAIANO



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018)

Já a região econômica Serra Geral é a menos urbanizada do estado. A cidade de Guanambi é o principal polo de desenvolvimento. O IFBAIANO campus Guanam-

bi é uma referência na contribuição ao espaço rural. O campus atua na habilitação de técnicos para ingresso no mercado de trabalho, assessoria técnica aos produtores da região, qualificação e requalificação de pequenos e médios produtores rurais e contribui ainda para a melhoria de produtos da região, com a realização de pesquisas e atividades de extensão. Na mineração destaca-se a exploração de magnetita em Brumado, ametista em Caetité e Lecínio de Almeida, extração de urânio em Lagoa Real. O IFBA campus Brumado foi criado na recente fase de expansão. Anteriormente era um núcleo avançado do IFBA Vitória da Conquista.

A região possui dois *campi* do IFBA e dois *campi* do IFBAIANO. O IFBA campus Vitória da Conquista é uma referência entre os *campi* do IFBA. Tem sua origem antes do processo de expansão.

Quadro 14 - Cursos por *campi* IF'SUDOESTE

	CAMPUS	CURSOS
<b>REITORIA EM VITÓRIA DA CON- QUISTA</b>	Brumado	Cursos são integrados e subsequentes em Informática, Edificações e Mineração
	Guanambi	Cursos integrados de Agroindústria, Agropecuária e Informática. Cursos subsequentes de Zootecnia e Agricultura. Cursos superiores de Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Tecnologia em Agroindústria, Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e a Licenciatura em Química. Além de oferecer pós-graduação lato sensu em Ensino de Ciências Naturais e Matemática e a pós-graduação strictu sensu Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido
	Itapetinga	Cursos integrado em Agropecuária e Meio ambiente e os cursos subsequentes em Alimentos e Manutenção e Suporte em Informática
	Jaguaquara	Campus em construção
	Jequié	cursos integrados e subsequentes nas áreas de Eletromecânica e Informática.
	Santa Inês	Cursos integrados em Agropecuária, Zootecnia e Alimentos, curso subsequente em Informática e cursos superiores bacharelado em Zootecnia e as Licenciaturas em Geografia e Ciências Biológicas
	Vitória da Conquista	Cursos da modalidade integrada em Eletromecânica, Eletrônica, Informática e Meio Ambiente e na modalidade subsequente, cursos de Edificações, Eletrônica, Informática, Manutenção Eletromecânica e Segurança do Trabalho. Desenvolve também cursos superiores em Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Sistemas de Informação e Licenciatura em Química

Fonte: IFBA (2018); IFBAIANO (2018).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Apesar da presença de 06 *campi* dos IF's em funcionamento na região e de uma certa diversidade de cursos ofertados, nota-se, por exemplo, que no campus de Itapetinga, que vem se despontando na indústria calçadista, não possui um curso

relacionado com essa atividade econômica (Quadro 14). Entretanto, considera-se que nos outros *campi*, os cursos se relacionam com os arranjos produtivos locais.

Com relação ao aspecto da distância entre os *campi* e a reitoria, Guanambi é o campus mais afastado (276 km). De modo geral, os *campi* têm boa acessibilidade, com deslocamentos relativamente curtos. Em todos os casos possíveis de deslocamento de carro ou ônibus de ida e volta no mesmo dia, evitando gastos excessivos com diárias e elevados custos de gasolina ou com passagens rodoviárias e aéreas, como tem ocorrido com as reitorias centralizadas em Salvador.

Quadro 15 - Distâncias reitoria para os *campi* do IF'SUDOESTEBAIANO

	DISTÂNCIA EM km	CAMPUS
REITORIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA	139	Brumado
	276	Guanambi
	98	Itapetinga
	203	Jaguaquara
	155	Jequié
	238	Santa Inês
	0	Vitória da Conquista

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Em um cenário de possível expansão dos *campi* ou núcleo avançado no IF'SUDOESTE, uma opção seria o município de Livramento de Nossa Senhora (Mapa 13 n.39), uma das microrregiões não atendida nas fases de expansão dos IF's (conforme apresentado no capítulo anterior). O município de Poções (n. 55), no eixo da BR-116, se apresenta como opção, tanto em função dos dados socioeconômicos, quanto pela variável populacional. Fato é que a região do IF'SUDOESTEBAIANO mostra uma disposição espacial dos *campi* que favorece a interação entre as instituições e as especificidades socioeconômicas intraregional.

### 5.3.5 IFCENTRO-OESTEBAIANO: protagonismo do agronegócio

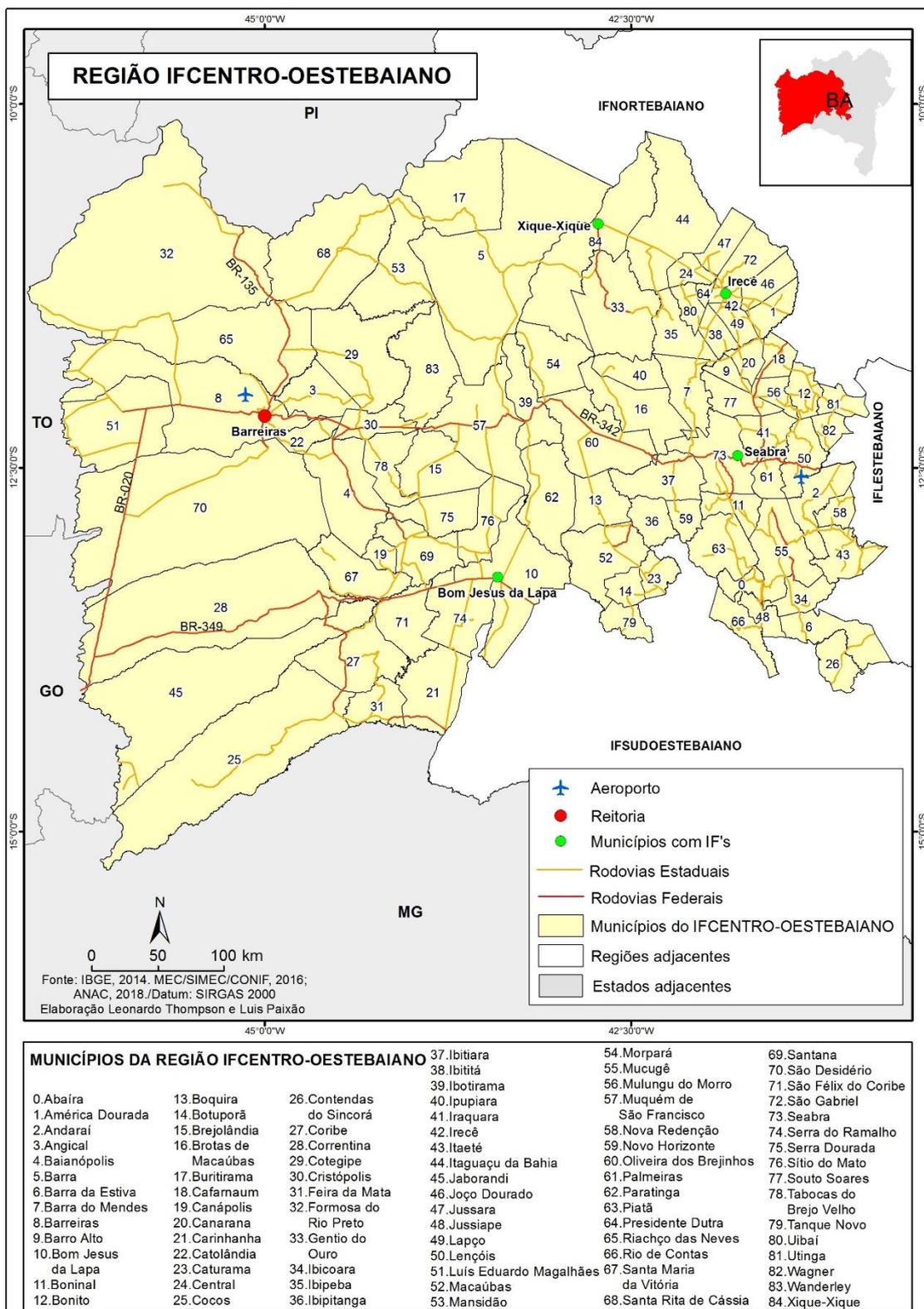
Por fim, a proposta de criação de um instituto federal na região do Centro Oeste Baiano. Conforme vimos no capítulo anterior, a mesorregião do Extremo Oeste Baiano foi a única região que não participou da expansão dos *campi* dos IF's na Bahia. O campus de barreiras existia antes da política de expansão, e desde então

permanece isolado dos outros *campi* e principalmente da reitoria, pois, no modelo atual, dista-se aproximadamente 870 km da reitoria em Salvador. Na proposta apresentada pela SETEC/DDR, o campus de Barreiras ficaria isolado de qualquer reitoria. Dessa forma, essa tese propõe um reordenamento onde o Extremo Oeste da Bahia seja formado inicialmente por 5 *campi*. São eles, campus e reitoria em Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Seabra, Irecê e Xique-Xique. Nessa proposta o IFCENTROESTEBAIANO teria uma área aproximada de 220.07 km<sup>2</sup>, sendo a maior entre os 5 Institutos propostos nessa tese, atenderia 85 municípios, totalizando uma população aproximada de 1.882.721 habitantes.

Barreiras é o principal município da região econômica oeste. Junto ao município Luís Eduardo Magalhães tem passado por um processo de ampliação das agroindústrias. É a principal região produtora de grãos da Bahia. Tem diversificado suas atividades agrícolas rumo a produção de fruticultura, café, algodão e pecuária leiteira. Possui investimentos direcionados para o segmento alimentar. Em termos agrícolas, é considerada a região mais moderna e desenvolvida da Bahia. Investimentos em infraestrutura de transporte rodoviário, fluvial, ferroviário e aeroviário tem estimulado o dinamismo na região.

A região Médio São Francisco tem no município de Bom Jesus da Lapa o seu principal polo de desenvolvimento. Suas principais atividades econômicas são a produção de frutas e hortaliças irrigadas com moderna tecnologia, possui também uma agroindústria de conservas para exportação. Nessa região vem sendo incorporado um novo modo de exploração econômica aos sistemas produtivos das culturas tradicionais vigentes, orientado para a agroindústria e para a introdução da tecnologia de irrigação na produção de alimentos. Outras culturas tradicionais estão presentes, tais como: cana-de-açúcar, mandioca, milho, arroz, feijão e, em especial, a pecuária bovina extensiva.

Mapa 14 - Região IFCENTRO-OESTEBAIANO



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018)

A região tem a cidade de Irecê como referência. É a maior produtora de feijão do estado, sendo esta a sua principal atividade econômica. Cultura de hortaliças e a produção de frutas são outras atividades relevantes. Além da produção de mamona e feijão, à produção de cebola, tomate, beterraba, cenoura e pinha. As atividades pecuárias e comerciais também são destaque na região.

Quadro 16 - Relação dos cursos por *campi* no IFCENTRO-ESTEBAIANO

REITORIA BARREIRAS	CAMPUS	CURSOS
	Barreiras	Cursos na modalidade integrada são em Alimentos, Edificações e Informática, já na modalidade subsequente cursos de Eletrotécnica, Eletromecânica e Enfermagem. Os cursos superiores em Arquitetura e Urbanismo, Engenharia de Alimentos e Licenciatura em Matemática
	Bom Jesus da Lapa	Cursos integrado e subsequente em Informática, Agricultura e Agroecologia, o bacharelado em Engenharia Agrônoma e pós-graduação lato-sensu em Inovação Social e em Educação Matemática
	Irecê	Cursos integrado e subsequente em Biocombustíveis, Eletromecânica e Informática e cursos superiores em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Manutenção Industrial
	Seabra	Cursos na modalidade integrada e subsequente em Informática e Meio Ambiente.
	Xique-Xique	Cursos integrados e subsequentes Agropecuária e em Meio Ambiente

Fonte: IFBA (2018); IFBAIANO (2018).

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

A Região da Chapada Diamantina tem o município de Seabra como polo de desenvolvimento e o município de Lençóis como potencialidade. Sua principal atividade econômica é a mineração e o turismo. A região tem forte apelo turístico destacando-se o turismo rural e ecológico. A economia é baseada na prestação de serviços e atende várias cidades da Chapada Diamantina, sobretudo serviços públicos, serviços de assessoramento contábeis, jurídicos, de saúde e engenharia, locadoras de veículos, autopeças, concessionárias de veículos, rede hoteleira, empresas de transportes rodoviário e comércios atacadistas.

Quadro 17 - Distâncias da reitoria para os *campi* no IFCENTRO-ESTEBAIANO

Reitoria em Barreiras	DISTÂNCIA EM km	CAMPUS
	0	Barreiras
	314	Bom Jesus da Lapa
	468	Irecê
	399	Seabra
	428	Xique-Xique

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Como foi dito anteriormente, a região foi preterida na expansão dos IF's na Bahia. Devido a relevância agroindustrial em pleno processo de desenvolvimento, acredito na importância de um campus do IFCENTROESTEBAIANO com cursos atrelados a cadeia produtiva regional.

De acordo com o quadro 17, o campus Irecê, fica aproximadamente 468 km de distância de Barreiras. Fator que muda pouco no cenário atual de deslocamento entre Irecê e reitoria em Salvador. Numa perspectiva de possível expansão dos *campi* ou núcleos avançados, Santa Maria da Vitória (Mapa 14, n. 67), Ibotirama (n. 39), Paratinga (n. 62) e Luis Eduardo Magalhães (n. 51). Portanto, uma região que colabora substancialmente com o agronegócio em escala nacional entende-se que um instituto federal possa fortalecer as pesquisas nesse setor como nos outros setores que envolvem esta região possibilitando um maior dinamismo em uma perspectiva regional.

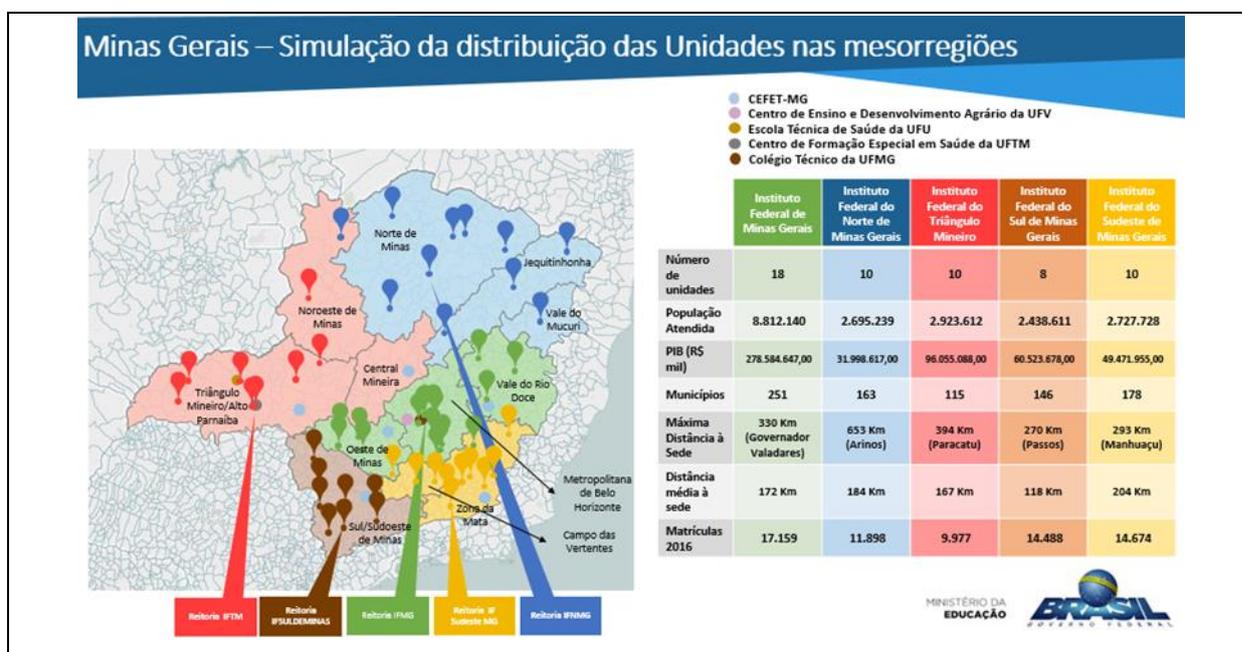
#### **5.4 Reordenamento regional em minas gerais: um modelo para a Bahia**

Certamente que há uma necessidade em se pensar num reordenamento regional para os IF's, sobretudo, em Estados que possuem duas características que podem se configurar em gargalos para uma dinâmica eficaz dos Institutos Federais: a grande extensão territorial e grande número de cidades. Apenas um ou dois Institutos não seriam capazes de administrar seus *campi* em Estados com estas características. Neste cenário a Bahia se enquadra devido a sua dimensão territorial, maior que muitos países, e Minas Gerais tanto pela dimensão territorial quanto por sua quantidade de cidades, com 853, Estado da Federação com o maior número de cidades. Quanto a dimensão territorial, tanto a Bahia quanto Minas Gerais têm tamanhos aproximados, o primeiro com 564 mil Km<sup>2</sup> e o segundo com 587 mil Km<sup>2</sup>, o que permite estabelecer uma analogia de regionalização entre os dois Estados. Todavia, cada um tem suas características específicas que vão desde o grau de urbanização, passando pelas condições de infraestrutura, cultural e econômica; e essas são fundamentais para a implantação e dinâmica dos *campi*.

É inegável que o ordenamento regional dos IF's abre maiores possibilidades no que se refere a uma melhor articulação entre os *campi* e reitorias, otimizando recursos de deslocamento e favorecendo a interação entre os *campi* e as dinâmicas

locais e regionais. O estado de Minas Gerais, serve como um modelo de criação dos IF's por região, possuindo 5 reitorias regionalizadas no seu território (ver figura n.5), a saber: Instituto Federal Sul de Minas (IF'SULMINAS), com 8 *campi*; Instituto Federal Norte de Minas (IFNMG), com 11 *campi*; Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), com 20 *campi*; Instituto Federal Sudeste de Minas Gerais (IF'SUDESTEMG), 10 *campi* e o Instituto Federal do Triangulo Mineiro (IFMT), com 11 *campi*. Cabe ressaltar que na época da criação dos IF's em Minas Gerais, teve instituto que foi criado com 3 *campi*, e com o passar do tempo, foram se capilarizando e expandindo seu raio de ação, através da criação de novos *campi* e núcleos avançados nas regiões em que foram estabelecidos.

Figura 5 - Ordenamento Regional dos IF's em Minas Gerais



Observando a figura, nota-se a área de abrangência regional de cada um dos 5 institutos que foram criados. Vendo a tabela apresentada ao lado, percebe-se um equilíbrio nos números de *campi* por instituto federal, exceto a região concentrada que abarca a região metropolitana de Belo Horizonte, capital do Estado de Minas Gerais. As distâncias médias e máximas entre os *campi* e reitorias também apresentam equilíbrio, bem como o número aproximado de população atendida por cada região dos IF's em Minas.

Para regionalizar, em Minas também foi proposto a integração de institutos de origem diferentes. Escolas rurais com tradição de ensino sobre as práticas no campo e de atividades ligadas a agricultura e agropecuária foram fundidas a instituições de origem mais voltada para o ambiente urbano, com ensino de práticas tecnológicas. O mesmo que propõe essa tese quando sugere o desmembramento do IFBA e o do IFBAIANO em uma nova proposta. Para efeito comparativo com o modelo de Minas Gerais, segue mapa 15 com a proposta de reordenamento regional dos IF's no Estado da Bahia.

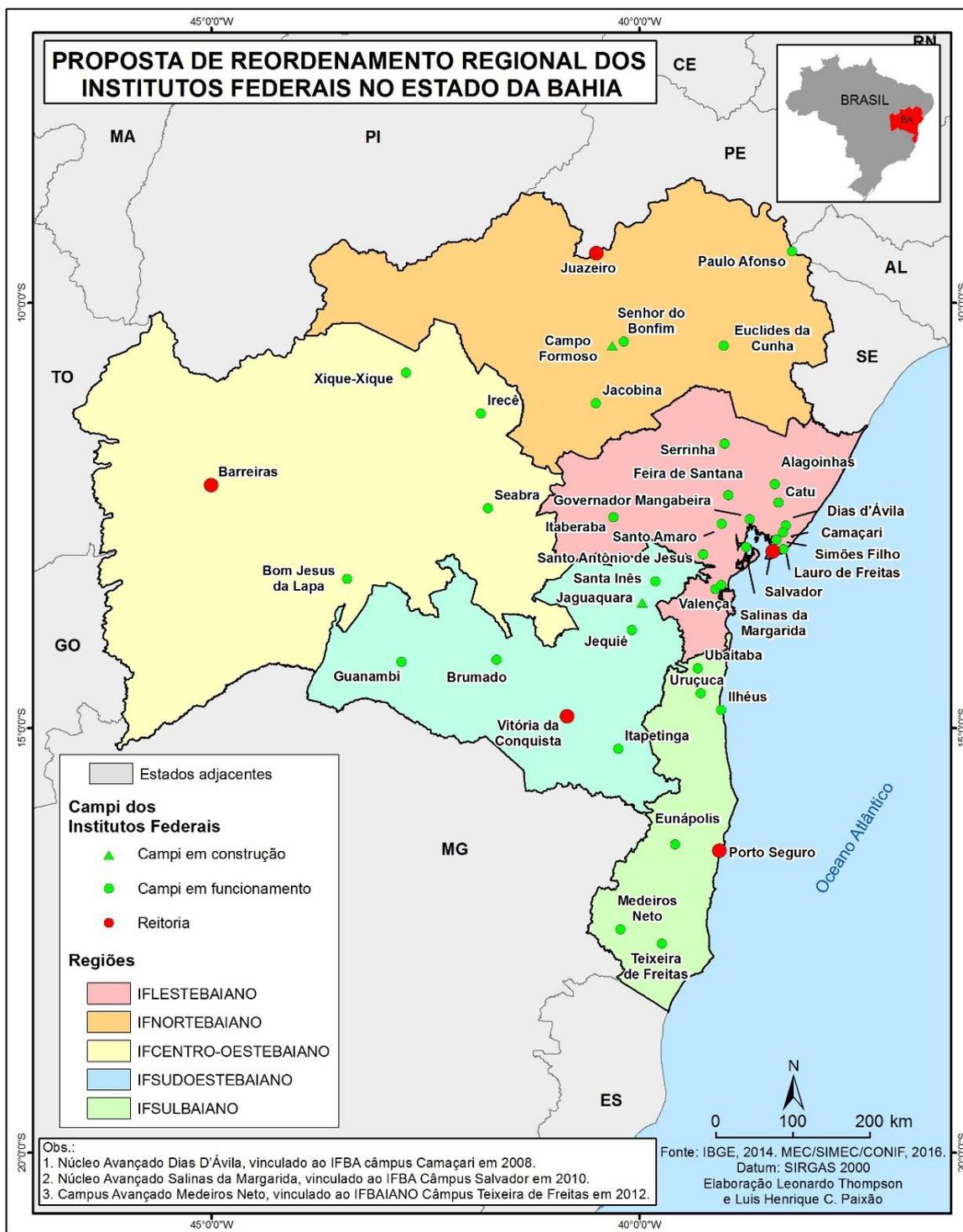
É provável que um olhar de um economista para esta tese receberia crítica quanto ao orçamento que seria disponível para a realização de tal reordenamento regional. Novos cargos de direção e funções gratificadas que são fundamentais para a dinâmica administrativa de cada novo Instituto seriam questionadas. Contudo, já existem duas estruturas administrativas prontas, faltando organizar apenas mais três. Certamente que o impacto financeiro seria de menor relevância se pensar que uma nova regionalização diminui o tempo da crise que atualmente existe na relação entre *campi* e reitoria e, sobretudo, na fraca inserção que a maioria dos *campi* estão tendo no desenvolvimento regional, muito em razão da falta de autonomia e de direcionamentos de objetivos no ensino, na pesquisa e na extensão voltados para as regiões onde foram implantados.

Contudo, a proposta da tese não tem a intenção de fechar a questão bem como não minimiza a necessidade de ampliar o debate sobre a proposta de reordenamento regional dos IF's no Brasil e no estado da Bahia. Incluir no debate os reitores, diretores, professores, técnicos administrativos entre outros interessados para adequar a proposta. Acredita-se que essa perspectiva se torne viável de implantação, trazendo uma efetiva contribuição dos institutos federais de educação tecnológica para as regiões. Nesse sentido, considera-se que essa tese cumpri o seu objetivo ao abrir o debate com uma proposta de reordenamento regional dos IF's na Bahia embasada na análise regional através de sobreposição de regionalizações com intuito de se alcançar o melhor cenário possível para articulação entre as instituições de ensino e a dinâmica da sociedade na Bahia.

Associadas a dificuldades próprias de gestão, algumas das quais decorrentes de distorções históricas, tal caracterização representa um imenso desafio, que, antes de tudo, impõe um repensar quanto à organização estrutural da rede federal. Contudo, ao invés de representar ameaça ou conflitos, essa situação deve ser avaliada e trabalhada como oportunidade para corre-

ção e ajustes, de modo a proporcionar a todos os Institutos Federais um ambiente administrativo de equilíbrio, adequado às dimensões assumidas por cada instituição. (FERNANDES, 2008, p. 62).

Mapa 15 – Proposta de reordenamento regional dos Institutos Federais no Estado da Bahia



Fonte: IBGE (2014); MEC/SIMEC/CONF (2016).  
Elaboração: Leonardo Thompson Silva e Luis Henrique Couto Paixão (2018).

Nesse sentido, o conhecimento geográfico contribui apontando um caminho para (re)direcionar as ações desse importante arranjo territorial que são os Institutos Federais de Educação Tecnológica no território brasileiro.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A observação da dinâmica dos *campi* do IFBAIANO e do IFBA foi a motivação maior da origem dessa pesquisa, que precisou ser reajustada ao longo do seu desenvolvimento até encontrar o seu caminho através de uma proposta de regionalização para os Institutos Federais na Bahia. Uma proposta, aliás, que tem como orientação teórica os trabalhos de Sylvio Bandeira M. Silva, sobre a regionalização das universidades estaduais na Bahia, e as reflexões de Antônio Angelo Fonseca e Juan Delgado sobre as demandas regionais por cursos superiores na Bahia. Portanto, esta pesquisa se valeu de estudos regionais na Bahia voltados para a dinâmica da educação e, assim, inclui nesse rol de estudos a dinâmica dos Institutos Federais na Bahia.

Na busca pela compreensão da dinâmica dos IF's no Estado da Bahia foi preciso compreender como se deu a expansão em escala nacional, pois, assim seria possível realizar uma análise de como foi o processo na Bahia. Uma expansão que será chamada por alguns autores de ifetização em decorrência de que os antigos CEFETs passam por mudanças de nomenclatura e, sobretudo, de objetivos no processo de formação educacional. A distribuição dos Institutos Federais pelo território brasileiro aconteceu de maneira desigual entre os estados, ocasionando a concentração de *campi* na faixa litorânea e em Estados da Federação com maior poderio econômico e força política, deixando um vazio no centro e no norte do país. Isso, de certa forma, contribuiu para que uma integração regional através da rede de Institutos Federais fosse comprometida, pois, não pode haver integração entre abismos de investimentos educacionais; nesse caso, a falta de uma equidade na distribuição dos IF's pelo país.

A expansão dos IF's na Bahia seguiu o modelo nacional, isto é, centralizador, privilegiando alguns lugares, o localismo imperou na distribuição dos *campi*. A Região Metropolitana de Salvador concentrou grande parte dos *campi* além das reitorias; assim, mesmo com todo esforço em garantir que um *campi* do IFBAIANO ou do IFBA chegasse à maior parte do território baiano, há ainda muitas lacunas, sobretudo, no Norte e Oeste da Bahia. Outro ponto a se destacar nos IF's da Bahia é que houve uma divisão de missões entre os dois Institutos Federais, o IFBAIANO criado para atender um desenvolvimento tecnológico voltado para o campo, e o IFBA no

aprimoramento de tecnologias para setores mais urbanos. Contudo, é uma divisão que não se explica para a dinâmica atual que há entre campo e cidade, visto que nada impede que os dois institutos produzam tecnologias para servir aos mais diversos setores da economia, bem como da sociedade em geral. Com a proposta de regionalização que é apresentada nessa pesquisa acaba com essa divisão entre um “instituto rural” e um “instituto urbano”.

Ao finalizar esta pesquisa, que na verdade se configura como parte de uma contribuição infindável para a análise teórica sobre o dinamismo dos Institutos Federais no Brasil e mais especificamente como estudo de caso na Bahia, foi possível compreender que a expansão dos Institutos Federais possibilitou uma gama de interpretações tanto apontando consequências positivas quanto demonstrando falhas no processo; talvez a maior delas a concentração da implantação de *campi* em regiões mais privilegiadas e a concentração de toda a dinâmica burocrática nas reitorias criando gargalos na dinâmica de cada campus, principalmente devido as longas distâncias destes para as reitorias localizadas em Salvador, capital do Estado. Aliás, essa concentração foi o principal vetor para que esta tese pudesse oferecer uma outra regionalização para os Institutos Federais na Bahia, produzindo uma cartografia regional baseada na atual configuração dos *campi* dos IF's no território baiano.

Contudo, para se chegar a uma proposta de regionalização esta pesquisa enveredou por caminhos que, de certa forma, contribuíram para um estágio de caos no que tange a distribuição regional dos IF's na Bahia; com isso não se quer dizer que o caos que se instalou se configura num cenário negativo, mas apenas consequência de um dinamismo que deve ser repensando para atender as regiões com mais equidade. Dentro desse contexto é nítido que houve uma política pública federal de expansão da educação profissional tecnológica desconcentrando investimentos dos grandes centros urbanos para áreas de cidades pequenas e médias, objetivando ampliar e democratizar o acesso à educação federal técnica.

Certamente que o olhar do geógrafo não abarcará alguns pontos que podem ficar em suspensão, inclusive deixando em aberto para pesquisas futuras em outras áreas do conhecimento, entretanto, esta análise se esforça através da compreensão da dinâmica regional construir, utilizando múltiplas escalas (local, regional, nacional e global) e suas articulações multidimensionais (política, social, econômica, cultural e ambiental), uma proposta de regionalização dos IF's que também se ampare numa

geografia da educação que abarcasse o passado (história/periodização), o presente (realidade/espço vivido) e o futuro (devir/prospecção). Outrossim, esta tese também dialogou e agregou análises de pesquisadores de outras áreas do conhecimento se preocupando em não oferecer um estudo apenas descritivo, que por si só não ajuda explicar o fenômeno do dinamismo da expansão educacional somente como está, mas, como foi, estão e será (dimensão temporal). Por isso, foi fundamental mesclar, cruzar, sobrepor variáveis e relacionar procedimentos para avançar em uma análise geográfica crítica e prospectiva. Daí a importância da habilidade do geógrafo em construir pontes com outras ciências, porém, sem perder de vista que é a ciência geográfica que norteia este estudo; estudo esse que envolveu analisar as dinâmicas demográficas, demandas socioespaciais, atividades econômicas, equipamentos de infraestrutura, referências culturais identitárias e políticas.

A configuração da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica demonstra um hibridismo institucional, entre o antigo, representado pelas Escolas Técnicas, Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica, e o atual, (re)significado pelos Institutos Federais e Universidades Tecnológicas. Esse hibridismo institucional, possibilitou herdar, pelo menos na sua “matriz”, um legado educacional e científico relevante para a produção dos novos institutos e *campi*.

Vale ressaltar que Institutos que vieram da fusão e/ou transformação dos Centros Federais de Educação Tecnológica, assimilaram uma estrutura educacional e de pesquisa relevante no contexto educacional em seus estados e no Brasil. Cursos consolidados de graduação, especialização, mestrado e doutorado, com produções acadêmicas relevantes. De certo modo, com as novas atribuições dos Institutos Federais, e da inserção de novos *campi* no interior do território brasileiro, esse legado acadêmico traz respaldo e fortalece as possibilidades de evolução técnica científica nos lugares.

Entretanto, o início da expansão não foi fácil. Em alguns casos, as fusões e incorporações geraram uma tensão entre os velhos e novos *campi* da Rede. Os *campi* novos, criados pela política de expansão, chegaram com um montante de recursos financeiros aportados nas instituições que contribuiu sobre maneira, em certos casos, destoando das instituições antigas, com infraestrutura limitada e defasada, as novas com infraestrutura moderna. Essa contradição foi motivo de discórdia latente nos debates pré-expansão ocorridos pelos servidores em suas instituições;

questionamentos como, “*porque o governo não melhora o que já temos para depois pensar em expansão*”; “*vai investir em expansão de novos campi sendo que o nosso campus está caindo aos pedaços*”; “*enquanto estamos com quadro de giz, retroprojetores e um laboratório de informática desatualizado, os novos campi estão com salas novas, com data show, quadros interativos, ar condicionado*”, mostravam antagonismos no processo de expansão, no entanto, não foram suficientes para conter o projeto político que começou no Governo Lula. Para Otranto (2011),

Os IF's sintetizam, hoje, a expressão maior da atual política pública de educação profissional brasileira, e estão produzindo mudanças significativas na vida e na história das instituições que optaram por aderir à proposta governamental, por esse motivo essas mudanças precisam ser acompanhadas bem de perto. (OTRANTO, 2011, p. 10).

A chamada Ifetização despertou algumas críticas quanto ao modelo de formação, e que de certa forma tem consequências diretas no regional/local a partir do momento em que os antigos Centros Federais de Educação Tecnológica passam a assumir e a oferecer formação em diversos níveis de ensino; assim, “[...] os IF's assumiram o compromisso de orientar suas ações a partir dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão” (TAVARES, 2014, p.3). Portanto, uma instituição que foi criada originalmente para oferecer uma formação técnica começou a ser desviada para atender tanto demandas na formação de professores, gerar pesquisas, desenvolver projetos extensionistas e, sobretudo, formar jovens num ensino médio integrado, que atualmente é passível de muitas críticas, mormente, falta de infraestrutura dos *campi*. Ainda de acordo com Tavares (2014, p.03-04)

De uma só vez transferiu-se para instituições cuja vocação e acúmulo histórico se baseavam na formação de técnicos e tecnólogos as atribuições de formar professores, criar cursos de bacharelado e de pósgraduação, além de implantar/desenvolver atividades de pesquisa e extensão, de forma indissociada do ensino. (TAVARES, 2014, p.3-4)

Certamente que isso acarretaria numa descaracterização dos IF's, com repercussões na sua expansão; não por acaso alguns *campi* na Bahia passaram a oferecer cursos superiores, deixando em segundo plano a formação do médio/integrado. Segundo Otranto (2011, p.10) “[...] as escolas profissionalizantes, em sua grande maioria, não estavam preparadas para a transformação em instituições de educação superior, multicampi, com todas as funções, direitos e deveres de uma universidade”. Por outro lado, a não compreensão/valorização do técnico no Brasil faz com que esta modalidade de ensino ainda seja vista como uma categoria inferior ao nível su-

perior. Por isso, que a chegada de um curso superior numa região tende a ser mais valorizado do que um curso técnico. Dessa forma, o ensino médio nos IF's está servindo como uma boa formação para que o jovem acenda à universidades. Para corroborar com essa percepção, Lima e Zandonade (2012, p.51) ao estudar essa questão no Instituto Federal do Espírito Santo vão dizer que,

É público e notório que o IFES possui no ENEM os melhores resultados no comparativo com as redes privada e estadual além de aprovar todo ano grandes contingentes no vestibular da universidade federal do Espírito Santo. Tais resultados construiu uma imagem de excelência baseado numa meritocracia que na verdade se nutre mais da seletividade do que da capacidade pedagógica. (LIMA E ZANDONADE, 2012, p.51).

As “novas responsabilidades” atribuídas aos IF's fizeram que com essas instituições perdessem sua identidade educacional e formadora; daí a instalação de um caos interno que compromete em grande parte a formação de uma rede da Rede Federal de Ensino Técnico. Ou, ao contrário de uma crítica, essa não seria uma adaptação dos IF's para atender dinâmicas regionais/locais onde as universidades públicas ainda não chegaram ou se mostram limitadas em atender as demandas das sociedades? Mesmo com os antagonismos que são postos nessa pesquisa quanto ao sobre o modelo ou a missão educacional dos IF's, “[...] essas escolas, construídas com foco na capacitação e formação profissional e tecnológica de pessoas, [...] representam fator decisivo de desenvolvimento nas regiões onde são implantadas” (FERNANDES, 2008, p. 58). E é na questão regional, mais pontualmente, no reordenamento regional dos IF's na Bahia que foi o escopo dessa pesquisa. Na mesma linha, que procurar tratar a implantação de um campus do IF e o desenvolvimento, Menezes (2014) ao elaborar uma reflexão sobre o campus do IFBAIANO na cidade de Catu – BA, irá dizer que “[...] a realidade das parcerias entre instituições de ensino e a população, tão discutida e tão pouco efetivada, ainda podem ser um caminho factível para o desenvolvimento local” (MENEZES, 2010, p. 4). Todavia, há críticas aos IF's quando estes são criados para atender aos APLs; uma dessas críticas está na análise de Costa (2011) ao estudar a expansão dos Institutos Federais tendo com estudo de caso a cidade de Volta Redonda (RJ). Segundo a autora os IF's “[...] vão ao encontro das políticas educacionais e financeiras do Banco Mundial, especialmente no que tange aos cursos superiores de tecnologia e sua vinculação aos APLs” (COSTA, 2011, p.6337). Nesse sentido, a regionalização seria o caminho

mais conciliador, tendo em vista que os APLs sejam um vetor que valorize mais o localismo.

A proposta de uma nova regionalização para os IF's na Bahia pode ser entendida como parte de estudos que visem contribuir com uma melhor dinâmica dessas escolas, tendo em vista que “a engenharia da rede é ainda muito nova, com mudanças profundas, tanto no campo administrativo como no pedagógico, reconhecemos que não será uma tarefa fácil, uma vez que são reformulações muito recentes” (OTRANTO, 2011, p.16). Apesar de recente, a dinâmica dos IF's exige que se pense numa outra reconfiguração espacial através de um reordenamento regional seja para os atuais *campi*, seja para futura expansão, tendo em vista que a atual espacialização dos *campi*, encaixados em apenas dois Institutos ou mesmo em três como propõe o Governo Federal, continua privilegiando algumas regiões em detrimento de outras.

A discussão proposta já a algum tempo dentro do IFBAIANO e no IFBA, e mais recentemente pelo Governo Federal sobre uma redivisão dos atuais IF's, bem como a criação de outros na Bahia, demonstra que há uma insatisfação com a dinâmica dos *campi* na região/local, mas, também reforça a importância da categoria região como forma de auxiliar no reordenamento do espaço e, conseqüentemente, oferecer propostas que mitiguem as desigualdades entre as regiões e os locais. Contudo, “para que os Institutos Federais possam contribuir com o combate às desigualdades sociais regionais é fundamental que tais institutos estreitem a relação com os territórios nos quais se situam” (SILVA; TERRA, 2013, p.3); e, essa relação de proximidade para ser construída não pode ser dissociada da autonomia dos *campi* e tampouco de um novo arranjo regional.

A implantação dos *campi* dos IF's na Bahia atendeu ao localismo baseado na força política e econômica de um dado município; percebe-se que na expansão não está posta, claramente, uma orientação pela região, por isso, também houve uma concentração de *campi* em determinados lugares no Estado da Bahia. Essa expansão sem planejamento construiu vários gargalos no que se refere a dinâmica dos *campi*, sobretudo, na dependência excessiva das reitorias localizadas na capital. Dessa forma, coube a esta pesquisa propor uma regionalização como forma de visualizar a disposição atual dos *campi* na Bahia, expondo as disparidades regionais na oferta de *campi*, bem como reagrupar os *campi* numa nova regionalização pro-

pondo uma descentralização. Descentralização essa que passa pela divisão dos atuais *campi* do IFBA e IFBAIANO outros três Institutos; assim, a Bahia teria cinco Institutos Federais originados de um reordenamento regional.

A regionalização apresentada aqui decorre de alguns entraves observados na atual dinâmica dos Institutos Federais na Bahia, portanto, não se trata de uma proposta simplista, separatista, mas, um estudo geográfico que encontra na categoria região uma possibilidade de contribuir com um novo arranjo espacial dos IF's. Essa geografia regional dos IF's se ampara não somente no empirismo, mas também se baseia em outras experiências teóricas analisadas amiúde ao longo dessa tese.

Ao tomar como referências as cidades de Salvador, Porto Seguro, Juazeiro, Vitória da Conquista e Barreiras como reitorias para a implantação de novos Institutos Federais no território baiano, houve a junção de critérios, tais como: 1) A localização geográfica; são cidades que fazem fronteiras ou que estão muito próximas de outros Estados, localizadas as margens de grandes eixos rodoviários federais e ou estaduais, e fronteiriças com Oceano Atlântico ou com o Rio São Francisco. 2) Equipamentos; todas as cidades possuem aeroportos, o que facilita o intercâmbio em atividades acadêmicas, uma rede hoteleira que comporta eventos de grandes dimensões, estradas e rodovias que facilitam a saída e a chegada de pessoas e mercadorias, rede hospitalar etc. 3) As distâncias para os *campi*; as tabelas apresentadas no capítulo 05 mostram que haveria uma redução no tempo dos deslocamentos, tendo em vista que a maior distância entre uma reitoria e um *campi* (Barreiras – Irecê) é de 468 Km, bem menos que os 864 Km entre a cidade de Barreiras e Salvador na atual configuração. 4) Interiorização ; nessa proposta de regionalização há uma interiorização dos Institutos, não dos *campi* como ocorre atualmente, dessa forma, se interioriza também o poder das decisões. 5) Por fim, são cidades que têm a característica de influenciar regionalmente, seja pelo seu dinamismo econômica, seja pelo poder político.

Conforme vimos no capítulo anterior, o mapa 15 mostra o traço como o Estado da Bahia, com cinco Institutos Federais, abarcaria todas as regiões, com descentralização das reitorias, fim da dicotomia entre IFBA e IFBAIANO, haja vista que as regiões, ainda que tragam uma característica marcante, seja na paisagem ou na economia, contudo, são feitas sob uma diversidade econômica, cultural, paisagística e política.

Caberá, portanto, aos novos Institutos Federais na Bahia ser capazes de oferecer um ensino, produzir pesquisas e projetos extensionistas que contemplem as diversidades existentes dentro de cada região, bem como integrar os resultados com os outros Institutos formando uma rede que se prolongue também para além das fronteiras intrarregionais, atingindo estados fronteiriços com a Bahia e os demais da Federação. Sendo assim, a tendência é que não haja um ensino ou pesquisa para o meio urbano ou para o meio rural, haverá ensino e pesquisas que compreendam a totalidade da região onde cada instituto estará inserido.

Ainda reforçando o sentido de equidade, a tabela 19 mostra quantitativamente como isso é possível através de cinco institutos. Os dados da tabela 19 indicam o quanto que as reitorias atuais do IFBA e IFBAIANO estão estranguladas no que se refere a sua capacidade de atender com equidade os *campi* espalhados pelo território da Bahia.

Tabela 19 - Proposta de Reordenamento Regional dos IF's na Bahia por população, municípios atendidos e área de abrangência dos IF's

REGIÃO	POPULAÇÃO	NÚMERO DE MUNICÍPIOS	ÁREA (km <sup>2</sup> )
IFLESTEBAIANO	7.266.303	119	66.770
IFNORTEBAIANO	2.096.798	67	138.300
IFCENTRO-OESTEBAIANO	1.882.721	85	220.070
IF'SUDOESTEBAIANO	2.311.843	97	93.780
IF'SULBAIANO	1.646.677	49	45.750

Elaboração: Leonardo Thompson Silva (2018).

Ao distribuir os *campi* atuais em cinco Institutos se retiraria de Salvador, dividido entre as duas reitorias, o peso de administrar seus *campi* na totalidade do Estado, seja através dos dados populacionais, no quantitativo de municípios e na extensão territorial. Logo, a criação de mais dois Institutos Federais na Bahia supera o problema da centralização, sendo a centralização o principal vetor da crise atual dos IF's na Bahia, pois, por mais que a tecnologia tenha contribuído com a administração, sobretudo, no sentido do controle, a dinâmica dos IF's com a região/local é que necessita ser aprimorada; e isto só se consegue com maior autonomia regional que, no caso dessa tese, a autonomia passa pela implantação de uma regionalização dos IF's. De acordo com Machado (2011, p.355) “[...] os institutos federais foram, no seu nascedouro, convocados a realizar a interiorização da oferta educacional a partir de

idades-polo; a cobertura do maior número possível de mesorregiões e a sintonia com arranjos produtivos, sociais e culturais locais”. É inegável que na Bahia houve todo esse processo descrito por Machado (2011), entretanto, a expansão somente através de *campi* não consegue atender as demandas regionais, que têm por característica ser dinâmica, isto é, compreender que ocorrem mudanças, mormente, econômicas; somente a regionalização dos Institutos pode acompanhar e adotar políticas educacionais mais próximas da realidade regional/local.

Entretanto, deve-se acompanhar a essa proposta de regionalização outros elementos fundamentais para que os Institutos Federais cumpram realmente com a sua missão regional; um desses elementos está nos planos de desenvolvimento institucional (PDI) dos Institutos. Ao estudar os PDIs dos cinco institutos de Minas Gerais, Machado (2011) constatou que:

Os planos de desenvolvimento institucional analisados não se detiveram ao detalhamento dos compromissos dos cinco institutos mineiros e as formas de sua participação em arranjos educacionais locais e regionais pela via da cooperação com as tarefas de estados e municípios de desenvolvimento da educação pública. (MACHADO, 2011, p.373).

Portanto, o reordenamento regional dos Institutos Federais na Bahia deve pautar pela elaboração de um PDI que realmente descreva suas ações na região onde estarão inseridos, mais as ações de cada campus. Isso de certa forma corrobora com a necessidade de uma nova regionalização dos IF's na Bahia, pois, apenas com dois Institutos centralizados em Salvador não há condições que os mesmos abarquem todo o Estado; acaba-se transferindo para os *campi* uma responsabilidade que ultrapassam suas limitações de gestão.

## REFERÊNCIAS

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Cidades Universitárias, Cidades Médias, Cidades Pequenas: análises sobre o processo de instalação de novos *campi*. **Revista Universitários Espaço Aberto**, v. 5, n.1, p. 73-93, 2015a.

BAUMGARTNER, Wendel Henrique. Universidades públicas como agentes de desenvolvimento urbano e regional de cidades médias e pequenas: uma discussão teórica, metodológica e empírica. **Revista GeoTextos**, v. 11, n. 1, p. 91-111, 2015.

BAUMGARTNER, Wendel. A instalação da UFRB, a ação do Programa Monumenta e o turismo étnico na reestruturação urbana e no cotidiano de Cachoeira-BA: notas preliminares de pesquisa. **Geotextos**, v.5, n. 1, p. 89-112, 2009.

BAUMGARTNER, Wendel. As Universidades como Agentes de (Re)Estruturação Urbana de Cidades Pequenas: um estudo sobre Passau na Alemanha. In: SIM-PURB, 12, 2011, Belo Horizonte. **Anais**. Disponível em: <<http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/88670ca7bd6bc1fac4f601e7131c34c0.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, v. 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção 1, v. 145, n. 253, p. 1-3, 30 dez. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia**. Brasília: Setec, 2008.

BRASIL. Ministério de Educação. **Decreto n °7.952, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre a vinculação das Escolas Médias de Agropecuária Regional ao Ministério da Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/D7952.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D7952.htm)>. Acesso em: 07 jul. 2017.

BRASIL. Ministério de Educação. Nota Técnica. **Expansão da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia quadriênio 2011-2014**. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=27691-nota-informativa-124-2015-setec-pdf&category\\_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=27691-nota-informativa-124-2015-setec-pdf&category_slug=novembro-2015-pdf&Itemid=30192)>. Acesso em: 09 abr. 2016.

BRASIL. Ministério de Educação. Sistema de Informação da Educação Profissional e Tecnológica (MEC/SIMEC). **Painel de Controle do MEC - Campus dos Institutos Federais**. Disponível em: <<http://painel.mec.gov.br/academico/mapaSupProf/acao/P>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estratégia nacional de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v.26, n. 2, p. 203-230, 2006.

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: CARDOSO, R. (Org.). **A aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 95 -105

CASTRO, Iná. O problema de Escala. In: CASTRO, I.; GOMES, P.; CORREA, R. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.117-140

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de. **Do isolamento regional à globalização: contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

CHRISTALLER, Walter. **Central places in Southern Germany**. New Jersey: Prentice Hall, 1966.

COSTA, Aline Moraes da. Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: os vieses da política de expansão. In: EDUCERE CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 10, 2011, Curitiba. **Anais Congresso Nacional de Educação - EDUCERE e I Simpósio Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação - SIRSSE**. Chapgnat, v. 1, 2011. p. 6329-6338.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná et al (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 141-164.

DIAS, Leila. Os sentidos da Rede: notas para a discussão. In: DIAS, L.; SILVEIRA, R. L. (Orgs.). **Redes, Sociedades e Territórios**. 2. ed. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 2007. p.11-28.

FERNANDES, Francisco das Chagas de Mariz. Novo Design para a Rede Federal de Educação Tecnológica. **Revista Holos**. v. 3. Ano 24, 2008.

FIALHO, Nadia. Chão Desigual: a categoria espaço/território no contexto da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil. In: NASCIMENTO, A; HETKOWSKY, T. **Educação e Contemporaneidade: pesquisas científicas e tecnológicas**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 17-40.

FONSECA, Antônio A. M.; DELGADO, Juan P. As Novas Demandas Regionais por Cursos de Graduação no Estado da Bahia: uma proposta de regionalização. **RDE - Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XIV. n. 26. Salvador, 2012.

FURTADO, Celso. Quando o futuro chegar. In: SACHS, Ignacy; WILHEIM, Jorge; PINHEIRO, Paulo Sérgio (Orgs.). **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. p. 418-429.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Educação e desenvolvimento regional: os efeitos indiretos da política de descentralização do ensino superior e a mobilidade pendular

no estado de Pernambuco. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. Taubaté – SP. V. 13, n. p. 248-263, 2017.

IFBA. **Nota conjunta IFBA e IFBaiano**. 2018. Disponível em: <<http://portal.ifba.edu.br/notas-comunicados/nota-conjunta>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

IFBA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFBA) 2014-2018**. 2017. Disponível em: <<http://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/pdi-2014-2018-publicado-pelo-consup-17-02-2017.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

IFBAIANO. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFBAIANO) 2015-2019**. 2015. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

IGNÁCIO, Paulo César; ASSIS, Lahis; PAULA, Renata Silva de. **A Expansão da Educação Superior no Brasil a partir da Criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: uma análise preliminar** (IF Sudeste -MG). 2012. Disponível em: <[www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.16.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/7.16.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão Regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro: IBGE, v.1, 1990.

KUENZER, A. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997.

LACOSTE, Yves. **A Pesquisa e o Trabalho de Campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos**. **Boletim Paulista de Geografia**, v. 84, p. 77-92, 2006.

LIMA, Marcelo; ZANDONADE, Viviane. Expansão da Rede Federal da Educação Profissional no Brasil: da homogeneidade para baixo à heterogeneidade para cima. **Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ.**, Vitória-ES, v. 12, n. 1, p.45 - p.55, 2012.

MACHADO, Lucília R. de Souza. Saberes profissionais nos planos de desenvolvimento de institutos federais de educação. **Cad. Pesqui.** v.41 n.143, p.352-375, 2011.

MARTINS, Sérgio R. O. Desenvolvimento local: questões conceituais e metodológicas. **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**. v. 3, n.5, p. 51-59, 2002.

MASSEY, Doreen. Regionalismo: alguns problemas atuais. **Revista Espaços e Debates**. São Paulo. v.1, n.4, p.50-83, 1981.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia Física: Ciência Humana?**. São Paulo: Contexto, 1998.

MENEZES, Maria Arlinda de. **A contribuição da educação profissional para o desenvolvimento local e regional**: cooperação técnica entre o Instituto Federal de Educação Baiano campus Catu e a Agricultura Familiar. 2010. Disponível em: <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/viewFile/228/195>>. Acesso em: 12 ago. 2014.

MEYER, John W. Globalização: problemas Para a Teoria em Sociologia da Educação. In: NOVOA, António; SCHRIEWER, Jurger (Orgs.). **A difusão mundial da Escola**. Lisboa: EDUCA, 2000. p.15-32.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Tecnológica (SETEC). **Simulações para Reordenamento das Unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Disponível em: <[http://sinasefepa.org/~sinas175/images/ReordenamentoRedeFederalMEC\\_18\\_04\\_17.pdf](http://sinasefepa.org/~sinas175/images/ReordenamentoRedeFederalMEC_18_04_17.pdf)>. Acesso em: 22 abr. 2018.

MOTA, Maria Kaliane Freitas; BARBOSA, Renato Samuel; FILGUEIRA, João Maria. Desenvolvimento regional baseado na educação: uma análise insumo-produto no estado do Rio Grande do Norte – Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 11, n. 1, p. 206-23, 2015.

NASCIMENTO, José Edilson do. **Apolítica de expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**: o papel do IFMA no processo de modernização do noroeste maranhense. 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/view/5079/2080>>. Acesso em: 12 set. 2015.

NICO, Bravo; NICO, Lurdes Pratas. **Educação e Território**: o (des)encontro geracional das aprendizagens e a fractura cultural. 2011. Disponível em: <<http://www.bravonico.com/docs/082.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

OTRANTO, Celia Regina. **A Política de Educação Profissional do Governo Lula**. 2011. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/GT11-315%20int.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2013.

OURIQUES, Evandro. O Conceito Envolvimento e o Caráter Político das Práticas Linguísticas. In: RESENDE, Viviane de Melo & Pereira, Fábio Henrique (Org.). **Práticas socioculturais e discurso: debates transdisciplinares**. Labcom- Universidade de Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2010. p.175-196.

PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Moderna, 2011.

PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Moderna, 2011

PACHECO, Eliezer (org.). **Os Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: Moderna, 2011.

PEREIRA, Luiz A. C. **A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <

[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos\\_caldas.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_caldas.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2012.

RACINE, J. B.; RAFFESTIN, C.; RUFFY, V. Escala e Ação: contribuição para uma interpretação do mecanismo de escala na prática da Geografia. **Revista Brasileira de Geografia**, n.45, v. 1, p. 123-135, 1983.

RÊGO, Conceição. **A rede de Ensino Superior em Portugal**: contributos para a reflexão. Revista do SNESUP: Lisboa, 2014.

RÊGO, Conceição; CALEIRO, Antonio. O Mercado do Ensino Superior em Portugal: uma caracterização da situação atual. In: REGO, C. et al. **Redes de Ensino Superior**: contributos perante os desafios do desenvolvimento. Universidade de Évora: Portugal, 2013. p.155-180.

ROTA JÚNIOR, César; IDE, Maria Helena de Souza. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**, v.21, n. 64, p. 143-164, 2016.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, Milton. **Metodológicos da Geografia**. 6. ed. São Paulo: EDUSP, 2008b.

SANTOS, Milton. **O Trabalho do Geógrafo no Terceiro Mundo**. trad. Sandra Lencioni. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2009b.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço e Tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2008c.

SANTOS, Milton. **Território**: globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Ensino Superior Público e Particular e o Território Brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DA BAHIA – SEPLAN. **Plano Plurianual 2004-2007**: Bahia: desenvolvimento humano e competitividade. Salvador, 2007.

SERPA, Angelo. O Trabalho de Campo em Geografia: uma abordagem teórico-metodológica. **Boletim Paulista de Geografia**, v.84, p. 7-24, 2006.

SILVA, Arthur Rezende da; TERRA, Denise Cunha Tavares. **A Expansão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e os Desafios na Contribuição para o Desenvolvimento Local e Regional**. 2013. Disponível em: <[http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snps/pdf/snps2013/Arthur\\_Rezende.pdf](http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snps/pdf/snps2013/Arthur_Rezende.pdf)>. Acesso em: 08 mar. 2015.

SILVA, Barbara-Christine N.; SILVA; Sylvio B. de M.; SILVA, Maina P. Rede Urbana e Educação em Roraima. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, ano X, n. 18, p. 5-14, 2008.

SILVA, Flávio José da Rocha. O conceito de desenvolvimento no pensamento de Arturo Escobar. **Pegada – Revista de Geografia do Trabalho**. v.17, n.2, p. 170-181, 2016.

SILVA, Jesué Graciliano. **A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na Região Sul do Brasil**. 2015. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/22/615.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Cidades Pequenas e Médias: reflexões teóricas e aplicadas. IN: LOPES, Diva M. F.; HENRIQUE, Wendel (Orgs.). **Cidades Médias e Pequenas: teorias, conceitos e estudo de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 93-108.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello. Regionalização e Ensino Superior na Bahia. **Revista Bahia Análise e Dados**, v.6, n.3, p. 91-94, 1996.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos Sobre Globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador, UFBA, 2006

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos Sobre Globalização, território e Bahia**. 2. ed. Salvador: UFBA, 2006.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Barbara-Christine N.; COELHO, Araori S. **Desequilíbrios e Desigualdades Regionais no Brasil e nos Estados Brasileiros**. João Pessoa: Grafset, 2008.

SOUZA, Cláudio R. B. de. **O processo de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica**. 2012. Tese (Doutorado Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação Salvador, BA.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da rede federal de educação profissional e tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil**. 2012.

Disponível em:

<<http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>. Acesso em: 28 jun. 2014.

TEIXEIRA, Pedro; ROCHA, Vera; BISCAIA, Ricardo; CARDOSO, Margarida. Concorrência e Diversificação Espacial no Ensino Superior Europeu: uma comparação

do contributo dos sectores público e privado. In: REGO, C. et al. **Redes de Ensino Superior**: contributos perante os desafios do desenvolvimento. Universidade de Évora: Portugal, 2013. p. 47-70.

TOLEDO JR., Rubens de. Telecomunicações e uso do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia de (Org.). **Território brasileiro**: Usos e abusos. *Campinas*: Territorial, p. 93-107, 2003.

TOLEDO JÚNIOR, Rubens de. Telecomunicações e uso do território brasileiro. In: SOUZA, Maria Adélia A. (org.). **Território brasileiro, usos e abusos Territorial**. *Campinas* (SP), 2003. p. 93-107.